ISSN 1413-9243

TEXTOS NEPO

43

CAMPINAS, SETEMBRO DE 2002

CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO RURAL PAULISTA NOS ANOS 80 E 90

ISIS RODRIGUES

Reitor
Prof. Dr. Carlos Henrique de Brito Cruz

Vice-Reitor
Prof. Dr. José Tadeu Jorge

Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário
Prof. Dr. Paulo Eduardo M. R. da Silva

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários
Prof. Dr. Rubens Maciel Filho

Pró-Reitor de Graduação
Prof. Dr. José Luiz Boldrini

Pró-Reitor de Pesquisa
Prof. Dr. Fernando Ferreira Costa

Pró-Reitor de Pós-Graduação
Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan

Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa
Prof. Dr. Eduardo Guimarães

Coordenador do Núcleo de Estudos de População
Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha

FICHA CATALOGRÁFICA

Rodrigues, Isis.

Características Demográficas da População Rural Paulista nos anos 80 e 90 / Isis Rodrigues - Campinas: Núcleo de Estudos de População / UNICAMP, set. 2002.
115p.

(Características Demográficas da População Rural Paulista nos anos 80 e 90, TEXTOS NEPO 43).

1.População rural. 2.Redistribuição espacial da população. 3.Características demográficas. 4.Estado de São Paulo. I.Título. II.Série.

Índice para catálogo sistemático
1. População rural – 301.35
2. Redistribuição da população – 301.32
3. Características demográficas – 301.323

Publicações Nepo/Unicamp
Roberto Luiz do Carmo
E-mail: publica@nepo.unicamp.br

SÉRIE **TEXTOS NEPO**

TEXTOS NEPO é uma publicação seriada do Núcleo de Estudos de População da Unicamp, tendo sido criada em 1985 com a finalidade de divulgar pesquisas realizadas no âmbito deste Núcleo de Estudos. Apresentando uma vocação de cadernos de pesquisa, nestes seus dezessete anos de vida foram publicados quarenta e três números – incluindo este – relatando trabalhos situados nas áreas temáticas correspondentes às linhas de pesquisa do Nepo.

Desde então, esta publicação vem sendo distribuída para instituições especializadas na área de Demografia, ou mesmo dedicadas a áreas afins, no País e no exterior, além de ser objeto de constante consulta no próprio Centro de Documentação do Nepo. Essa distribuição é ampla, abrangendo organismos governamentais ou não governamentais – acadêmicos, técnicos e/ou prestadores de serviços.

José Marcos Pinto da Cunha
Núcleo de Estudos de População
Coordenador

Roberto Luiz do Carmo
Núcleo de Estudos de População
Coordenador Associado
e Responsável pela Série

RESUMO

Após decrescer por três décadas consecutivas, a população rural do Estado de São Paulo apresentou uma retomada de crescimento nos anos 90. O rompimento da tendência de esvaziamento da área rural paulista levanta uma série de questões relacionadas à sua estrutura econômica e às características da população residente. Este estudo tem como objetivo principal avaliar as características demográficas da população residente no rural do Estado de São Paulo, relacionada com a dinâmica de ocupação socioeconômica da área rural nos anos 80 e parte dos 90. Do exame da distribuição da população ressalta-se a importância da Região Metropolitana de São Paulo como a área responsável pelo crescimento da população rural estadual. Desta constatação formula-se a hipótese de que o crescimento da população rural paulista estaria mormente relacionado ao processo de expansão urbana sobre áreas rurais. Para sua verificação, as categorias usadas pela FIBGE na definição da área rural e urbana foram desagregadas, introduzindo-se uma área de transição entre o urbano e o rural. Com esta alternativa foi possível obter diferenças importantes na área previamente definida como rural, tanto na ocupação da população em atividades econômicas de caráter tipicamente urbano, quanto no perfil da população residente em área de transição e no restante da área rural convencional. O crescimento da população na área rural metropolitana foi reavaliado a partir desta reclassificação da situação do domicílio, reforçando-se a expansão urbana sobre áreas rurais. Por fim, as categorias que definem a situação do domicílio na área rural no Estado de São Paulo podem contribuir para investigações sobre a relação entre a ocupação do rural e o crescimento da população.

ABSTRACT

A rebound of the rural population of São Paulo State (Brazil) seems to have taken place during the 1990s following three consecutive decades of steady rural population decrease. Several lines of questioning arise from this change in population trend, both regarding the resident population characteristics and the novel economic structure that sustain this process. This study ponders on the demographic characteristics of the resident rural population of São Paulo State and its socioeconomic dynamics during the 1980s and best part of the 1990s. The assessment of population distribution according to dwelling situation in São Paulo State pointed out a major importance of the Metropolitan Region (MRSP) for the growth of the rural population statewide. This result implies the hypothesis that the rural population growth of São Paulo State may be stemming from the urban sprawl over rural areas. In order to verify this hypothesis, the categories used by the FIBGE to define urban and rural areas were disaggregated into urban, transition and "rural" areas. Meaningful distinctions emerged in the newly defined transition and "rural" areas, both regarding the population occupation in economic activities of typical urban character, and relating to the particular profile of the resident population. Evaluated under this reclassification the urban sprawl process is reinforced. Furthermore, the categories used to define dwelling situation in São Paulo State may contribute to a better understanding of the association between rural occupation and population growth.

Sumário

Apresentação

O Rural Paulista: definição e breve história da ocupação

Características demográficas da população residente no rural paulista nos anos 80 e considerações sobre os anos 90

A População residente na área de transição entre o urbano e o rural, 1991 e 1996

População residente na RMSP, nas áreas urbana e rural, considerando-se a área de transição

Considerações Finais: a demografia da vida rural paulista

Referências

Anexos

Notas

CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO RURAL PAULISTA NOS ANOS 80 E 90

Isis Rodrigues[1]

APRESENTAÇÃO

O crescimento populacional na área rural no Estado de São Paulo depois de décadas seguidas de queda foi a principal motivação para o estudo das características demográficas da população rural paulista na elaboração da Tese de Doutoramento em Demografia da qual este trabalho deriva (RODRIGUES, 2001). Constatou-se que este fato mudou a perspectiva existente da continuidade da diminuição da população rural com o passar dos anos, não somente em São Paulo, como em várias regiões brasileiras. A concentração populacional na área rural, o surgimento de diferentes atividades econômicas, o aprimoramento e expansão de áreas de moradia, entre outras modificações, que estão associadas a este crescimento, justificam investigações sobre a área rural no Estado, formulando questionamentos sobre as suas funções e sobre as articulações estabelecidas com a área urbana.

a) Estaria a área rural inserida no processo de urbanização, em contínua expansão no Estado de São Paulo?

b) Estaria a área rural evidenciando uma tendência de "volta ao campo"?

c) Estaria a distribuição da população rural se dando da mesma forma nas diferentes regiões do Estado, integrando um processo único de ocupação nestas áreas?

d) Que rural é esse, que tem recentemente retido a sua população?

e) Quais são as características demográficas da população residente na área rural em São Paulo, que contribuem para a discussão sobre a formação e transformações dessas áreas?

Todas estas questões derivam da surpreendente constatação do crescimento da população rural no início dos anos 90 pela Contagem Populacional de 1996, o que foi confirmado com os dados preliminares do Censo Demográfico do ano 2000. Crescimento localizado em regiões com graus de urbanização bastante elevados, destacando-se a Região Metropolitana de São Paulo como a principal área onde ocorreu este aumento. Este retrato

[1] Geógrafa, Doutora em Demografia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp e Membro da equipe do PRONEX desenvolvido junto ao Núcleo de Estudos de População – Nepo.

do aumento da população rural estadual levou à formulação da hipótese da ocorrência da expansão urbana sobre as áreas rurais periféricas da maior área metropolitana do país, o que estaria revertendo no crescimento da população rural estadual na década dos 90.

O presente estudo tem como objetivo apresentar as características da população rural residente no Estado de São Paulo, nas décadas dos 80 e 90, relacionadas à dinâmica de ocupação das áreas rurais e urbanas. As informações censitárias sobre a distribuição da população brasileira e paulista mostraram a passagem da concentração da população rural para altos índices referentes ao grau de urbanização nas últimas décadas, ocorrida praticamente em todo o País. O Estado de São Paulo destacou-se neste processo antecipando-se mesmo com relação ao Brasil, na concentração da população em sua área urbana, assim como na recente recuperação do crescimento da população rural.

O primeiro capítulo trata do processo de ocupação rural paulista em uma abordagem histórica afirmando que estas áreas apresentaram dispersão, uso e ocupação representativos de um modo de vida próprio, mesmo estando ligadas à existência e ao modo de vida urbano, e que no presente encontram-se integradas ao urbano como nunca, por demandas emergentes desta população e por modificações na estrutura produtiva do meio rural. Evidencia-se por fim a necessidade de um tratamento diferenciado da área rural, não mais como área residual daquilo que não é urbano, considerando-se diferentes estudos sobre a definição e conceituação do rural.

A distribuição da população nas áreas então definidas como rural e urbana, relacionada ao processo de urbanização estadual, ao êxodo rural e à retomada do crescimento populacional na área rural nos anos 90 é examinada no segundo capítulo deste estudo. Apresentam-se características demográficas da população residente, pertencentes à configuração da área rural estadual verificando-se mudanças no perfil populacional, assim como nos componentes relativos às atividades econômicas no Estado.

A divisão territorial do Estado é estabelecida tomando-se o município como a unidade de estudo, agrupados em Mesorregiões. A distribuição da população, segundo a situação do domicílio, é a característica possível de ser analisada com as informações censitárias em todo o período que se estende de 1980 até o ano 2000, uma vez que são estas as informações preliminares do último levantamento populacional realizado pelo IBGE, disponíveis até o momento. Com estes dados, elabora-se a análise da evolução do grau de urbanização regional, crescimento da população, com as respectivas taxas médias

anuais de crescimento e a importância de cada Mesorregião considerada, relativa à participação da população rural na população total estadual.

Nas considerações sobre idade e sexo, somente a razão de sexo é novamente possível para todo o período (1980-2000), pelo mesmo motivo apresentado anteriormente. Dessa forma, a análise sobre idade e sexo para a população residente na área rural do Estado de São Paulo é elaborada para os anos de 1980, 1991 e 1996, trazendo as diferenças fundamentais na composição desta população neste período. Na evolução dos anos de estudo no Estado (no quesito educação) utiliza-se novamente a área urbana como parâmetro comparativo à população residente na área rural nos mesmos anos, 1980, 1991 e 1996. A área rural constitui-se na referência para a análise regional (em Mesorregiões) sobre os anos de estudo da população residente no Estado de São Paulo.

A inserção em atividades econômicas é verificada para a População Economicamente Ativa (PEA) ocupada nos setores primário, secundário e terciário, conforme definição apresentada no trabalho. Considera-se para o Estado a área urbana e rural para os anos de 1980 e 1991. Essa análise não possibilita a identificação do lugar de residência e trabalho da população investigada, porém, permite a exploração dos dados referentes à proporção da PEA ocupada no setor primário de produção, segundo a situação do domicílio, por Mesorregiões. Com isso é possível a identificação de áreas com aumento da população inserida nas atividades primárias de produção e residente na área urbana, auxiliando na análise de alterações nesta relação entre o urbano e o rural, já nos anos 80. Neste item ainda verifica-se a renda *per capita* familiar para o Estado de São Paulo em 1980 e 1991, considerando-se a variação da renda em Salários Mínimos (SM) nos respectivos anos, comparando-se as áreas urbana e rural.

As considerações sobre migração são elaboradas segundo a situação do domicílio anterior e atual na área urbana e rural, segundo os movimentos intra-estaduais e interestaduais, e na apresentação da participação relativa do migrante na população residente em 1980 e 1991 para o Estado de São Paulo. A análise regional é elaborada com as categorias relativas à migração apresentadas para o Estado. Por fim, apresenta-se uma abordagem sobre a localização dos domicílios da população rural avaliando-se a área residencial construída no rural nas diferentes Mesorregiões do Estado.

Da análise realizada neste Capítulo destacou-se a necessidade da caracterização da população residente em diferentes partes da área definida como rural, o que foi possível pelas inovações nas categorias do quesito situação do domicílio apresentadas pela

Fundação IBGE, essencialmente a partir do Censo Demográfico de 1991. Então introduz-se no terceiro capítulo os parâmetros demográficos relacionados ao processo de distribuição da população no Estado de São Paulo incorporando-se uma área de transição. Utilizando-se o quesito situação do domicílio mencionado anteriormente, a área de transição é concebida como um espaço geograficamente melhor determinado entre o urbano e o rural que apresenta modificações estruturais capazes de configurar a transição de áreas rurais em áreas com características urbanas predominantes.

Na análise destas informações a área de transição reflete mudanças relativas à expansão urbana, assim como de atividades econômicas na área rural, capazes de melhor representar a interação entre o urbano e o rural no Estado de São Paulo. A distribuição da população, o crescimento em 1991/96 e a importância na concentração da população residente na área de transição são investigadas para o Estado e para as Mesorregiões consideradas. A localização dos domicílios na área "rural" e na área de transição são consideradas para as Mesorregiões em 1991.

As considerações sobre idade, sexo e educação são elaboradas para o Estado de São Paulo em 1991 e 1996 para a área "rural" e área de transição. A inserção da PEA ocupada nas atividades econômicas e a renda *per capita* familiar estadual somente foram possíveis para o ano de 1991, uma vez que estas informações não fizeram parte da Contagem Populacional de 1996. As Mesorregiões onde a área de transição mostrou importância como área de residência, também são consideradas em relação à inserção da PEA, segundo os setores de atividades econômicas definidos, assim como em relação à renda *per capita* familiar, em 1991.

O exame da migração, considerando-se a área de transição limitou-se à proporção da população migrante na população residente na área urbana, "rural" e na área de transição, trazendo entretanto, evidências da importância desta análise, essencialmente na formação da população na área de transição.

Sobretudo, as considerações sobre a população residente em São Paulo inserindo-se a área de transição, reafirmam a importância da área rural da RMSP no crescimento da população rural estadual. Assim, o quarto capítulo, antecedendo as conclusões, traz as características da população residente na Região Metropolitana de São Paulo na área urbana ou rural, considerando-se a área de transição.

Da análise da distribuição da população, assim como das demais características demográficas analisadas no decorrer deste estudo, evidencia-se a importância na exploração

do quesito censitário referente à situação do domicílio propondo-se a área de transição. Assim, no quinto e último capítulo apresenta-se uma breve discussão buscando-se elucidar as mudanças ocorridas no período considerado, caracterizar a dinâmica demográfica das três áreas propostas, e avaliar a coerência da proposição do uso da área de transição e suas implicações para o conhecimento da área rural no Estado de São Paulo, com referência à estrutura econômica e ao perfil da população residente no local.

I – O RURAL PAULISTA: DEFINIÇÃO E BREVE HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO

1.1 A área rural, o urbano e o "novo rural"

As ideias que têm conceituado o campo e a cidade podem ser vistas por diferentes abordagens, concentradas nas atividades econômicas desenvolvidas, nas interações sociais e nas características ambientais existentes e relevantes para diferenciá-las ou aproximá-las. As relações entre o campo e a cidade estão apoiadas na dinâmica da ocupação do espaço e na influência dos acontecimentos ocorridos em uma área sobre a outra.

Isso pode ser reafirmado, admitindo-se que a organização de um espaço é resultado da produção do espaço que retrata a estrutura da sociedade. Assim, o espaço passa a ser concebido como espaço social, trazendo o movimento geral da sociedade na elaboração da ideia de uma determinada área, implicando em mudanças na economia, nas relações sociais e políticas nela existentes (SANTOS, 1986; SANTOS, 1996).

A vivência de comunidades humanas tem sido apreendida pelos termos campo e cidade por meio da história de sua formação. A palavra campo traz certamente a ligação com a terra, da qual são retirados os alimentos, sob diversas formas de apropriação do espaço e organização do trabalho. O campo é onde desencadeiam-se lutas e conquistas pela posse e pelo desenvolvimento do trabalho na terra. Essas lutas ocorrem ao lado do aprimoramento de tecnologias e manejo de áreas plantadas, garantindo, muitas vezes, alta produtividade e maior controle da propriedade pelos que detêm os meios de produção e possuem a possibilidade de inovação tecnológica e inserção no mercado.

O campo também está associado aos momentos de descanso, promovidos pela tranquilidade e simplicidade existentes em certas áreas, sendo esta uma forte inspiração para a sua ocupação pela população urbana. Isto desencadeia a alocação de pessoas para o

campo, não somente em busca do lazer, mas no estabelecimento de residência, mesmo para aqueles indivíduos que mantêm um contato diário com a cidade.

A palavra cidade lembra imediatamente a ideia do centro das realizações da sociedade. Essas realizações são facilitadas pela difusão de ideia s e ações promovidas pelos meios de comunicação e acesso. As edificações das cidades induzem à sensação de ilimitadas possibilidades, de encontro e movimento[i]. Cabe lembrar que a ideia de cidade, na atualidade, refere-se, sobretudo, à constituição de centros urbanos que agregam, além das funções e materialidade urbanas, relações sociais diferentes daquelas existentes na formação dos primeiros aglomerados denominados vilas e, posteriormente, cidades, especialmente em sua articulação com a área rural.

Pode-se dizer que a realidade do campo e da cidade tem sido extremamente variada no tempo e no espaço. A vida de um indivíduo, de uma família, ou de uma população acontece em uma rede de relacionamentos e decisões, formada por ideias, sentimentos e ações, que configuram o espaço de vivência e suas relações internas e externas à área.

> A forma de vida campestre engloba as mais diversas práticas - de caçadores, pastores, fazendeiros e empresários agroindustriais - e sua organização varia da tribo ao feudo, do camponês e pequeno arrendatário à comuna rural, dos latifúndios e plantations às grandes empresas agroindustriais capitalistas e fazendas estatais. Também a cidade aparece sob numerosas formas: capital do Estado, centro administrativo, centro religioso, centro comercial, porto e armazém, base militar, polo industrial (WILLIAMS, 1989, p. 12).

Na atualidade, o campo é muito mais concebido pelo citadino como área que pode proporcionar descanso e melhor qualidade de vida no estabelecimento da residência, antes de ser caracterizado como a terra do agricultor. Em muitos casos, também para o rurícola, a permanência na área rural passa por decisões facilitadas pelo preço da terra e pela possibilidade de residência no local, essencialmente para aqueles que desenvolvem atividade econômica, ou parte dela, na cidade, e para outros que se ocupam de atividades que sustentam a residência ou estadia no campo.

Esse fenômeno, chamado de pluriatividade[ii], uma vez presente na área rural brasileira, abre perspectivas ao surgimento de novas formas de produção, que potencialmente podem contar com a inserção da população rural, possibilitando a sua permanência no campo. Essa tendência tem sido confirmada pela procura crescente de formas de lazer, e até mesmo de meios alternativos de vida no campo, por pessoas vindas da cidade. Esse movimento que tem se expandido, essencialmente a partir da década de 70,

vem se apoiando sobretudo, na divulgação do pensamento ecológico. Isso tem promovido, além de possibilidades de trabalho, a integração de sociedades com culturas distintas, ou seja, sociedades com valores e modos de vida urbano ou rural (CARNEIRO, 1998b; SCHNEIDER, 2001).

Tomando-se ainda a configuração da área rural no sentido da integração com a cidade, podemos inserir algumas considerações sobre o conceito de ruralidade, empregado pelas ciências sociais em oposição à ideia clássica urbano-rural. Saraceno (1994; 1996) realizou estudos sobre os problemas de definição de ruralidade em escala europeia, como exemplo de países de desenvolvimento mais antigo, onde essa categoria, considerada até pouco tempo significativa, encontra dificuldades para explicar a recuperação do dinamismo de algumas áreas rurais e o declínio de algumas áreas urbanas.

O conceito de ruralidade perdeu progressivamente seu caráter de categoria analítica homogênea, que podia ser contraposta à de urbano. Praticamente, em vários países da Europa, não se utilizam mais os parâmetros inerentes à atividade agrícola para se abordar a ruralidade, mas sim outros critérios baseados na população residente nas comunidades, ou na densidade demográfica. Mesmo assim, o autor ainda considera esta categoria conceitual de difícil utilização para descrever e interpretar os processos reais de diferenciação do espaço.

Estas novas características das áreas rurais, mencionadas acima, fazem parte de um processo existente em várias partes do mundo, principalmente no curso dos anos 80, confirmado pela desaceleração dos fluxos migratórios tradicionais das zonas rurais e urbanas, juntamente com a difusão das atividades econômicas, privilegiando não mais apenas as zonas urbanas, mas também os centros menores e as zonas rurais.

Estudos sobre a distribuição da população têm recentemente chamado a atenção para a necessidade de averiguações da dinâmica demográfica em áreas rurais. As investigações sobre a população residente no rural justificam-se sobretudo, pelo delineamento de novas formas de se identificar a localização da população e sua inserção nas atividades econômicas desenvolvidas nas áreas rurais (BROWN; ZUICHES, 1993).

Na discussão sobre as alterações na ocupação do espaço rural neste estudo, nas relações existentes no seu interior, assim como nas ligações entre o rural e o urbano, serão utilizadas informações de áreas delimitadas geograficamente e em períodos contínuos. A densidade demográfica, os setores de atividades econômicas, a distância entre as

construções na área e a distância de aglomerados ou núcleos da sede, têm sido parâmetros utilizados na definição das áreas rural ou urbana.

A delimitação dessas áreas não é única para todos os lugares no mundo, e existe um empenho contínuo de desagregação das informações coletadas nos lugares, para fomentar a discussão sobre possíveis alterações, que poderiam ser evidenciadas segundo um novo arranjo dessas informações. No Brasil, a população é classificada pelo Censo Demográfico, como residente na área rural ou na área urbana, no quesito situação do domicílio.

A classificação da população segundo a residência foi estabelecida pelo Decreto nº 311 de 2 de março de 1939, de responsabilidade de cada prefeitura, que assumiria o compromisso de fornecer o mapeamento dessa divisão municipal. A parte urbana deveria ser delimitada como a sede do município ou do distrito, correspondendo à parte com maior concentração de casas, onde se localizavam os principais edifícios públicos e onde a vida comercial, financeira e social do centro se manifestava com maior intensidade; onde ainda incidiam impostos especiais, como o imposto predial. A área suburbana era constituída por uma área demarcada em torno da zona urbana, devendo corresponder necessariamente à atual ou futura área de expansão do centro urbano. Nos censos de 1940, 1950 e 1960 a população foi classificada em urbana, suburbana e rural, atribuindo um sentido residual à área rural (SMITH, 1967).

A partir de 1970 o quesito censitário situação do domicílio não apresentou mais a categoria suburbana, definindo-se somente a área urbana e a área rural. Os Censos Demográficos, desde 1980, atribuem a classificação em área urbana onde a situação do domicílio foi definida como área urbanizada ou não, correspondente a cidades (sedes municipais), vilas (sedes distritais) ou áreas urbanas isoladas. A área rural compreendeu os domicílios com a situação definida em toda área situada fora dos limites considerados como área urbana, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos (IBGE, 1994).

A delimitação da área rural, com uma definição residual daquilo que não é urbano, tem a redefinição de sua área prejudicada, uma vez que os aglomerados rurais de extensão urbana estiveram desvinculados da perspectiva de uma rápida ocupação, associada ao desenvolvimento de atividades econômicas, também diferentes daquelas tradicionalmente desenvolvidas nesse espaço, o que talvez demandasse classificá-los não mais como rurais, mas como urbanos.

Avançou-se com as categorias utilizadas na definição do rural de 1991 em diante, possibilitando o seu uso na análise proposta das características da população residente, neste estudo. Isso permitiu, sobretudo, romper com a idéia do rural como área residual do urbano, distinguindo-o em suas partes constituintes. A delimitação legal da área urbana e rural foram mantidas e para área urbana foram distinguidos níveis diferenciados de densidade demográfica e acesso a serviços, e para a área rural o desdobramento se efetuou a partir de critérios como tamanho (número de domicílios), existência de serviços e contiguidade (CAMPANHOLA; SILVA, 2000), como segue:

Área Urbana

1. **Urbanas:** áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios. Como urbanizadas são classificadas: i) áreas com construções, arruamentos e intensa ocupação humana; ii) áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, tais como áreas de lazer, aterros etc.; iii) áreas reservadas à expansão urbana e adjacentes às áreas anteriores.
2. **Áreas Urbanas Não Urbanizadas:** áreas localizadas dentro do perímetro urbano que não apresentam efetiva urbanização e ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas (não contíguas àquelas dos itens anteriores i) e ii). As áreas ociosas reservadas à expansão urbana foram consideradas como urbanizadas mesmo que não dispusessem de construções ou equipamentos urbanos.
3. **Áreas Urbanas Isoladas:** caso de vilas e distritos, considerados legalmente como áreas urbanas, mas não contíguas ao núcleo do município.

Área Rural

4. **Áreas Rurais – Extensão Urbana:** áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios (com distância inferior a 1 km), resultado do crescimento horizontal das cidades, e que ainda não foram incorporadas legalmente ao perímetro urbano do município.
5. **Áreas Rurais – Povoados:** aglomerações no espaço rural que se caracterizam por não estarem vinculadas a um único proprietário e possuírem um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis, ou dispostos ao longo de uma via de comunicação, e com serviços para atender seus moradores. Os serviços que deve integrar regularmente um povoado são: i) pelo menos um estabelecimento comercial

vendendo bens de consumo; ii) pelo menos dois dos três serviços seguintes: estabelecimento de ensino de primeiro grau; posto de saúde; templo religioso de qualquer credo.

6. **Áreas Rurais – Núcleo:** é o aglomerado rural isolado (com mais de 10 e menos de 51 domicílios), cujo solo pertence a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina, etc.), e que dispõe ou não de serviços ou equipamentos definidores dos povoados. É considerado, pois, como característica definidora deste tipo de aglomerado o seu caráter privado empresarial.
7. **Áreas Rurais – Outros:** são os aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoado e não estão vinculados a um único proprietário.
8. **Áreas Rurais – "Exclusive":** áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se assim como as áreas rurais propriamente ditas.

Desta discussão destaca-se o empenho na caracterização do rural com um novo perfil de sua população. Área rural deveria ser vista estreitamente inteirada e mesmo ligada territorialmente com o urbano, abrangendo não somente a dimensão geográfica, como a econômica e a social. Isso tem sido apontado como uma importante tendência dos anos 90, tanto em países desenvolvidos como nos Estados Unidos da América, como na América Latina de forma geral (JOHANSEN, 1993).

As características das áreas urbanas e rurais foram demarcadas até meados do século XX, sobretudo pela sociabilidade de cada área. Até os anos 70 a configuração da extensão territorial de ambas as áreas armou uma rede de relações entre elas, fornecendo a base para a discussão que se propõe hoje, sobre a dinâmica de ocupação de uma área com novas atividades econômicas ligadas às demandas e aos valores urbanos, mas que entretanto, resgata a vivência do campo. Desta interação, de diferentes modos de vida em um determinado espaço, surge a definição de "rurbano".

A ideia do espaço "rurbano" foi desde a sua origem calcada nos ideais de desenvolvimento e integração entre a vida rural, ligada essencialmente à produção vinda da terra, e a vida urbana, que traz as perspectivas de realizações e transformações ilimitadas. Assim, pode-se afirmar que o termo "rurbano" foi cunhado como a primeira medida, ou indicação, de alterações no convívio rural e urbano.

O "rurbano" como uma área marcada pela integração entre o campo e a cidade, realizada sobretudo por aumentadas trocas entre as sociedades que formavam estas áreas, traz a ideia de um espaço com possibilidade de serem criados mecanismos de assentamento e avanço na melhoria da qualidade de vida de sua população, na ideia do lugar de convívio e do estabelecimento de atividades econômicas.

O que parece bastante presente na configuração do "rurbano" são as modificações do espaço rural na história brasileira, também fundamentadas pelas relações entre esta área e a cidade:

- ✓ Teriam as transformações da área rural eliminado suas características peculiares, sendo hoje somente concebida no imaginário das pessoas, sobretudo daquelas que vivem no urbano?
- ✓ Ou seria o rural uma área que vem se configurando segundo as idealizações urbanas, diferente do ambiente rústico destinado às atividades primárias de produção?

O espaço "rurbano" será examinado na tentativa de responder estas indagações, focalizando-se as mudanças no intercâmbio entre o urbano e o rural que desencadearam o surgimento de novas ocupações e a possibilidade do convívio entre residentes de ambas as áreas. Para isso, serão apresentados estudos que apontam as mudanças no espaço rural que sustentariam, mais tarde, a caracterização do "rurbano".

Smith (1971) em sua abordagem sobre a organização do espaço brasileiro, apoiado no fato de não ser permitido no Brasil que a cidade, sede do município, se desincorpore do campo aberto da área, afirmou que com o desenvolvimento de estradas e melhorias, a tendência foi sempre o município se tornar uma grande comunidade centralizada na cidade que é a sua sede. Assim, a organização do município brasileiro propiciaria o desenvolvimento contínuo de comunidades rurais e urbanas, estreitamente integradas e de uma comunidade "rurbana" emergente. Exemplificou essa tendência, afirmando que quando se elevava a densidade populacional e os municípios contavam com importantes vias de acesso entre as áreas urbanas e rurais, como em algumas partes do sul de Minas Gerais e de São Paulo, o município já constituía uma comunidade "rurbana" bastante desenvolvida.

Na concepção desse arranjo espacial criou-se a expectativa da difusão desse padrão com rapidez, intensificada pelo grau de aperfeiçoamento atingido pelos transportes e meios de comunicação. Da mesma forma, a inserção da população residente nesta área em novas

atividades econômicas deveria ser garantida pela educação orientada ao aprendizado de novas técnicas de produção, tornando o trabalho mais eficiente, criando maiores necessidades, maior produtividade e mais negócios. Assim, a comunidade se tornaria mais integrada como grupo social.

Na configuração do "rurbano", Freyre (1982) elaborou uma discussão sobre a ""rurbanização"" no Brasil, abrangendo aspectos da vivência no campo e na cidade, revelados pelos valores e estilos de vida nestas áreas, e pela interação entre a população e os lugares, baseado em diversos trabalhos sobre a história da formação do povo brasileiro[iii].

A primeira caracterização feita sobre o processo de formação do espaço "rurbano" foi o fato da vivência urbana, assim como da convivência dos não citadinos com as atitudes urbanas, ocorrerem sobre bases ou espaços essencialmente rurais, configurando-se como ajustamentos de valores e modos de vida no espaço "rurbano". ""rurbanização"" foi então concebido como o processo no qual valores urbanos são introduzidos entre pessoas do mundo rural, sem que essas influências indiquem urbanização, mas sim conciliação de valores com permanências rurais. Cabe lembrar, que a permanência de valores rurais é ainda hoje uma importante característica do espaço que poderia ser chamado de "rurbano", tais como, a manutenção de áreas de descanso e lazer, baixa concentração populacional, entre outras. Freyre definiu "rurbanização" como:

> [...] um processo de desenvolvimento socioeconômico que combina, como formas e conteúdos de uma só vivência regional, valores e estilos de vida rurais e valores e estilos de vida urbanos. Daí o neologismo: rurbanos. Trata-se de uma rejeição à mística absoluta de urbanização, por um lado, e, por outro lado, ao sonho lírico de alguns de se conservarem populações inteiras dentro de formas arcaicamente rurais de vida. Numerosas populações poderiam viver com vida mista: juntando a urbanismos, ruralismos como que desidratados sem deixarem de corresponder ao apego que parece haver na maioria dos seres humanos ao contato com a natureza. Com a terra. Com águas de rios, com árvores, plantas e até matas (FREYRE, 1982, p. 57).

O "rurbano" ganhou a conformação de uma área distinta do urbano e do rural, ligado ao surgimento de um espaço que estaria combinando valores dessas áreas em uma base rural por excelência. Os investimentos em comunidades "rurbanas" passaram a ser considerados importantes na solução de sérios problemas de ocupação no território, seja pela concentração crescente da população nas áreas urbanas, seja pelas possibilidades abertas na manutenção da população residente na área rural, com atividades diferentes daquelas ligadas a terra, fundamentando as investigações elaboradas atualmente sobre a área rural, incorporando-a ao processo de ocupação do espaço.

Nesta perspectiva, um estudo realizado por Carneiro (1998a) apresenta as questões básicas da configuração do espaço rural como uma categoria imprecisa, constituída socialmente na discussão de como a juventude rural vem sendo afetada pela dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos, combinada com o agravamento da situação de falta de perspectivas para os que vivem da agricultura.

Seu trabalho tem como importante objetivo a identificação de imagens sobre os mundos rurais e urbanos que ilustram e dão sentido aos projetos de vida da juventude rural, juntamente com a inserção em atividades econômicas e as perspectivas que se abrem com a maior aproximação entre o campo e a cidade. Os ideais da juventude rural que sintetizam o que é definido como projeto de vida "rurbano", manifestam-se na construção de uma nova identidade, presa ainda à cultura de origem e associada à cultura urbana como referência para a construção de projetos futuros, geralmente orientados pelo desejo de inserção no mundo moderno. "Essa inserção, no entanto, não implica a negação da cultura de origem, mas supõe uma convivência que resulta na ambiguidade de quererem ser, ao mesmo tempo, diferentes e iguais aos da cidade e aos da localidade de origem"(CARNEIRO, 1998a, p. 99).

Essa ambiguidade é sustentada pelo exercício crescente da pluriatividade, que vem das modificações na exploração agrícola e da oferta de alternativas de emprego mantidas por capitais de origem urbana. Isso é facilitado, sobretudo, pela intensificação da comunicação entre a cidade e o campo, acesso a bens e valores urbanos, e ao não incentivo ao estabelecimento da residência em áreas urbanas, seja pela crescente violência ou pela falta de acesso aos bens públicos. Soma-se a isso a dificuldade de emprego nas cidades para um jovem de origem rural, com qualificação profissional e nível educacional geralmente menores.

Assim, residir na zona rural ganha um valor ligado à idealização da vida no campo pelo citadino, transcendendo o reduzido custo de vida comparado com o urbano, o que também motivaria a permanência na área rural. O surgimento de novas atividades econômicas possibilitando da mesma forma a permanência da população no rural e o intercâmbio com a cidade de parte dos membros da família, na inserção em atividades na área urbana, importa da mesma forma na valorização do rural. Isto reforça o estreitamento das relações com a cidade, uma vez que o intercâmbio entre o local de residência, trabalho, descanso e lazer, passa a ser realizado pelos moradores de ambas as áreas.

"Rurbanização", ou a configuração do "rurbano", pode ser entendida nas relações sociais em um universo de culturas distintas, onde o modo de vida é criado junto à idealização do lugar por parte dos residentes nas áreas rurais e urbanas, tendo como pressuposto a combinação de valores pertencentes a ambos. Pode-se dizer que a delimitação espacial do "rurbano" faz parte da ideia criada do território, definido muito além da base física onde se estabelecem os indivíduos e empreendimentos[iv].

O desenvolvimento de novas atividades econômicas desvinculadas do setor primário de produção, no sentido da geração de empregos e renda, sustenta as argumentações sobre as mudanças marcantes no rural brasileiro quanto à retenção e mesmo quanto ao crescimento da população em algumas áreas rurais, principalmente nos anos 90. Da mesma forma, a importância econômica dessas atividades para a população local é a base para a definição do que se tem chamado de o *"novo rural",* que engloba a área rural como um todo, modificada quanto à inserção econômica e à concentração da população residente.

Para essa discussão será utilizada como principal referência , os estudos sobre a população residente no meio rural brasileiro realizados no Projeto "rurbano", elaborados por vários grupos de pesquisa em todo o Brasil, e coordenados pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP[v]. Esse projeto teve como objetivo geral reconstruir as séries históricas para o período 1981/95, utilizando os dados originais das PNADs, relativos a população ocupada, emprego e renda.

Silva (1999) trouxe em seu trabalho as ideias básicas condutoras deste projeto e os resultados essenciais à compreensão do que passaram a chamar de o "novo rural brasileiro". Resumidamente, o autor apresenta o "novo rural" composto por uma série de atividades coexistentes, quais sejam: i) uma agropecuária moderna baseada na produção de *commodities* e nas agroindústrias; ii) um conjunto de atividades de subsistência, que engloba a agricultura rudimentar e a criação de pequenos animais; iii) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e finalmente iv) um conjunto de "novas" atividades agropecuárias, ocupando nichos específicos de mercado, cujas demandas vêm sendo criadas por parcelas particulares da população urbana.

O Estado de São Paulo é uma das áreas no Brasil que tem apresentado uma série de alterações em sua estrutura econômica e social na área rural, que pode ser entendida na configuração do "novo rural" na atualidade. Esse "novo rural" tem sido definido com a

emergência e ampliação de atividades não-agrícolas entre os residentes tradicionais e os novos habitantes dessas áreas rurais.

Silva (1999) afirmou que as atividades desenvolvidas desde há muito no rural vêm ganhando renovada importância econômica, trazendo com isto novas e fundamentais características para o que se concebe hoje como o "novo rural". Foi considerado que dessas atividades surgiram atividades agrícolas modificadas e atividades rurais não-agrícolas derivadas, do que chamou "crescente urbanização do meio rural", dada por meio do estabelecimento de moradia, turismo, lazer e prestação de serviços, como também das atividades decorrentes da preservação ou conservação do meio ambiente.

Novamente ressalta-se a ocorrência do fenômeno da pluriatividade e da agricultura em tempo parcial que têm se manifestado na especialização das unidades produtivas, no crescimento da prestação de serviços, na formação de redes dentro dos distintos complexos agroindustriais, no crescimento do emprego rural não-agrícola e na melhoria das condições de vida e de lazer no meio rural.

Esses estudos revelaram, no exame da evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro de 1992 a 1995, que não houve uma redução da População Economicamente Ativa (PEA) residente nas zonas rurais dos municípios brasileiros. Houve, entretanto, a mudança na ocupação da população rural para atividades não-agrícolas, evidenciando a baixa oferta de trabalho especificamente agrícola e a busca de atividades econômicas com maior rendimento. A possibilidade da ocupação da PEA nessas atividades abre perspectivas ao desenvolvimento rural, com implantação de medidas voltadas à inserção da população residente nessa área.

Saraceno (1994), em seu estudo sobre tendências recentes do desenvolvimento rural, salienta que o rural apresenta-se como um novo tipo de área, mais dinâmica, detentora de uma economia local integrada às mudanças nas atividades econômicas. Afirma que o desenvolvimento dessas áreas, ou das economias locais, não se reproduz isoladamente, devendo ser visto segundo a diversificação interna e a integração externa.

A inserção social da população rural nessa nova dinâmica econômica da área onde reside é reforçada pela necessidade da garantia de qualidade de vida local e da participação nas atividades desenvolvidas dentro de mecanismos de mercado também diferenciados. Em estudos sobre perspectivas do desenvolvimento rural, Abramovay (1998) afirma não existir qualquer razão técnica que possa excluir os residentes na área rural, sejam eles agricultores ou não, da realização das novas funções que o meio rural possa preencher para

a sociedade, mencionando, como exemplo, atividades voltadas ao lazer e à conservação ambiental.

Nesse sentido, cabe a preocupação sobre quem está realizando os investimentos, sobre qual comando e em que fatores se baseiam as decisões na implantação das novas atividades econômicas responsáveis pela formação e ocupação do rural. Ainda, resta saber como têm se alterado os indicadores de qualidade de vida da população residente. Seguramente, as projeções de êxito na configuração desse "novo rural" dependem do rigor desses investimentos[vi].

O rural ganha a dimensão de área não mais isolada, mantida por atividades econômicas diversas, área aberta e integrada por diferentes comunidades. A área rural deve ser vista com inserção socioeconômica plena, tanto em áreas urbanas, como em outras áreas rurais, possibilitando resgatar e ilustrar as relações de troca e convivência entre essas áreas.

Entretanto, esses estudos sobre o "novo rural" foram elaborados sob a premissa do processo de urbanização do rural, apresentando as alterações no campo quanto ao desenvolvimento de novas atividades econômicas, que certamente mostram novas relações com o urbano, como também a manutenção da população residente na área, juntamente com a ampliação de negócios e serviços. A formulação do "rurbano" não invalida essas afirmações, somente considera a sua configuração caracterizada como um espaço de interação entre diferentes modos de vida, não como um espaço recriado somente com valores urbanos, o que levaria a se assumir a existência do rural somente como idealização urbana.

Espera-se, por fim, ter deixado claras as definições dadas sobre a área rural, tornando possível a utilização desses termos (urbano, rural, "rurbano" e "novo rural") no decorrer deste trabalho, com o sentido apropriado a cada um deles sem a necessidade de redefini-los. Cabe ainda lembrar que estas definições espelham parte da dinâmica de ocupação do espaço e podem ser apresentadas como elementos que caracterizam a vida rural. Da mesma forma, a caracterização da população residente na área rural deve ser elaborada por meio da análise demográfica , buscando-se a distribuição segundo a situação do domicílio, a constituição por sexo, idade, educação, ocupação, renda, como exemplos de possibilidades de análise, permitindo a indicação de quem tem sido a população do rural paulista no período considerado.

1.2 O rural paulista no contexto nacional

As características socioeconômicas predominantes em São Paulo em sua história foram marcadas por mudanças ocorridas na estrutura da sociedade e na estrutura econômica brasileira, seja na incorporação de atividades ligadas ao setor primário de produção, reforçando a ocupação da área rural, seja no processo de urbanização e industrialização, efetivado pela maior concentração populacional nas cidades.

A distribuição e o crescimento da população brasileira de 1950 até 2000, segundo a situação do domicílio urbana ou rural e o graus de urbanização respectivos estão na Tabela 1. A área rural brasileira mostrou, como já mencionado, uma diminuição da população residente em 1980 de 3.0 milhões pessoas, ou 7,3 % das pessoas recenseadas em 1970. Esse declínio continuou em 1991 com uma redução de 2.7 milhões de pessoas, ou 7,1% em 1980. No ano 2000 ainda persistiu a diminuição da população rural no Brasil, segundo os dados preliminares do Censo Demográfico referente a esse ano. A área rural brasileira apresentou uma diminuição de sua população de 3.9 milhões de pessoas, ou o equivalente a 11% da população rural em 1991.

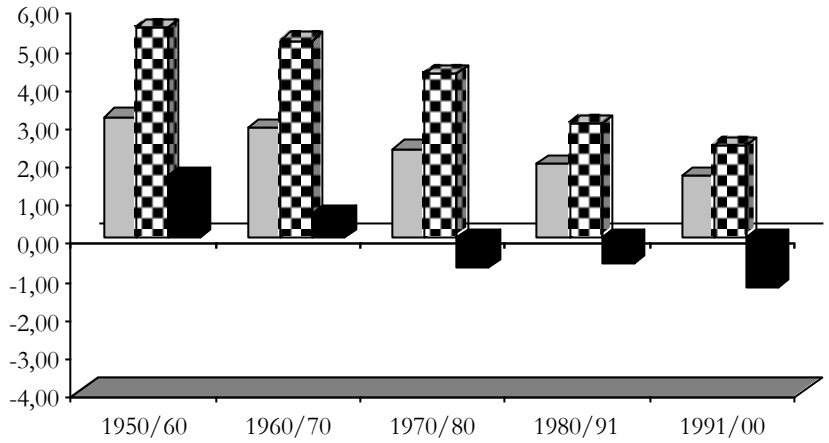
TABELA 1 – População residente no Brasil e crescimento absoluto, segundo a situação do domicílio e grau de urbanização (%) – Brasil – 1950-2000

População residente	**1950**	**1960**	**1970**	**1980**	**1991**	**2000**
Total	51.944.397	70.992.343	94.508.583	119.002.706	146.815.807	169.544.443
Urbana	18.782.891	32.004.817	52.904.744	80.436.409	110.996.837	137.697.439
Rural	33.161.506	38.987.526	41.603.839	38.566.297	35.818.970	31.847.004
Grau de urbanização (%)	36,16	45,08	55,98	67,59	75,60	81,22
Crescimento absoluto	**1950/60**	**1960/70**	**1970/80**	**1980/91**	**1991/2000**	
Pop. Total	19.047.946	23.516.240	24.494.123	27.813.101	22.728.636	
Pop. Urbana	13.221.926	20.899.927	27.531.665	30.560.428	26.700.602	
Pop. Rural	5.826.020	2.616.313	-3.037.542	-2.747.327	-3.971.966	

Fonte: IBGE (Censos Demográficos do Brasil, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991); Dados preliminares do Censo Demográfico (2000).

A taxa média anual de crescimento da população brasileira diminuiu neste período, apresentando valores negativos para a população rural, pela continuada saída desta população para as áreas urbanas associada à diminuição de seu ritmo de crescimento. As áreas urbanas também apresentaram uma diminuição nas taxas médias anuais de crescimento no período considerado (Figura 1).

FIGURA 1 – Taxa média anual de crescimento da população do Brasil, segundo a situação do domicílio – 1950/60, 1960/70, 1970/80, 1980/91 e 1991/2000



Fonte: IBGE (Censos Demográficos do Brasil, 1950, 1960, 1970, 1991); Dados preliminares do Censo Demográfico (2000).

A Contagem Populacional de 1996 e os dados preliminares do Censo 2000, mesmo apresentando uma diminuição da população rural para o total do país, assim como para o total de cada uma das cinco Regiões brasileiras, mostraram ganhos na população rural em alguns Estados, mostrando uma consistente, embora numericamente modesta, mudança nessa tendência nos anos 90.

Os Estados de São Paulo, Amazonas e Acre apresentaram um crescimento absoluto da população rural já no início do período considerado (1991-96) e o Distrito Federal, Sergipe, Rondônia e Roraima apresentaram um aumento da população rural no intervalo 1991-2000. Juntos esses Estados tiveram um aumento da população rural igual a pouco mais de 370,0 mil pessoas, que somado a perda de quase 4,3 milhões de pessoas nos demais Estados brasileiros, formaram o saldo negativo de 3,9 milhões de pessoas residindo nas áreas rurais do Brasil em 2000, como já apresentado na Tabela 1.

Esse aumento da população rural em alguns estados brasileiros poderia implicar em formas de melhor utilização do espaço rural, criando alternativas direcionadas à maximização do emprego e da renda da população residente, possibilitando a sua retenção no campo. Ainda poderia indicar uma preocupação com os sérios problemas pelos quais passa a área rural brasileira, principalmente na inserção da população que busca oportunidades em outros lugares, assim como daquelas pessoas que permanecem nessas áreas, retratando enormes dificuldades de sobrevivência.

Como já enfatizado, o Estado de São Paulo tem historicamente apresentado grande importância na concentração da população nas áreas rurais e urbanas, no processo de ocupação do espaço brasileiro. Tratando-se da retomada do crescimento da população rural nos anos 90, novamente o Estado apareceu como uma das principais áreas no Brasil que apresentou um ganho nesta população, destacando-se também no contexto da Região Sudeste, que apresentou uma perda da população rural para o total regional, neste período.

Para finalizar a abordagem proposta da caracterização da área rural paulista, introduzindo-se a análise demográfica que se objetiva, será apresentada a distribuição da população, segundo a situação do domicílio, em São Paulo de 1950 até o ano 2000, mostrando as flutuações na concentração populacional no Estado. Esse período contempla o aumento do grau de urbanização estadual em 1950, superando os 50%, as décadas de intensa perda da população rural e a retomada do crescimento desta população.

É fato que as mudanças mencionadas no modo de vida e na configuração do rural no Estado de São Paulo foram acentuadas com a rápida urbanização da região, estimulada pelo progresso industrial e abertura de mercado. São Paulo apresentou um grau de urbanização em 1950 de 52,59%, aumentando para 88,64% trinta anos depois, dando o primeiro salto relativo à concentração da população na área urbana estadual. A população do Estado de São Paulo passou de 25,0 milhões para quase 37,0 milhões de habitantes entre 1980 e 2000. Nesse período, seu grau de urbanização teve um incremento, dos já elevados 88,64% para 93,41%. Mesmo com o aumento da concentração da população estadual na área urbana, houve diferenças importantes no crescimento da população estadual nos últimos períodos considerados (Tabela 2).

Houve um formidável aumento da população total no período 1970/80 (de 7,2 milhões de pessoas, ou 41% da população residente em 1970). Nos anos 80, esse crescimento arrefeceu-se (6,5 milhões de pessoas ou 26% na década). Nos anos 90 a diminuição no crescimento da população persistiu, embora no balanço final tenha sido acrescido, na população total do Estado de São Paulo, 5,3 milhões de novos habitantes no tempo que se estendeu de 1991 até o ano 2000, representando 17% da população em 1991.

TABELA 2 – População residente no Estado de São Paulo, crescimento absoluto, segundo a situação do domicílio e grau de urbanização (%) – ESP, 1950 – 2000

População residente	**1950**	**1960**	**1970**	**1980**	**1991**	**2000**
Total	9.134.423	12.823.806	17.771.948	25.042.074	31.588.925	36.966.527
Urbana	4.804.211	8.044.377	14.276.239	22.196.896	29.314.861	34.529.142
Rural	4.330.212	4.779.429	3.495.709	2.845.178	2.274.064	2.437.385
Grau de urbanização (%)	52,59	62,73	80,33	88,64	92,80	93,41
Crescimento absoluto	**1950/60**	**1960/70**	**1970/80**	**1980/91**	**1991/2000**	
Pop. Total	3.689.383	4.948.142	7.270.126	6.546.851	5.377.602	
Pop. Urbana	3.240.166	6.231.862	7.920.657	7.117.965	5.214.281	
Pop.Rural	449,217	-1.283.720	-650,531	-571,114	163,321	

Fonte: IBGE (Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991); Dados preliminares do Censo Demográfico (2000).

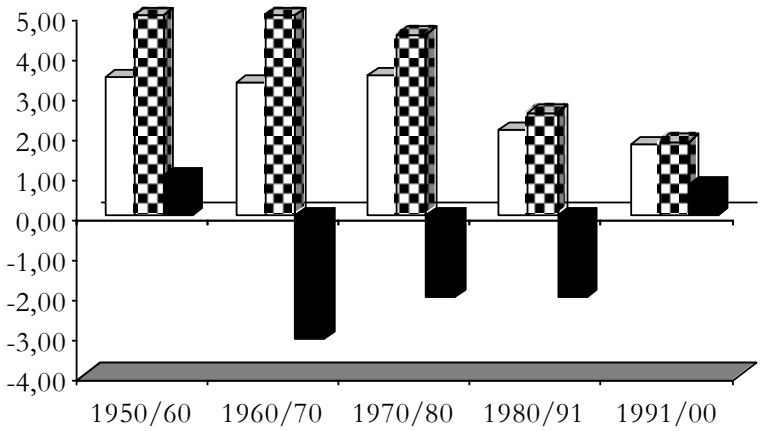
Cabe somente ser ressaltado que a área urbana do Estado tem mostrado um consistente aumento de sua população em todo o período considerado. Por outro lado, a população rural do Estado de São Paulo, mostrou um marcado decréscimo já no período censitário de 1960/70. Os números envolvidos, embora inferiores aqueles referentes à população urbana, chegou a mais de 1,2 milhões de pessoas, representando uma taxa média de -3,08% a.a., ou a perda de aproximadamente um quarto da população na década. Esse êxodo populacional persistiu durante as duas décadas seguintes, com uma média anual próxima a -2.0% a.a. Entretanto nos anos 90, juntamente com a diminuição nas taxas médias anuais de crescimento para a população total e urbana, houve uma inversão, para valores positivos, da taxa anual de crescimento da população residente na área rural do Estado (Figura 2). Muito embora esse crescimento da população rural tenha sido um fato importante e inusitado no país, essa surpresa não resiste, ao nosso ver, a um olhar mais cuidadoso dos dados desagregados regionalmente e, em particular, segundo um maior detalhamento da informação sobre a situação do domicílio[vii].

No primeiro quinquênio dos anos 90, a tendência de perda populacional das últimas três décadas foi revertida, com um ganho de população de aproximadamente 77,0 mil pessoas na área rural do Estado de São Paulo, representando 0,67% de crescimento anual. A segunda metade dos anos 90 apresentou um ganho ainda maior desta população, de quase 86,0 mil pessoas, ou 0,90% de crescimento anual, sendo que o crescimento médio anual para a década foi de 0,77% ou 163,3 mil pessoas (Tabela 2).

Rodrigues (1998) e Cunha e Rodrigues (1999) em estudos sobre a distribuição da população em São Paulo na primeira metade dos anos 90, utilizando dados censitários, apresentaram como o fato mais relevante nesse processo, a volta ao crescimento da

população rural paulista ter sido muito localizada, acontecendo predominantemente na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

FIGURA 2 – Taxa média anual de crescimento da população do Estado de São Paulo (%), segundo a situação do domicílio



Fonte: IBGE (Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991); Dados preliminares do Censo Demográfico (2000).

O fato da RMSP ter concentrado a retomada do crescimento da população rural do Estado pode ter várias implicações cruciais: i) Esse crescimento da população não deve estar necessariamente relacionado com uma área tipicamente agrícola; ii) A parte do rural que tem apresentado crescimento está próxima à área urbana, implicando que iii) o que está sendo chamado de "retomada do crescimento rural" pode ser na verdade uma "expansão da área urbana". Por isso, será introduzido à frente a definição de uma "área de transição" para prover um melhor entendimento do crescimento da população rural no Estado de São Paulo.

Tendo em vista os dados anteriores, em particular, o fato do crescimento da população rural paulista dever-se principalmente à RMSP, seria fundamental averiguar a natureza deste fenômeno. Assim, cabe perguntar: em que medida esse incremento não estaria refletindo um "pseudo" processo de ruralização da população, escamoteando um "transbordamento" da população urbana para áreas ainda classificadas como rurais?

De fato, é muito provável que se tratando da RMSP e, em particular, do município de São Paulo, esse seja o caso, já que embora com espaços oficialmente rurais, essas áreas não possuem características relativas à estrutura produtiva e às atividades agrícolas capazes de justificar uma "volta" da população ao campo. Contudo, não se pode desconsiderar que a RMSP tem

várias vantagens (mercado consumidor, por exemplo) que poderiam, de fato, incentivar atividades não-agrícolas no meio rural explicando parte deste crescimento.

Segue-se com as características demográficas da população residente no rural paulista com as informações dos Censos Demográficos de 1980, 1991, da Contagem Populacional de 1996 e com os dados preliminares do Censo 2000, objetivando-se a diferenciação regional tanto na distribuição da população nas áreas urbanas e rurais, como na importância relativa destas áreas na dinâmica socioeconômica de ocupação do espaço estadual.

II – CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO RURAL PAULISTA NOS ANOS 80 E CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ANOS 90

O primeiro ponto definido para o estudo da área rural foi a sua delimitação geográfica, que correspondeu a mesma utilizada pela Fundação IBGE em seus levantamentos censitários nos anos referentes à década dos 80 e 90. Estes dados foram utilizados em uma análise regional representada pela composição, ocupação, movimentos populacionais, entre outras variáveis demográficas correspondentes a sua configuração. As informações referentes à situação do domicílio definiram as áreas de residência, urbana ou rural, que juntamente com os vínculos resultantes da análise de certas características demográficas da população possibilitaram a indicação de relações socioeconômicas existentes entre estas áreas.

Com as informações disponíveis até o momento sobre a população residente em São Paulo pode-se realizar uma análise da distribuição e crescimento da população na área rural, até o presente. O estudo das demais características da população rural ficou restrito à década de 80 e ao primeiro quinquênio dos anos 90, quando da existência dos dados na Contagem Populacional de 1996. Avaliou-se a composição da população residente no rural, por sexo, idade e educação, conjugadas com as informações sobre a inserção da PEA ocupada nos setores de atividades econômicas e renda *per capita* familiar.

As considerações sobre migração foram feitas para os anos 80, apresentando-se as relações entre o urbano e o rural na composição da população residente quanto à concentração da população migrante em ambas as áreas, com a importância relativa à cada Mesorregião estudada. Finalizou-se com a apresentação da localização do domicílio da população residente na área urbana e na área rural estadual.

2.1 Divisão política do Estado de São Paulo em Mesorregiões e características da estrutura rural

O Estado de São Paulo possuía em 1991, 572 municípios, agrupados em 15 Mesorregiões constituídas de 63 Microrregiões. Em 1996/2000 o número de municípios aumentou para 645, mantendo-se as mesmas denominações para as Meso e Microrregiões anteriores. Para o estudo que se pretende e pela importância da RMSP na distribuição da população estadual, optou-se por separar a Microrregião de Santos da Mesorregião chamada Metropolitana de São Paulo, formando a décima sexta região, ao contrário das quinze Mesorregiões conhecidas[viii]. A Figura 3 apresenta a localização das Mesorregiões no Estado de São Paulo.

FIGURA 3 – Divisão política do Estado de São Paulo em Mesorregiões Geográficas, 1995/96

Divisão Política do Estado de São Paulo em Mesorregiões (1995/96)
Fonte: Fundação Seade (1997) e IBGE (1995; 1996)

Optou-se pelo agrupamento municipal nas Mesorregiões estaduais, essencialmente pelo fato de ser esta a divisão elaborada pela Fundação IBGE em seus levantamentos censitários no território nacional, possibilitando estudos com a mesma base para todos os estados brasileiros. As Mesorregiões são unidades homogêneas dentro do Estado, relativamente maiores que as Microrregiões e que foram criadas segundo o dispositivo do

Decreto nº 67.647, de 23 de novembro de 1970, que estabeleceu a Divisão Regional do Brasil para fins estatísticos. Assim, tendo os resultados censitários por Mesorregiões, Microrregiões e por Municípios, foi possível obter-se as mesmas informações para a população residente nestas áreas em todo o período considerado neste estudo, mesmo quando as Mesorregiões foram apresentadas com nomes diferentes nas duas décadas[ix].

Tratando-se de certas características da estrutura produtiva da área rural paulista, segundo informações do Censo Agropecuário (IBGE, 1995; 1996), pode-se afirmar que o Estado de São Paulo possui ainda uma agricultura extremamente desenvolvida, com alto nível tecnológico e com constantes e crescentes incentivos financeiros. O setor agrícola paulista encontra-se fortemente integrado com os demais setores econômicos, o que reflete um alto nível de capitalização da agricultura, sustentado pelo estabelecimento de agroindústrias em diversas Regiões do Estado, baseadas em diferentes culturas.

Consta na análise geral da estrutura da área rural paulista uma diminuição do número dos estabelecimentos na área rural em São Paulo, sendo que esta diminuição foi atribuída à reestruturação da área rural e ao ajuste da economia, aumentando a competitividade entre os produtores pelo avanço e acesso a novas tecnologias, resultando muitas vezes no abandono da propriedade, assim como a introdução de atividades não ligadas necessariamente à atividade agrícola; a continuidade da migração rural-urbana; a instituição em 1988 da aposentaria para o trabalhador rural e a extensão dos benefícios da previdência social ao campo, o FUNRURAL (IBGE, 1995; 1996).

Para a o Estado de São Paulo acrescenta-se a esses fatores a tendência observada há certo tempo, da perda de áreas agrícolas para áreas urbanas, para o estabelecimento de atividades voltadas ao recreio rural, para represas hidroelétricas, estradas e outras obras de infraestrutura. Da mesma forma, cresce a tendência na ocupação dessa área para o estabelecimento de residência, o que será avaliado no decorrer do trabalho com o quesito censitário relativo à localização do domicílio.

Resumidamente, pode-se afirmar que a área rural paulista está estruturada com a predominância de propriedades de tamanho médio e grande; com os estabelecimentos agropecuários concentrados na parte oeste e noroeste do Estado, tanto em número como em área; com a maior proporção do uso da terra destinado às pastagens, o que não diminuiu a importância da produção agrícola estadual, sobretudo da cultura temporária; com parte importante da produção agropecuária ligada aos empreendimentos

agroindustriais e, por fim, com a presença de remanescentes florestais naturais, essencialmente em sua parte litorânea e proximidades.

Cabe lembrar, que da cobertura vegetal original pouco resta, uma vez que as antigas florestas, que cobriam 82% desse Estado (20,4 milhões ha) deram lugar a campos de cultivo, sendo também extraídas para servir de combustível ou matéria-prima para construção ou marcenaria. As áreas de florestas nativas remanescentes concentram-se na Região do Litoral, em partes da Região de Sorocaba e do Vale do Paraíba. Isso corresponde a 60% dos remanescentes florestais que aparecem em áreas contínuas. Nas demais Regiões do Estado observam-se além de índices de cobertura vegetal inexpressivos, uma distribuição dispersa em pequenas manchas. A diminuição das áreas cobertas por matas e florestas naturais no Estado acentuou-se nos últimos 20 anos, principalmente nessas áreas onde essa vegetação já se encontrava bastante reduzida[x] (HOGAN et al., 2000).

Destaca-se ainda como característica das propriedades rurais no Estado de São Paulo a predominância dos proprietários, como condição do produtor, no período analisado, juntamente com uma redução importante, nos anos 90, das formas tradicionais de cultivo por parceria. O rompimento dessa relação de trabalho fez com que se quebrassem os laços que mantinham indivíduos ligados às áreas rurais no Estado, não somente pela atividade agrícola, como e principalmente pela desobrigação da manutenção do parceiro residindo na propriedade, com a sua gleba produzindo para subsistência. Uma das consequências é o continuado movimento migratório do campo, essencialmente em direção às cidades (CAIADO, 2000).

Da análise da condição do produtor foi também indicada uma expansão do segmento empresarial da agropecuária em São Paulo, na contratação de profissionais especializados, devido a um aumento significativo na participação do número e da área dos estabelecimentos cuja gerência esteve nas mãos de administradores, essencialmente na condição de proprietário.

Apresentadas as características julgadas necessárias a uma breve abordagem sobre a estrutura da área rural do Estado de São Paulo, construindo uma ideia da área que será examinada nesse estudo, segue-se com as informações sobre as características demográficas da população residente no rural paulista nos anos 80 e 90.

2.2 Distribuição da população nas áreas urbana e rural, por Mesorregião

Com a proposta de análise do período de crescimento da população rural no Estado de São Paulo apresenta-se a população residente nas áreas urbana e rural nas Mesorregiões estaduais, nos anos 90 e na década anterior. Na Tabela 3 encontra-se a população residente em São Paulo neste período, considerando-se as informações da Contagem Populacional de 1996, como introdução à análise posterior sobre a área de transição. Contanto, ressalta-se que embora tenha que ser considerada a possível subenumeração da população residente no rural em 1996, a tendência do crescimento desta população ocorrer em certas regiões do Estado é confirmada pelos dados preliminares do Censo Demográfico de 2000.

TABELA 3 – População residente segundo a situação do domicílio e grau de urbanização (%) – Estado de São Paulo, por Mesorregiões, 1980, 1991, 1996 e 2000

Messoregiões	Ano 1980			Grau de Urb %	Ano 1991			Grau de Urb %
	Total	Urbana	Rural		Total	Urbana	Rural	
1) S. J. R. Preto	1.040.241	729,808	310,433	70,16	1.242.883	1.039.929	202,954	83,67
2) Ribeirão Preto	1.348.482	1.143.634	204,848	84,81	1.806.475	1.644.439	162,036	91,03
3) Araçatuba	491,392	384,836	106,556	78,32	577,610	505,417	72,193	87,50
4) Bauru	888,789	690,207	198,582	77,66	1.118.828	977,706	141,122	87,39
5) Araraquara	450,997	373,007	77,990	82,71	609,306	542,802	66,504	89,09
6) Piracicaba	750,394	654,072	96,322	87,16	1.008.882	903,918	104,964	89,60
7) Campinas	1.927.820	1.598.485	329,335	82,92	2.680.848	2.428.777	252,071	90,60
8) P. Prudente	683,087	464,313	218,774	67,97	749,942	610,476	139,466	81,40
9) Marília	327,550	240,123	87,427	73,31	372,752	314,077	58,675	84,26
10) Assis	381,005	267,857	113,148	70,30	459,147	374,713	84,434	81,61
11) Itapetininga	522,116	303,021	219,095	58,04	642,999	455,428	187,571	70,83
12) Macro Metrop. Pta	1.273.426	1.035.713	237,713	81,33	1.776.056	1.538.285	237,771	86,61
13) VParaíba Pta	1.221.221	1.069.274	151,947	87,56	1.651.594	1.513.078	138,516	91,61
14) Lit Sul Pta	241,369	155,826	85,543	64,56	324,286	233,354	90,932	71,96
15) RMSPaulo	12.588.745	12.183.715	405,030	96,78	15.444.941	15.112.493	332,448	97,85
16) Santos	905,440	903,005	2,435	99,73	1.122.376	1.119.969	2,407	99,79
Total do ESP	**25.042.074**	**22.196.896**	**2.845.178**	**88,64**	**31.588.925**	**29.314.861**	**2.274.064**	**92,80**

Messoregiões	1996			Grau de Urb %	2000			Grau de Urb %
	Total	Urbana	Rural		Total	Urbana	Rural	
1) S. J. R. Preto	1.337.580	1.165.289	172,291	87,12	1.418.816	1.262.167	156,649	88,96
2) Ribeirão Preto	1.957.436	1.824.289	133,147	93,20	2.103.735	1.990.413	113,322	94,61
3) Araçatuba	608,580	548,551	60,029	90,14	635,427	580,651	54,776	91,38
4) Bauru	1.215.376	1.101.875	113,501	90,66	1.307.940	1.205.048	102,892	92,13
5) Araraquara	665,396	602,538	62,858	90,55	718,731	665,424	53,307	92,58
6) Piracicaba	1.121.538	1.017.313	104,225	90,71	1.216.753	1.140.708	76,045	93,75
7) Campinas	2.976.079	2.741.537	234,542	92,12	3.266.421	3.061.358	205,063	93,72
8) Pres. Prudente	770,476	641,022	129,454	83,20	803,490	684,622	118,868	85,21
9) Marília	388,594	344,429	44,165	88,63	417,858	376,743	41,115	90,16
10) Assis	491,799	424,086	67,713	86,23	517,129	455,187	61,942	88,02
11) Itapetininga	690,372	516,910	173,462	74,87	747,805	577,349	170,456	77,21
12) Macro Metrop.Pta	1.972.133	1.735.596	236,537	88,01	2.250.035	1.961.032	289,003	87,16
13) Vale Paraíba Pta	179,271	1.642.201	150,513	91,60	1.989.692	1.849.741	139,951	92,97
14) Litoral Sul Pta	366,321	276,976	89,345	75,61	422,956	331,587	91,369	78,40
15) Metrop. São Paulo	16.581.933	16.005.559	576,374	96,52	17.833.511	17.074.842	758,669	95,75
16) Santos	1.182.783	1.179.447	3,336	99,72	1.316.228	1.312.270	3,958	99,70
Total do ESP	**34.119.110**	**31.767.618**	**2.351.492**	**93,11**	**36.966.527**	**34.529.142**	**2.437.385**	**93,41**

Fonte: IBGE (Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1980 e 1991); Contagem Populacional, 1996 e dados preliminares do Censo Demográfico 2000.

Todas as Mesorregiões do Estado apresentaram a maior concentração da população em suas áreas urbanas em 1980 até o ano 2000. Em 1980, existiam ainda cinco dessas áreas que possuíam, em torno de 30%, de sua população residindo na área rural, somando por volta de 947,0 mil pessoas ou 33% da população rural estadual. Três delas estavam situadas ao oeste paulista (São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Assis) e as duas restantes próximas ao litoral (Itapetininga e Litoral Sul Paulista), com importantes áreas florestais voltadas à conservação e preservação ambiental, como enfatizado anteriormente. Já nos anos que se seguiram todas as Mesorregiões tiveram um grau de urbanização superior a 71%.

Ainda em 1980, três dessas áreas (Araçatuba, Bauru e Marília) apresentaram 20% a 29% da população residindo em suas áreas rurais, somando 392,5 mil pessoas ou 14% do total rural estadual. Já em 1991, essa concentração populacional na área rural (20% a 29%) foi referente às Mesorregiões de Itapetininga e Litoral Sul Paulista que somaram no ano 2000, 261,8 mil pessoas, ou 11% do total estadual.

As três áreas mencionadas, Araçatuba, Bauru e Marília, passaram a possuir um grau de urbanização superior a 80% em 1991, como a maioria das Mesorregiões do Estado neste ano, concentrando em suas áreas rurais de 5% até 19% da população residente. Em 1980, foram somente seis áreas que apresentaram essa condição (5% até 19% rural), somando 1,0 milhão de pessoas, ou 39% da população rural estadual, aumentando para doze Mesorregiões, que somaram 1,6 milhões de pessoas em 1991 (73%), e por volta de 1,4 milhões de pessoas em 2000 (58% da população rural estadual).

As duas regiões restantes, a Metropolitana de São Paulo e a Microrregião de Santos concentraram em todo o período analisado menos de 5% da população em suas áreas rurais. A primeira, que passará a ser denominada de Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), concentrou em 1980, 405,0 mil pessoas na área rural, sendo sozinha responsável por 14% da população rural estadual. Esse número diminuiu para 332,4 mil em 1991, retomando o crescimento com 576,3 mil pessoas em 1996 e 758,6 mil no ano 2000, elevando o participação na população rural estadual de 14% para 25% e 31%, respectivamente. Embora a Região de Santos também tenha elevado o número de residentes em sua área rural nos anos 90, representou somente aproximados 0,2% da população rural estadual em todo o período considerado (Tabela 3 e Tabela 4).

TABELA 4 – Participação relativa da população regional na população do Estado de São Paulo (%), 1980, 1991,1996 e 2000

Mesorregiões	Participação relativa da população regional por situação do domicílio (%) Ano/Situação do domicílio											
	1980			1991			1996			2000		
	Total	UR	RU	Total	UR	RU	Total	UR	RU	Total	UR	RU
1) S. J. R. Preto	4,2	3,3	10,9	3,9	3,5	8,9	3,9	3,7	7,3	3,8	3,7	6,4
2) Ribeirão Preto	5,4	5,2	7,2	5,7	5,6	7,1	5,7	5,7	5,7	5,7	5,8	4,6
3) Araçatuba	2,0	1,7	3,7	1,8	1,7	3,2	1,8	1,7	2,6	1,7	1,7	2,2
4) Bauru	3,5	3,1	7,0	3,5	3,3	6,2	3,6	3,5	4,8	3,5	3,5	4,2
5) Araraquara	1,8	1,7	2,7	1,9	1,9	2,9	2,0	1,9	2,7	1,9	1,9	2,2
6) Piracicaba	3,0	2,9	3,4	3,2	3,1	4,6	3,3	3,2	4,4	3,3	3,3	3,1
7) Campinas	7,7	7,2	11,6	8,5	8,3	11,1	8,7	8,6	10,0	8,8	8,9	8,4
8) Pres. Prudente	2,7	2,1	7,7	2,4	2,1	6,1	2,3	2,0	5,5	2,2	2,0	4,9
9) Marília	1,3	1,1	3,1	1,2	1,1	2,6	1,1	1,1	1,9	1,1	1,1	1,7
10) Assis	1,5	1,2	4,0	1,5	1,3	3,7	1,4	1,3	2,9	1,4	1,3	2,5
11) Itapetininga	2,1	1,4	7,7	2,0	1,6	8,2	2,0	1,6	7,4	2,0	1,7	7,0
12) Macro Metr. Pta	5,1	4,7	8,4	5,6	5,2	10,5	5,8	5,5	10,1	6,1	5,7	11,9
13) V. Paraíba Pta	4,9	4,8	5,3	5,2	5,2	6,1	5,3	5,2	6,4	5,4	5,4	5,7
14) Litoral Sul Pta	1,0	0,7	3,0	1,0	0,8	4,0	1,1	0,9	3,8	1,1	1,0	3,7
15) RMSP	50,3	54,9	**14,2**	48,9	51,6	**14,6**	48,6	50,4	**24,5**	48,2	49,5	**31,1**
16) Santos	3,6	4,1	0,1	3,6	3,8	0,1	3,5	3,7	0,1	3,6	3,8	0,2
Total do ESP	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**

Fonte: IBGE (Censos Demográficos do Estado de São Paulo,1980 e 1991); Contagem Populacional (1996) e Dados preliminares do Censo Demográfico (2000).

Esse quadro, além de revelar uma elevada participação relativa da população da área rural no Estado em Mesorregiões possuidoras de um grau de urbanização superior a 81%, forneceu a primeira evidência que o aumento da população rural da Região Metropolitana de São Paulo estaria implicando no crescimento da população rural estadual de maneira importante, uma vez que representou nos anos 90 mais de 30% da população rural estadual, associado ao fato da diminuição da população residente no rural em quase todas as Mesorregiões restantes, como confirmado a seguir.

Entre as primeiras notícias divulgadas sobre os dados preliminares do Censo 2000 incluiu-se a manchete sobre o decréscimo da população em vários municípios brasileiros, como resultado da "última etapa do êxodo rural que começou nos anos 60", representada "pelas correntes de migração concentradas hoje dentro dos estados sulistas e nordestinos" (Folha de S. Paulo, 21 de Janeiro de 2001). Constatou-se que dos 5.507 municípios brasileiros, 1.501 (27%) apresentaram uma diminuição de sua população da Contagem Populacional de 1996 ao Censo realizado no ano 2000. Em São Paulo foram 87 municípios que apresentaram perda populacional no mesmo período, representando 13% do total estadual[xi].

Da análise dos dados da Contagem Populacional de 1996 e dos dados preliminares do Censo 2000, constatou-se que a maioria dos 645 municípios paulistas perderam população em sua área rural (aproximadamente 67% dos municípios). No balanço final, o aumento da população urbana garantiu uma taxa média anual de crescimento da população total, positiva para 80% desses municípios perdedores de população rural. Outros municípios, caracterizados com a concentração populacional fundamentalmente urbana, apresentaram aumento na população rural (aproximadamente 29% dos municípios do Estado), e uma minoria de vinte e seis municípios (4%) não possuíram população residente na área rural (100% urbano) no ano 2000.

Apesar da constatação da perda da população rural para a maioria dos municípios e do decréscimo na população total para 13% dos municípios paulistas no período 1996/2000, todas as Mesorregiões, agrupando-se os municípios do Estado, apresentaram um aumento da população total e urbana e variações no crescimento, negativo ou positivo, para a população rural nos anos 90. Buscando-se apreender as mudanças na distribuição da população nas Mesorregiões estaduais, já tendo evidências da concentração da população rural como um fenômeno localizado em certas áreas, e resgatando-se essa ocorrência na década anterior, apresenta-se a Tabela 5 com o crescimento absoluto da população residente no Estado de São Paulo, por Mesorregiões e situação do domicílio em 1980/91, 1991/96, 1996/2000 e 1991/2000.

TABELA 5 – Crescimento absoluto da população residente, segundo a situação do domicílio, por Mesorregiões – Estado de São Paulo, 1980, 1991, 1996 e 2000

	Período/ Crescimento populacional por situação do domicílio					
	1980/91			1991/96		
Mesorregiões	**Total**	**Urbana**	**Rural**	**Total**	**Urbana**	**Rural**
1) S. José Rio Preto	202,642	310,121	-107,479	94,697	125,36	-30,663
2) Ribeirão Preto	457,993	500,805	-42,812	150,961	179,85	-28,889
3) Araçatuba	86,218	120581	-34,363	30,97	43,134	-12,164
4) Bauru	230,039	287,499	-57,46	96,548	124,169	-27,621
5) Araraquara	158,309	169,795	-11,486	56,09	59,736	-3,646
6) Piracicaba	258,488	249,846	8,642	112,656	113,395	-739
7) Campinas	753,028	830,292	-77,264	295,231	312,76	-17,529
8) Pres. Prudente	66,855	146,163	-79,308	20,534	30,546	-10,012
9) Marília	45,202	73,954	-28,752	15,842	30,352	-14,51
10) Assis	78,142	106,856	-28,714	32,652	49,373	-16,721
11) Itapetininga	120,883	152,407	-31,524	47,373	61,482	-14,109
12) Macro Metrop. Pta	502,63	502,572	58	196,077	197,311	-1,234
13) Vale Paraíba Pta	430,373	443,804	-13,431	141,12	129,123	11,997
14) Litoral Sul Pta	82,917	77,528	5,389	42,035	43,622	-1,587
15) Metropolitana SP	2.856.196	2.928.778	**-72,582**	1.136.992	893,066	**243,926**
16) Santos	216,936	216,964	-28	60,407	59,478	929
Total do ESP	**6.546.851**	**7.117.965**	**-571,114**	**2.530.185**	**2.452.757**	**77,428**
Mesorregiões	**1996/2000**			**1991/2000**		
	Total	**Urbana**	**Rural**	**Total**	**Urbana**	**Rural**
1) S. José Rio Preto	81,236	96,878	-15,642	175,933	222,238	-46,305
2) Ribeirão Preto	146,299	166,124	-19,825	297,26	345,974	-48,714
3) Araçatuba	26,847	32,1	-5,253	57,817	75,234	-17,417
4) Bauru	92,564	103,173	-10,609	189,112	227,342	-38,23
5) Araraquara	53,335	62,886	-9,551	109,425	122,622	-13,197
6) Piracicaba	95,215	123,395	-28,18	207,871	236,79	-28,919
7) Campinas	290,342	319,821	-29,479	585,573	632,581	-47,008
8) Pres. Prudente	33,014	43,6	-10,586	53,548	74,146	-20,598
9) Marília	29,264	32,314	-3,05	45,106	62,666	-17,56
10) Assis	25,33	31,101	-5,771	57,982	80,474	-22,492
11) Itapetininga	57,433	60,439	-3,006	104,806	121,921	-17,115
12) Macro Metrop. Pta	277,902	225,436	52,466	473,979	422,747	51,232
13) Vale Paraíba Pta	196,978	207,54	-10,562	338,098	336,663	1,435
14) Litoral Sul Pta	56,635	54,611	2,024	98,67	98,233	437
15) Metropolitana SP	1.251.578	1.069.283	**182,295**	2.388.570	1.962.349	**426,221**
16) Santos	133,445	132,823	622	193,852	192,301	1,551
Total do ESP	**2.847.417**	**2.761.524**	**85,893**	**5.377.602**	**5.214.281**	**163,321**

Fonte: IBGE (Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1980 e 1991); Contagem Populacional (1996) e Dados preliminares do Censo Demográfico (2000).

Nos anos 80 as Mesorregiões de Piracicaba e a do Litoral Sul Paulista apresentaram um pequeno aumento da população rural no balanço final do período. Piracicaba ganhou pouco mais de 8,6 mil pessoas no rural, com um crescimento de 0,78% a.a. e um aumento de sua população urbana de quase 250,0 mil pessoas ou 2,98% a.a. e no Litoral Sul Paulista, esse aumento foi relativo a pouco mais de 5,0 mil pessoas ou 0,56% a.a. na área rural e 77,5

mil pessoas no urbano ou 3,74% a.a. As demais Mesorregiões, exceto a Macro Metropolitana Paulista que teve um aumento de 58 pessoas em sua área rural, apresentaram uma diminuição da população rural na década, totalizando 571,0 mil pessoas no Estado de São Paulo, ou uma taxa média de crescimento igual a -2,02% a.a.

Cinco Mesorregiões apresentaram um aumento da população rural, nos anos 90, totalizando um ganho de 163,3 mil pessoas para o Estado de São Paulo (0,77% a.a.), em 2000. A Mesorregião do Litoral Sul Paulista apresentou um crescimento no rural ainda menor que na década anterior. O Litoral Sul Paulista teve como característica inalterada desde 1980 possuir, juntamente com a Mesorregião de Itapetininga, os menores graus de urbanização do Estado.

A Microrregião de Santos que teve o grau de urbanização mais elevado nos intervalos considerados e indiscutivelmente as menores populações rurais em valores absolutos, apresentou também um aumento no rural em 1991/2000 de pouco mais de 1,5 mil pessoas, o que refletiu em uma taxa média de crescimento rural igual a 5,68% a.a. O Vale do Paraíba Paulista apresentou um crescimento de sua população rural neste período também pequeno, de aproximadamente 1,4 mil pessoas ou 0,11% a.a., tendo da mesma forma, um grau de urbanização superior a 90% em toda a década.

A maior variação no crescimento da população rural da Mesorregião do Vale do Paraíba ocorreu na Microrregião de São José dos Campos nos dois períodos considerados entre 1991 e 2000. Dentro desta Microrregião, foi o município de São José dos Campos, que apresentou a maior alteração no crescimento da população rural regional, com uma diminuição desta população nos últimos anos da década (1996/2000) de 17,0 mil pessoas. O fato de ser a maior cidade da Região possuindo um grande centro urbano em expansão, sugere que essa variação no crescimento da população rural regional deva-se ao estabelecimento tardio de parte da área rural como área urbana, efetivando-se para a realização do Censo do ano 2000.

A Mesorregião Macro Metropolitana Paulista apresentou, da mesma forma que a anterior, características da distribuição da população que devem ser mais cuidadosamente estudadas para os anos 90, uma vez que ocorreram variações importantes no crescimento da população em sua área rural. Essa área ganhou 51,2 mil pessoas em 1991/2000 (2,19% a.a.) devido sobretudo, ao aumento desta população de 52,4 mil pessoas nos últimos anos da década.

Essa área é composta pelas Microrregiões de Piedade, Sorocaba, Jundiaí e Bragança Paulista, com os municípios que lhes deram o nome reconhecidamente importantes quanto a população residente, essencialmente na área urbana, com exceção de Piedade. O crescimento da população rural nestas Microrregiões no período de 1991/2000 esteve distribuído em:

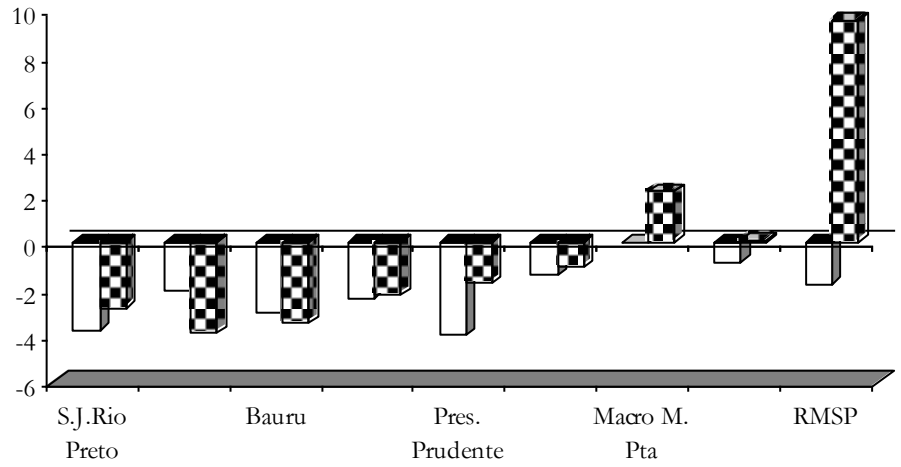
- ✓ Microrregião de Piedade = 15,7 mil
- ✓ Microrregião de Sorocaba = 18,5 mil
- ✓ Microrregião de Jundiaí = 34
- ✓ Microrregião de Bragança Paulista = 16,8 mil
- ✓ Meso Macro Metropolitana Paulista = 51,2 mi

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) reverteu a perda de sua população rural dos anos 80 (72,5 mil pessoas ou -1,78% a.a.) para um ganho dessa população em toda a década dos 90. Em 1991/2000 aumentou a população rural em 426,0 mil pessoas (9,60% a.a.), representando por volta de 2,5 vezes o crescimento do Estado de São Paulo, que como já mencionado, foi de 163,3 mil pessoas (valor compensado pelas perda nas demais Mesorregiões em estudo).

No primeiro quinquênio teve um crescimento de 243,9 mil pessoas (11,63% a.a.) e nos últimos quatro anos, de 182,2 mil pessoas (7,11% a.a.). A RMSP, juntamente com Santos, foram as áreas que apresentaram crescimento da população rural em todo o período que se estendeu de 1991 ao ano 2000, com fácil distinção da primeira pelos elevados valores absolutos deste crescimento.

Ponderando-se a importância das Mesorregiões com participação relativa na população rural estadual superior a 5% nos anos 80 e 90 (Tabela 4) e daquelas que apresentaram aumento da população rural nos anos 90 (Tabela 5), buscou-se salientar as diferenças regionais através das taxas médias anuais de crescimento da população rural destas Mesorregiões selecionadas[xii], apresentadas na Figura 4.

FIGURA 4 – Taxa média anual de crescimento (%) da população rural – Mesorregiões selecionadas – Estado de São Paulo, 1980/1991 e 1991/2000



Fonte: IBGE (Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1980 e 1991); Dados preliminares do Censo Demográfico (2000).

Dos dados apresentados constatou-se que as Mesorregiões com maior participação relativa da população rural estadual, tiveram nos anos 80 taxas médias anuais de crescimento negativas, e mantiveram o aumento para a população urbana e total[xiii]. Nos anos 90, as Mesorregiões Macro Metropolitana Paulista, Vale do Paraíba Paulista e Região Metropolitana de São Paulo, apresentaram taxas médias anuais de crescimento da população rural positivas e relevantes para a contagem da população total rural no Estado, essencialmente a RMSP, como já ressaltado anteriormente.

Apresentam-se a seguir considerações sobre a distribuição da população por sexo e idade e sobre os anos de estudo como característica relativa à educação. Esta análise terá como referência à população residente no Estado de São Paulo nas áreas urbana ou rural, por Mesorregiões.

2.3 Considerações sobre sexo, idade e educação da população rural paulista

No Estado de São Paulo o número de residentes na área rural do sexo masculino foi superior ao feminino no período analisado (1980/2000). A razão de sexo variou de 113 em 1980, 112 em 1991, para 110 em 1996 e 2000. No período de 1980/1991, com a diminuição da população rural no Estado de 571,0 mil pessoas verificou-se que 53% destas pessoas eram homens e 47% mulheres, em uma diferença de quase 40,0 mil pessoas. Apesar disso, a área rural estadual ainda apresentou a maior presença masculina na área em 1991 (Tabela 6).

TABELA 6 – População residente na área rural, por sexo – Estado de São Paulo, 1980, 1991, 1996 e 2000

Ano	População residente, por sexo			Proporção na composição, por sexo (%)		Razão de Sexo
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	
1980	1.506.536	1.338.642	2.845.178	53	47	113
1991	1.201.745	1.072.319	2.274.064	53	47	112
1996	1.233.328	1.118.164	2.351.492	52	48	110
2000	1.276.354	1.161.031	2.437.385	52	48	110

Período	Crescimento absoluto da população, por sexo			Proporção no crescimento, por sexo (%)	
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1980/91	-304,791	-266,323	-571,114	53	47
1991/96	31,583	45,845	77,428	41	59
1996/00	43,026	42,867	85,893	50	50
1991/00	74,609	88,712	163,321	46	54

Fonte: IBGE (Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1980 e 1991); Contagem Populacional (1996) e Dados preliminares do Censo Demográfico (2000).

A população residente na área rural da maioria das Mesorregiões foi de aproximadamente 53% do sexo masculino e 47% do sexo feminino para os três anos considerados, 1980, 1991 e 1996, correspondendo a média do Estado em termos da composição da população por sexo. A área rural da Microrregião de Santos apresentou uma variação nesses percentuais, mas o pequeno número absoluto da população que vive no rural e as especificidades dessa área localizada no litoral não definem elementos para que se possa destacá-la como díspare das demais Regiões analisadas. A RMSP apresentou a participação do sexo feminino pouco maior que a média das Mesorregiões examinadas, e ao contrário de Santos, teve uma população rural importante no Estado, o que será detalhado na parte destinada à sua caracterização.

Considerando-se o período de aumento da população rural no Estado de São Paulo, ou seja os anos 90, constatou-se que das 163,3 mil pessoas a mais em 2000, com relação ao ano de 1991, 88,7 mil foram mulheres (54%) e 74,6 mil foram homens (46%), reafirmando a diminuição na participação relativa masculina no rural paulista, mesmo permanecendo superior à feminina no total de residentes na área. Resta saber como tem se alterado a constituição da população rural paulista por sexo segundo a sua distribuição por idade. A distribuição da população rural em São Paulo por sexo e idade será vista de 1980 até 1996, com as informações censitárias que estão disponíveis no momento (Tabela 7).

TABELA 7 – População residente na área rural, por sexo e idade – Estado de São Paulo, 1980, 1991 e 1996

Idade	Ano/População residente por sexo					
	1980		1991		1996	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 4	200,550	193,531	132,152	127,620	126,049	120,943
5 a 9	193,856	185,755	140,768	134,538	130,690	125,081
10 a 14	184,772	172,198	137,911	129,423	136,156	128,686
15 a 19	167,948	150,886	121,941	108,256	123,933	113,609
20 a 24	139,562	121,650	108,826	94,278	111,124	100,441
25 a 29	115,677	101,750	100,593	90,739	104,056	94,757
30 a 34	97,947	84,374	91,154	81,381	99,023	91,753
35 a 39	82,659	72,346	78,322	68,849	88,778	79,378
40 a 44	76,345	62,992	65,841	55,148	74,533	64,520
45 a 49	63,099	51,273	52,819	45,214	58,723	50,333
50 a 54	55,773	42,834	46,343	37,582	47,633	40,691
55 a 59	42,310	32,491	38,748	31,415	39,669	32,341
60 a 64	32,000	24,466	33,082	25,495	32,616	25,769
65 a 69	24,508	18,294	23,670	17,566	24,634	19,136
70 e mais	28,562	23,111	29,575	24,815	31,576	26,866
Ignorada	968	691	0	0	4,135	3,860
Total	**1.506.536**	**1.338.642**	**1.201.745**	**1.072.319**	**1.233.328**	**1.118.164**

Fonte: IBGE (Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1980 e 1991); Contagem Populacional (1996).

A diminuição da participação relativa da população de 0 a 4 anos, tanto do sexo masculino como feminino, foi a primeira constatação verificada na Tabela 7. A área rural vem mantendo a diminuição no número de nascimentos no decorrer das últimas décadas. O registro da perda da população rural nos anos 80 foi marcado pela diminuição predominante da faixa etária da população entre 15 a 29 anos em 1991, acompanhada do grupo de crianças até 14 anos. Isso ocorreu com uma diferença pouco mais importante da população masculina na faixa etária entre 20 a 29 anos.

Entretanto, a população rural estadual foi composta predominantemente de uma população jovem (15-29 anos) que tem se expandido nos anos 90, contrariamente à diminuição nos anos 80. No primeiro quinquênio dos anos 90 o aumento da população rural também foi marcado pela população na faixa etária entre 30 a 49 anos, com importante participação feminina. Com exceção das primeiras faixas etárias (até 14 anos), a participação da população rural feminina no crescimento registrado para o Estado foi superior à masculina de 1991 a 1996.

Com isso pode-se considerar que a mulher tenha permanecido mais na área rural que o homem nos últimos tempos, assim como, que o crescimento da população rural estadual deve estar contando com a maior participação da população feminina na migração

direcionada para esta área, sendo que no balanço final do crescimento da população rural no primeiro quinquênio dos anos 90, que foi de 77,4 mil pessoas, as mulheres representaram 59% desse total (ou 45,8 mil pessoas), como apresentado na Tabela 8[xiv].

TABELA 8 – Crescimento absoluto da população rural, por idade e sexo e proporção no crescimento por sexo (%) – Estado de São Paulo, 1980/91 e 1991/96

Grupo Etário	Crescimento da população rural, por sexo				Período/Proporção no crescimento, por sexo (%)			
	1980/91		1991/96		1980/91		1991/96	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 4	-68,398	-65,911	-6,103	-6,677	51	49	48	52
5 a 9	-53,088	-51,217	-10,078	-9,457	51	49	52	48
10 a 14	-46,861	-42,775	-1,755	-737	52	48	70	30
15 a 19	-46,007	-42,630	1,992	5,353	52	48	27	73
20 a 24	-30,736	-27,372	2,298	6,163	53	47	27	73
25 a 29	-15,084	-11,011	3,463	4,018	58	42	46	54
30 a 34	-6,793	-2,993	7,869	10,372	69	31	43	57
35 a 39	-4,337	-3,497	10,456	10,529	55	45	50	50
40 a 44	-10,504	-7,844	8,692	9,372	57	43	48	52
45 a 49	-10,280	-6,059	5,904	5,119	63	37	54	46
50 a 54	-9,430	-5,252	1,290	3,109	64	36	29	71
55 a 59	-3,562	-1,076	921	926	7	23	50	50
60 a 64	1,082	1,029	-466	274	51	49		
65 a 69	-838	-728	964	1,570	54	46	38	62
70 e +	1,013	1,704	2,001	2,051	37	63	49	51
Total	**-304,791**	**-266,323**	**31,583**	**45,845**	**53**	**47**	**41**	**59**

Fonte: IBGE (Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1980 e 1991); Contagem Populacional (1996).

Embora as informações sobre a distribuição da população por idade para o ano 2000 ainda não estejam disponíveis, os dados referentes à população rural no final da década confirmaram a tendência do início dos anos 90 relativa à diminuição da diferença entre sexos na área.

Dando continuidade às considerações sobre população por idade, apresentam-se informações referentes à educação, baseadas na população residente no Estado em 1980, 1991 e 1996, do grupo de maiores de 14 anos, por anos de estudo. Essa população poderia ter no mínimo 7 anos de estudos na data do recenseamento, se tivesse iniciado o ciclo escolar aos 7 anos de idade e obtido aprovação consecutiva nos anos corridos.

A população residente no Estado de São Paulo, acima de 14 anos de idade, passou de 16,7 milhões em 1980 para 24,5 milhões de pessoas em 1996. Na área urbana esta população passou de 15,0 milhões para 20,4 milhões de pessoas de 1980 a 1991 e para 23,0 milhões em 1996. Na área rural perdeu população no primeiro período considerado, passando de 1,7 milhões para 1,4 milhões de pessoas de 1980 a 1991, retomando o

crescimento em 1996, com 1,5 milhões de pessoas maiores de 14 anos residindo no rural do Estado de São Paulo.

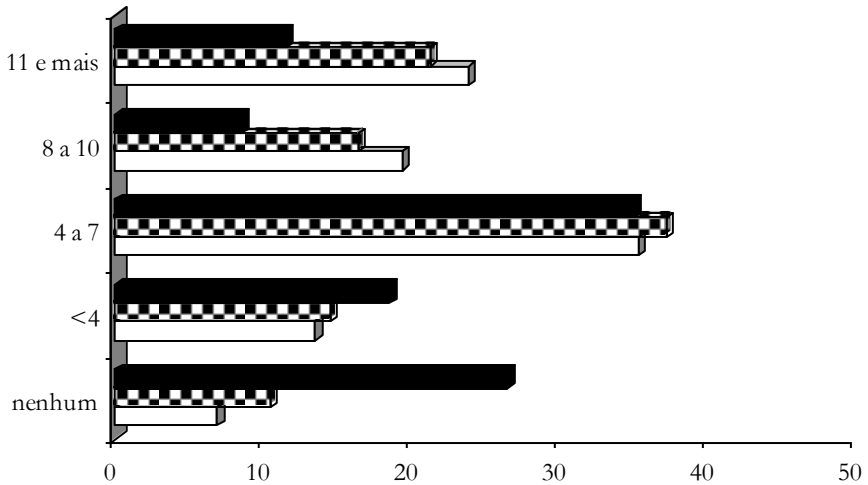
Foram considerados os anos de estudo da população urbana e rural estadual para se distinguir a escolaridade nas duas áreas, evitando-se comparar os anos censitários, minimizando erros na análise, quando se considera possíveis diferenças na coleta destas informações nos respectivos anos.

A população recenseada na categoria nenhum ano de estudo teve uma redução em ambas as áreas, assim como aquela atendida somente nos primeiros quatro anos. A melhora nos anos de estudo da população residente no Estado de São Paulo foi confirmada pelo aumento da população que apresentou entre 4 a 7 anos de estudo, lembrando tratar-se da população maior de 14 anos.

Cabe ser destacado que a redução da população urbana sem nenhum ano de estudo de 1980 a 1996 foi de aproximadamente 60%, passando de mais 3,9 milhões pessoas para quase 1,5 milhão pessoas em 1996. Na área rural essa população passou de 610,7 mil pessoas em 1980, para 213,5 mil em 1996, com uma redução aproximada de 65%.

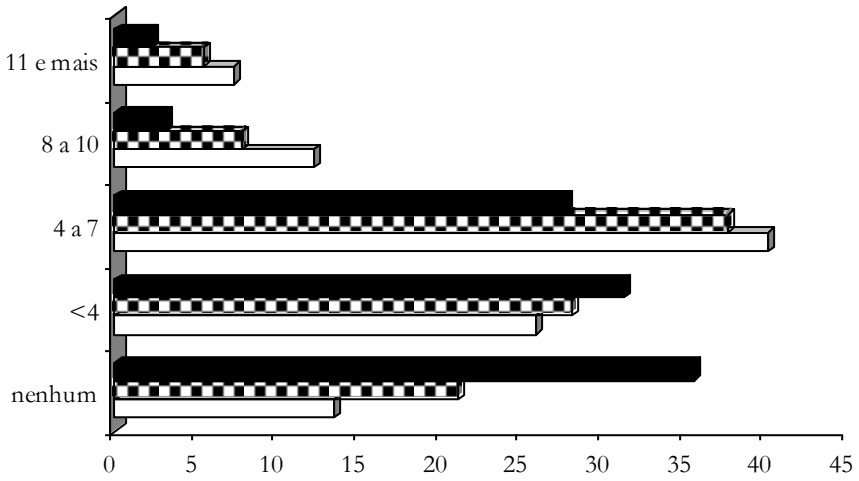
Da mesma forma, elevou-se as duas categorias relacionadas ao ensino médio e superior (8 a 10 anos e 11 e mais). A área urbana comportou uma população mais qualificada nesse último atributo. A área rural apresentou uma alteração significativa na população com 4 a 7 anos de estudos, representando 40% em 1996 (a maior parcela), da população com ensino relativo ao primeiro grau a ser completado (Figuras 5 e 6).

FIGURA 5 – Anos de estudo da população residente na área urbana – Estado de São Paulo, 1980, 1991 e 1996



Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 1980, 1991); Contagem Populacional (1996). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 2000).

FIGURA 6 – Anos de estudo da população residente na área rural. Estado de São Paulo, 1980, 1991 e 1996



Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 1980, 1991); Contagem Populacional (1996). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 2000).

Considerando-se as Mesorregiões, somente Piracicaba, Macro Metropolitana Paulista, Vale do Paraíba Paulista e Litoral Sul Paulista apresentaram aumento da população maior de 14 anos residente na área rural (agrupadas segundo anos de estudo), no período 1980/91 e 1991/96. A Mesorregião do Vale do Paraíba Paulista embora tenha apresentado um aumento considerável desta população neste último período, perdeu população rural na segunda metade dos anos 90, restando no balanço final da década um ganho muito pequeno, fato já salientado quando tratou-se do crescimento da população rural com abrangência regional. Este aumento da população rural deve estar relacionado a não demarcação desta área como urbana até 1996, o que provavelmente ocorreu em 2000.

Mas em 1991/96, além das Mesorregiões mencionadas, a RMSP despontou com um crescimento formidável desta população de 169,2 mil pessoas maiores de 14 anos, representando mais de 80% da população nesta idade residente em sua área rural, no início do período[xv].

Pode-se afirmar ainda que praticamente todas as Mesorregiões, exceto Itapetininga, apresentaram a maior concentração da população residente na área rural com 4 a 7 anos de estudos, em 1996. Assim como, uma proporção reduzida na categoria nenhum ano de estudo e importância relativa na concentração da população com 8 anos e mais, apontando para uma melhoria na educação, segundo este parâmetro, para os residentes da área rural

paulista, mesmo para as Mesorregiões que perderam população rural no balanço do primeiro quinquênio do anos 90.

2.4 Considerações sobre a PEA ocupada nos setores de atividades econômicas e renda *per capita* familiar

A articulação entre a situação do domicílio e o setor de atividade econômica onde a população residente no Estado de São Paulo esteve inserida, será analisada com o objetivo de incorporar outros elementos pertencentes às relações entre o urbano e o rural, cada vez mais articulados às novas demandas de ocupação do espaço, essencialmente nas últimas décadas.

A Contagem Populacional de 1996 não traz estas informações, portanto, a ocupação nos setores de atividades econômicas relaciona-se à População Economicamente Ativa (PEA)[xvi] ocupada em 1980 e 1991. Utilizaram-se as categorias primário, secundário e terciário como forma de agrupar os setores de atividades, reconhecendo que, embora sejam categorias insuficientes para refletir a diversificação das atividades produtivas, são capazes de fortalecer a discussão sobre a caracterização da população rural, o que se relaciona ao objetivo proposto neste estudo.

Em 1980, estas informações vieram da variável censitária Finalidade/Ramo do negócio e, em 1991, da variável Código da Atividade. Como atividade primária foram agrupadas as categorias que tratam de culturas diversas, pecuária, avicultura, apicultura e sericicultura, extração vegetal e mineral, pesca e piscicultura; como secundário, as atividades que agrupam as categorias denominadas indústrias de transformação e construção, produção e distribuição de energia elétrica e de gás encanado; finalmente, como terciário, prestação de serviços e comércio de forma geral.

Segundo as informações censitárias, a PEA correspondia a aproximadamente 41% (10,2 milhões de pessoas)e 42% (13,1 milhões) da população total estadual em 1980 e 1991, respectivamente. Considerando-se a situação do domicílio, 89,6% da PEA total residia na área urbana em 1980 e 93,2% em 1991.

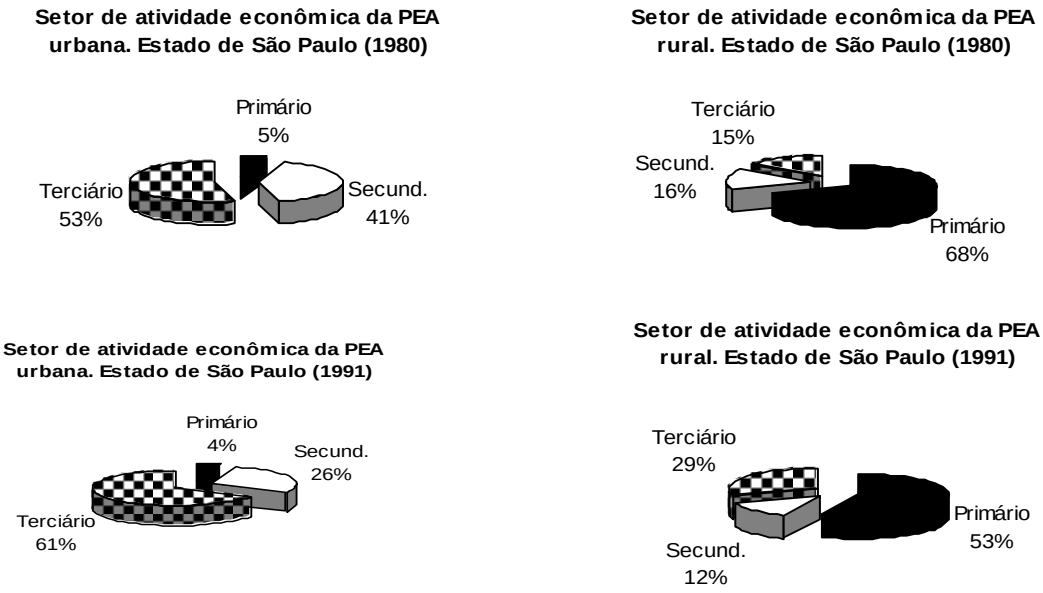
A PEA na área urbana esteve predominantemente ocupada no setor terciário, com um aumento da população inserida nessas atividades, de 4,9 milhões em 1980 para 7,5 milhões de pessoas em 1991, correspondendo a 53% e 61% da PEA nos respectivos anos. Houve uma diminuição das pessoas ocupadas no setor secundário de 3,7 milhões (41%) para 3,1 milhões de pessoas (26%) de 1980 para 1991.

Entretanto, ocorreu um pequeno aumento da PEA residente na área urbana e ocupada no setor primário de produção, de 468,6 mil em 1980 para 513,7 mil pessoas em 1991, correspondendo a 5% da PEA urbana. Esse aumento pode estar relacionado à continuada saída do homem da área rural em busca de outras oportunidades de emprego na área urbana, mesmo mantendo a atividade primária como atividade principal, assim como à ampliada e conhecida demanda de mão-de-obra temporária na área rural, utilizando trabalhadores não residentes no local.

Na área rural, ao contrário da área urbana, houve uma diminuição da PEA ocupada de 1,0 milhão em 1980 para 888,7 mil pessoas em 1991. A maior perda ocorreu na PEA inserida no setor primário de produção, mesmo constituindo o setor de atividade econômica predominante nesta área em ambos os anos, representando 68% (728,4 mil pessoas) e 53% (475,3 mil pessoas) dos três setores considerados em 1980 e 1991, respectivamente.

Houve um importante aumento relativo à PEA inserida na atividade terciária de produção, constituindo o único setor que expandiu o número de pessoas ocupadas na área rural paulista, no período considerado, passando de 162,7 mil (15%) para 253,8 mil pessoas (29%). A distribuição da PEA nos setores de atividades econômicas em 1980 e 1991, segundo a situação do domicílio, pode ser vista na Figura 7.

FIGURA 7 – Distribuição da PEA em setores de atividades econômicas, na área urbana e rural – Estado de São Paulo, 1980 e 1991



Fonte: IBGE (Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1980 e 1991). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 2000).

Esse aumento da PEA rural inserida no setor terciário, somado à diminuição da PEA no setor primário pode ser reflexo do desenvolvimento de atividades econômicas "não-agrícolas" no rural, já nos anos 80. As alterações na inserção da PEA no setor primário residente na área urbana, reafirmaram as mudanças estruturais que têm continuamente inviabilizado a permanência do homem no campo, mesmo sendo o setor primário o principal vínculo de emprego desta população. Ainda, a área urbana agregou em 1991 um número absoluto maior da PEA inserida no setor primário de produção, comparado ao rural.

Entretanto, com estas informações não pode ser identificado o local de residência e trabalho simultaneamente para o setor secundário e terciário, como foi feito para o setor primário de produção, supondo-se que as atividades do setor primário foram realizadas na área rural. Assim, analisando-se a proporção da PEA inserida no setor primário de produção, segundo a situação do domicílio, afirma-se que houve um aumento considerável das Mesorregiões que apresentaram um número maior de pessoas residentes na área urbana ocupadas neste setor em 1991, comparado com os residentes na área rural, como ressaltado anteriormente para o Estado de São Paulo (Anexo 1).

Destaque pode ser dado às Mesorregiões de Presidente Prudente, Itapetininga e Litoral Sul Paulista relativo à importância na concentração da PEA inserida em atividades do setor primário e residente na área rural, em 1980, lembrando que foram estas Mesorregiões evidenciadas na concentração da população na área rural, quando se tratou da distribuição da população segundo a situação do domicílio.

Da mesma forma, a Mesorregião de Piracicaba, Ribeirão Preto e RMSP, diferenciaram-se das demais, apresentando 50%, 59% e 63% da PEA inserida no setor primário de produção e residente na área urbana, respectivamente, em 1980. Esta população significou 10% da PEA total de Piracicaba residente no urbano (27,8 mil pessoas), 18% de Ribeirão Preto (87,9 mil pessoas) e 0,6% (31,3 mil pessoas)da RMSP.

Além das Mesorregiões de Piracicaba, Ribeirão Preto e RMSP, que tiveram uma participação ainda maior em 1991 da PEA inserida no setor primário de produção e residente na área urbana (63%, 70% e 84%, respectivamente), outras apresentaram esta proporção superior a 50%, foram elas: São José do Rio Preto, Araçatuba, Bauru, Araraquara. Todas, exceto a RMSP, com o desenvolvimento significativo de atividades agropecuárias no Estado.

Da PEA inserida no setor primário do Estado de São Paulo, 52% residiu na área urbana em 1991. Além disso, pode-se verificar que todas as Mesorregiões tiveram esta proporção aumentada em relação a 1980, mesmo não superando os 50%, confirmando, por um lado, a continuada saída da população das áreas rurais em décadas anteriores e, por outro lado, mostrando novas tendências na ocupação da PEA ativa na área rural, seja pelo trânsito entre as áreas urbana e rural, facilitado cada vez mais pelos empreendimentos nos meios de comunicação e transporte, seja pela inserção da PEA rural nos demais setores de atividades econômicas, sobretudo no terciário, supondo-se, sobretudo que parte importante destas atividades esteja sendo realizada no rural.

O período que acabou de ser examinado foi prévio à retomada no crescimento da população rural no Estado de São Paulo. As informações censitárias que permitirão esta abordagem para os anos 90 estarão disponíveis na divulgação dos micro dados do Censo Demográfico do ano 2000, uma vez que na Contagem Populacional de 1996 esses quesitos não foram levantados. Entretanto, pode-se afirmar que nos anos 80, embora tenha ocorrido a diminuição da população rural no Estado de São Paulo, houve uma desaceleração no ritmo de perda desta população. Isto pode estar relacionado, entre outros fatores, ao estoque reduzido da população rural e às mudanças na inserção da PEA rural

nas atividades econômicas, sobretudo para as pessoas que permaneceram no campo. Isto confirma a tendência na ocupação de trabalhadores residentes no rural em atividades anteriormente conhecidas como típicas da área urbana, em especial aquelas ligadas ao setor terciário.

Estas mudanças ocorreram com maior intensidade nos anos 90, conforme registrado nos estudos sobre a formação do "novo rural", como mencionado anteriormente. Deve-se lembrar que estes estudos basearam-se em informações das PNADs, considerando-se questões relativas ao tempo despendido nas ocupações, dado cada vez mais importante para qualificar a forma de inserção do indivíduo em uma dada atividade, já que sobretudo no setor rural os trabalhadores em tempo parcial vão se tornando um fenômeno cada vez mais comum (SILVA; DEL GROSSI, 1997; SILVA, 1999).

Será apresentada a Renda *Per capita* Familiar[xvii] da população residente na rural comparada com a urbana buscando-se outras características socioeconômicas, como feito para escolaridade. Em 1980, a variável renda foi dividida nos parâmetros: sem rendimento, menos de 0,6 Salários Mínimos (SM), 0,6 a 3 SM, 3 a 5 SM, 5 a 10SM, e mais de 10SM. Em 1991, as alterações nas categorias deste quesito referiram-se à segunda e terceira medidas, passando de menos 0,6SM, para menos de 0,9SM, e de 0,6 a 3SM para 0,9 a 3SM. As medidas, menos de 0,6SM e menos de 0,9SM, foram concebidas como limites nos respectivos anos e todos os atributos foram baseados no Salário Mínimo vigente em ambas as datas.

Em 1980 de um total de aproximadamente 6,4 milhões famílias, 90% residiram no urbano e os restantes 10% no rural. Em 1991, esses percentuais alteram-se para 93% e 7%, respectivamente, aumentando o número de famílias residentes no Estado de São Paulo para mais de 8,5 milhões, em 1991. A distribuição da renda *per capita* familiar, segundo a situação do domicílio, para o Estado de São Paulo em 1980 e 1991 está na Tabela 9.

TABELA 9 – Renda *per capita* familiar, segundo a situação do domicílio – Estado de São Paulo, 1980 e 1991

Ano/Sit. Dom.	Renda *per capita* familiar (SM)							
1980	**S/Rend.**	**< 0,6 SM**	**0,6 a 3 SM**	**3 a 5 SM**	**5 a 10 SM**	**> 10 SM**	**S/Decl.**	**Total**
Urbano	111,780	1.281.316	2.602.489	1.265.737	333,665	124,211	52,120	5.771.318
Rural	23,632	379,433	198,647	39,883	7,497	3,819	5,517	658,428
1991	**S/Rend.**	**< 0,9 SM**	**0,9 a 3 SM**	**3 a 5 SM**	**5 a 10 SM**	**> 10 SM**	**S/Decl.**	**Total**
Urbano	251,910	2.351.961	3.676.680	853,139	581,561	291,432		8.006.682
Rural	27,152	358,750	156,308	15,400	8,170	4,081		569,860

Fonte: IBGE (Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1980 e 1991). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 2000).

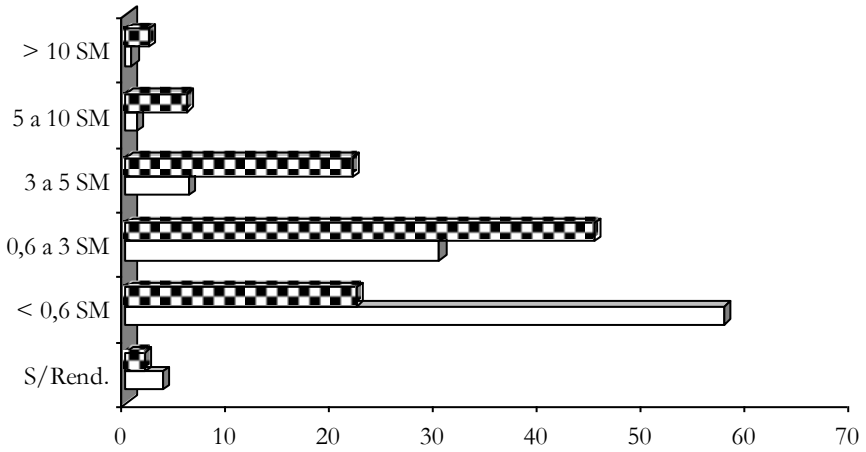
A Renda *Per capita* Familiar na área rural concentrou-se na categoria menos de 0,6 SM, em 1980, correspondendo a 58% ou 379,4 mil famílias. O mesmo ocorreu em 1991, representando 63% ou 358,7 mil famílias no Estado, no limite menor das faixas de renda concebido para ambos os anos. A segunda categoria mais representativa na área rural em ambos os anos foi acima de 0,6 e 0,9SM (respectivamente) até 3 SM. As rendas mais altas foram menos representativas. No outro extremo, as famílias na categoria sem rendimento, apresentaram por volta de 4% do total das famílias na área rural.

Fundamentalmente na área urbana a renda *per capita* familiar em 1980 concentrou-se na faixa de 0,6 a 3SM, correspondendo a 45% (2,6 milhões de famílias). Em 1991, novamente a categoria 0,9SM a 3SM, relativa a anterior em 1980, apresentou a maior participação de famílias residentes na área urbana, representando 46% (3,6 milhões de famílias).

Embora na área urbana, comparado com a rural, um número maior de famílias esteja dentro de uma melhor categoria de Renda *Per capita* Familiar, como mostrado acima, também houve um aumento das famílias na linha que demarca o limite das menores rendas (< 0,6 e < 0,9SM em 1980 e 1991, respectivamente) nos dois anos considerados, correspondendo a 22% (1,2 milhões) em 1980, e 29% (2,3 milhões de famílias) em 1991. Cabe ressaltar que na área urbana o agravamento da condição de pobreza pode ser considerado ainda maior que na área rural, pelo aumento (absoluto) importante no número de famílias envolvidas.

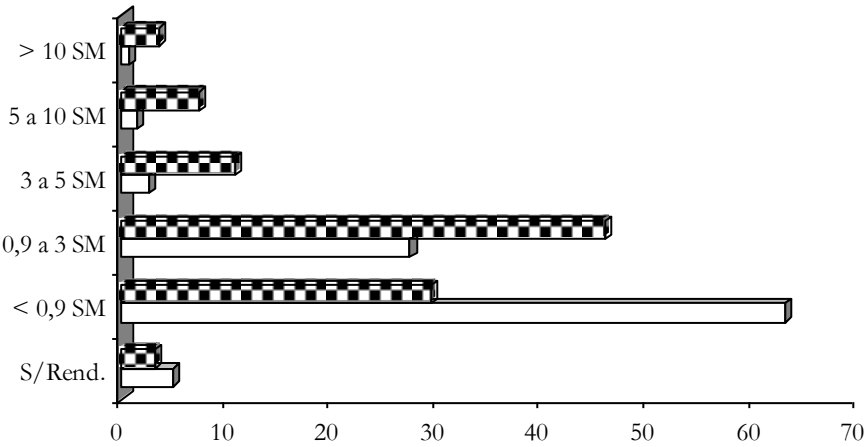
Entretanto, em termos relativos foi na área rural que concentrou-se o maior número de famílias com as rendas mais baixas, comparado com a mesma distribuição dessas categorias na área urbana (Figuras 8 e 9).

FIGURA 8 – Renda *per capita* familiar, segundo a situação do domicílio – Estado de São Paulo, 1980



Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1980). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 2000).

FIGURA 9 – Renda *per capita* familiar, segundo a situação do domicílio – Estado de São Paulo, 1991



Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 2000).

Analisando a Renda *Per capita* Familiar da população rural por Mesorregiões em São Paulo, constatou-se que da mesma forma que no Estado, a maior participação da categoria menos de 0,6 SM foi registrada para praticamente todas as Regiões consideradas, exceto para a RMSP, em 1980. A segunda categoria mais importante neste ano foi de 0,6 a 3 SM, ambas representando a grande maioria da população residente na área rural das Mesorregiões paulistas (RODRIGUES, 2001, p. 82).

Constatou-se uma elevada participação da categoria menos de 0,9 SM, em 1991, (correspondente a menos de 0,6 SM em 1980) que conjugada à diminuição no número de famílias na área rural neste ano, permitiu afirmar que um número maior de famílias teve a

situação de Renda *Per capita* agravada neste ano. Para a maioria das Mesorregiões também a participação das famílias com rendimento entre 0,9 a 3 SM, constituiu a segunda categoria importante para as famílias rurais no Estado.

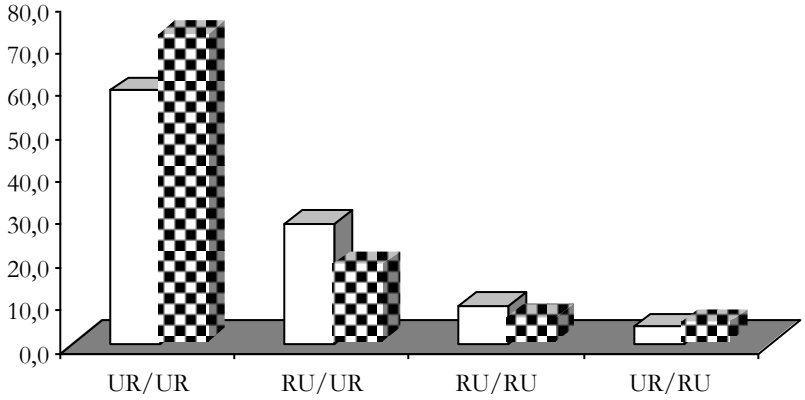
2.5 Considerações sobre migração nos anos 80, segundo a situação do domicílio

Uma questão interessante ligada à distribuição espacial da população segundo a situação do domicílio aflora da análise do local de residência dos migrantes no momento do Censo, juntamente com a situação de residência anterior. Na verdade, tal interesse decorre não apenas em função das diferenças regionais em termos da importância desses movimentos no crescimento das áreas consideradas, mas também porque este diagnóstico pode contribuir para o entendimento das possíveis relações entre moradia e trabalho ou estudo, que se dá entre as áreas urbana e rural.

Os movimentos entre as áreas urbana e rural nas duas décadas estão representados na Figura 10 considerando-se os migrantes[xviii] segundo a situação do domicílio anterior e atual. Assim, pode-se verificar que em 1980, dos 5,9 milhões de migrantes residentes em São Paulo na zona urbana, 68% (4,0 milhões) haviam morado anteriormente também no urbano e 32% (1,9 milhões) no rural. Dos 867,7 mil migrantes residentes em 1980 na área rural, 31% (266,1 mil) residiam anteriormente também no urbano, e 69% (601,6 mil) tinham a procedência no rural.

Dos 5,4 milhões de migrantes residentes na área urbana em 1991, 80% (4,3 milhões) tiveram o domicílio anterior no urbano e 20% (1,1 milhões) no rural, enquanto dos migrantes residentes no rural (603,7 mil pessoas), 44% (267,4 mil) vieram do urbano e 56% (336,3) do rural. Tendo presente a importância da migração no crescimento populacional do Estado, esses números reforçam a importância dos deslocamentos populacionais para o progressivo processo de urbanização no Estado de São Paulo.

FIGURA 10 – População migrante por situação do domicílio anterior e atual – Estado de São Paulo, 1980 e 1991



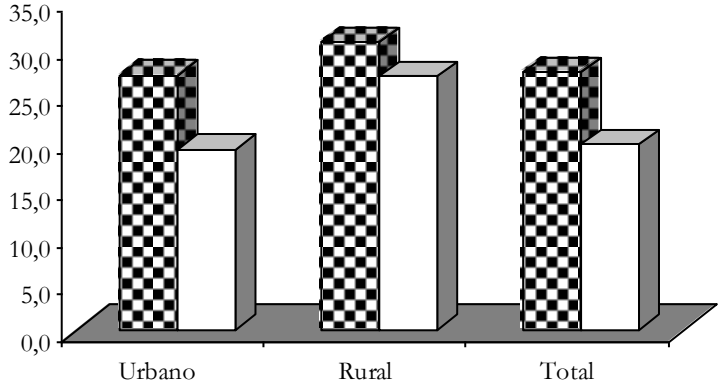
Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1980 e 1991). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 1999).

Na diminuição dos valores absolutos dos migrantes no período 1980/91, que foi de 768,0 mil pessoas (sem contar com a população com procedência ignorada), houve, na verdade, uma redução dos movimentos de pessoas que tinham o rural como residência anterior de 1,0 milhão de pessoas, e um ganho de 325,5 mil pessoas com procedência da área urbana. Isso, mesmo considerando que o real volume da migração rural/urbana possa estar subestimado[xix], reforça ainda mais o que parece ser um inexorável processo de concentração da população nas cidades, sejam elas de qualquer porte.

Por fim, a Figura 10 mostrou que a maior proporção de migrantes dirigiram-se para as zonas urbanas, sendo que o movimento com procedência também do urbano (UR/UR), representou 59,3% em 1980 e 72,1% em 1991. O movimento RU/UR apresentou uma queda em 1991 de 828,3 mil pessoas (43%) comparado com 1980. O movimento RU/RU registrou também uma queda de 265,2 mil pessoas (44%), no mesmo período. Entretanto, mesmo apresentando diminuição da população migrante, o movimento com procedência da área rural para a urbana (RU/UR) ainda foi responsável por 18,0% dos movimentos populacionais em 1991, ou seja pouco mais de 1.0 milhão pessoas.

Para se ter uma medida do impacto dos movimentos populacionais ocorridos no período considerado nas áreas urbana ou rural, apresenta-se a participação da população migrante na população residente no Estado de São Paulo (Figura 11). Em termos relativos houve uma diminuição da participação da população migrante na população residente estadual em 1991, de 27,5% para 19,8%. O mesmo ocorreu para as áreas urbana e rural. Entretanto, o peso da participação da população migrante na população residente, foi superior para a área rural nos dois períodos considerados.

FIGURA 11 – População residente e população migrante, segundo a situação do domicílio – Estado de São Paulo, 1980 e 1991



Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1980 e 1991). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 1999).

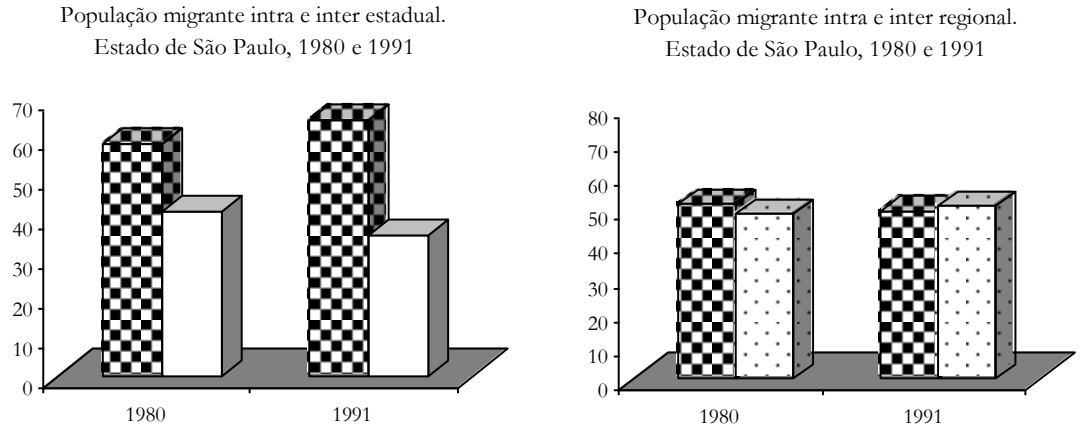
Em uma análise regional pode-se constatar que o movimento da população residente em uma área urbana para outra área urbana (UR/UR) não somente foi, com destaque, o mais importante no período analisado, como teve sua participação aumentada em 1991 com relação a 1980, para todas as Mesorregiões e para o total Estado de São Paulo (exceto para a RMSP). Entretanto, o crescimento da população migrante observado para a maioria das Mesorregiões, foi pouco significativo em termos dos valores absolutos, comparado à RMSP, que no balanço geral foi a área que efetivamente apresentou uma diminuição do número de migrantes no período 1980/91, além de ser a única com diminuição da população migrante com procedência urbana, além da rural, como mencionado (RODRIGUES, 2001, p. 89)[xx].

A proporção da população migrante residente na área rural foi em 1991 menor que em 1980, registrando-se uma diminuição dos movimentos realizados em direção a esta área em praticamente todas as Mesorregiões. Com relação à importância do movimento rural/rural (RU/RU), sobretudo em 1980, puderam ser destacadas as Mesorregiões de São José do Rio Preto, Bauru, Presidente Prudente, Marília, Assis, Itapetininga e Litoral Sul Paulista, mencionadas anteriormente por possuírem destacadas características estruturais ligadas às atividades agropecuárias.

Cabe somente ser lembrado que houve uma diminuição no número de pessoas procedentes da área rural no Estado de São Paulo e em todas as Mesorregiões em 1991, sobretudo em direção à área urbana. Isso refletiu na proporção da população migrante na população residente em todas as Mesorregiões, ocorrendo uma diminuição desta participação relativa em 1991.

Uma outra alteração importante na movimentação da população no Estado de São Paulo no período analisado, referiu-se ao aumento da migração intra-estadual, comparada com a entrada de pessoas de outros Estados brasileiros em São Paulo, assim como, um modificado arranjo espacial desta população realizado internamente (Figura 12).

FIGURA 12 – População migrante intra e interestadual e intra e inter-regional – Estado de São Paulo, 1980 e 1991



Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1980 e 1991). Tabulações Especiais, (NEPO/UNICAMP, 1999).

A diminuição do número de migrantes em 1991 deveu-se praticamente ao movimento interestadual, que passou de 2,8 milhões em 1980, para 2,2 milhões de pessoas em 1991.O movimento interestadual representou 36% da população migrante e o movimento intra-estadual, 64% dos migrantes totais em 1991.

Examinado-se o movimento intra-estadual, verificou-se que houve uma diminuição de pouco mais de 2,0 mil pessoas em 1991, resultado da diminuição daqueles indivíduos incluídos no movimento intra-regional (-89,0 mil pessoas) e da elevação no número de migrantes que se movimentaram entre as Mesorregiões em estudo (inter-regional), que somaram 87,0 mil pessoas. O movimento inter-regional passou a constituir a parte relativamente mais importante da migração intra-estadual em 1991 (51%), ao contrário do ocorrido em 1980, quando a migração intra-regional perfazia este percentual (51%).

Isto, agregado à informação anterior sobre a importância da procedência urbana da população migrante, reafirma os centros urbanos como predominantes na dinâmica migratória estadual. Entretanto, buscando-se a caracterização da população rural e a importância já registrada, da migração interna na composição dos movimentos

populacionais nesta área, apresenta-se a seguir a população migrante residente na área rural, por Mesorregiões, segundo os movimentos internos e externos ao Estado de São Paulo.

Os movimentos realizados dentro do Estado estão divididos em intra-regional e inter-regional, mostrando os migrantes que mudaram de residência entre os municípios de uma mesma Mesorregião no período intercensitário, e aqueles que mudaram de município localizados em Mesorregiões diferentes (Tabela 10).

TABELA 10 – População rural migrante segundo os movimentos intra e inter estaduais – Estado de São Paulo por Mesorregiões, 1980 e 1991

Mesorregião	População Migrante/1980				População Migrante/1991			
	Intra-estadual (%)		Total		Intra-estadual (%)		Total	
	Intra Regional	Inter Regional	Intra Estadual	Inter Estadual	Intra Regional	Inter Regional	Intra Estadual	Inter Estadual
1) S. J. Rio Preto	80	20	86,996	11,669	75	25	55,176	6,395
2) Ribeirão Preto	69	31	44,539	15,294	63	37	35,902	14,607
3) Araçatuba	60	40	23,895	4,284	56	44	17,646	3,573
4) Bauru	56	44	53,296	12,561	46	54	38,197	5,495
5) Araraquara	48	52	20,680	5,167	44	56	18,018	4,637
6) Piracicaba	37	63	19,390	7,134	33	67	22,989	8,133
7) Campinas	45	55	76,839	42,298	54	46	54,326	24,754
8) Pres. Prudente	71	29	55,125	13,101	67	33	36,318	12,082
9) Marília	55	45	22,225	4,769	48	52	17,352	2,504
10) Assis	65	35	20,836	7,652	54	46	16,022	6,138
11) Itapetininga	58	42	29,695	7,253	47	53	28,753	5,925
12) Macro M.Pta	34	66	54,209	18,963	27	73	49,089	16,665
13) Vale P. Pta	67	33	21,518	8,135	65	35	21,087	7,831
14) Litoral S. Pta	51	49	16,672	6,576	45	55	14,063	4,303
15) RMSP	71	29	90,458	70,210	63	37	31,576	32,895
16) Santos	31	69	217	101	28	72	349	281
Total do ESP	**60**	**40**	**636,59**	**235,167**	**54**	**46**	**456,862**	**156,217**

Fonte: IBGE (Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1980 e 1991). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 1999).

Na área rural o movimento populacional intra-estadual foi mais importante que aquele realizado pela população procedente de outra Unidade da Federação, para a população rural estadual e para a população rural da maioria das Mesorregiões, em 1980. O movimento intra-estadual na área rural foi também superior, em termos relativos, ao movimento interestadual em 1991, apresentando 636,5 mil migrantes ou 73% em 1980 e 456,8 mil migrantes ou 74% da migração rural total no Estado de São Paulo. A RMSP foi a única Região que apresentou, em 1991, a proporção de migrantes pertencentes ao movimento interestadual, com 32,8 mil pessoas, superior ao intra-estadual, com 31,5 mil pessoas, evidenciando novamente diferenças na configuração deste rural no Estado.

Dividindo-se o movimento intra-estadual da área rural do Estado de São Paulo verificou-se que o movimento intra-regional perdeu força em 1991, comparado com 1980. As pessoas mudaram menos entre os municípios de uma mesma Mesorregião no período 1980/91 que na década anterior, resultando em uma diminuição da importância do movimento intra-regional comparado ao inter-regional no final do período.

Entretanto, a migração intra-regional ainda predominou na área rural representando 54% dos movimentos dentro do Estado, ao contrário do que foi registrado anteriormente para a população total no Estado, onde o movimento inter-regional foi pouco superior ao movimento intra-regional estadual em 1991 (Figura 12 e Tabela 10). Na migração intra-estadual na área rural configura-se o movimento ainda predominante entre os municípios de uma mesma Mesorregião, para pelo menos metade delas, que foram consideradas com importância relativa à população rural estadual, anteriormente.

2.6 A localização dos domicílios da população rural estadual

A constatação do crescimento da população rural paulista deve-se principalmente à RMSP, conjugado com a continuada perda dessa população nas demais Mesorregiões e dada a configuração diferenciada da área rural no Estado[xxi], foram fatores que estimularam a investigação de outras informações sobre a área rural que possam ser associadas à caracterização da população que reside neste espaço. A análise que segue deve levar em conta a pergunta formulada inicialmente que busca saber em que medida este incremento não estaria refletindo um "transbordamento" da população urbana para áreas ainda classificadas como rurais.

Esta questão pode ser melhor elucidada a partir da consideração dos dados sobre a classificação dos domicílios rurais segundo sua localização, ou seja, se "isolado", "em conjuntos habitacionais", entre outros. Essa informação está disponível apenas no Censo de 1991. As categorias utilizadas pelo Censo foram: casa ou apartamento isolado ou de condomínio (isolado/condomínio); casa ou apartamento em conjunto residencial popular (conjunto residencial); casa ou apartamento em aglomerado subnormal (aglomerado subnormal) e outros que agregam cômodos, domicílios improvisados ou domicílios coletivos (outros).

O total de domicílios registrados nestas categorias na área rural paulista foi de 2,2 milhões em 1991. A categoria "casa ou apartamento isolado ou em condomínio" representou a grande maioria dos domicílios da área rural de São Paulo nesta data (93,1%

deles). A predominância dos domicílios categorizados em isolados ou em condomínio foi superior à 95% para a maioria das Mesorregiões, como mostra a Tabela 11.

A RMSP, justamente onde ficou explícito o crescimento da população rural na primeira metade dos anos 90, apresentou a categoria "isolado/condomínio" para 65,3% do total dos domicílios na área rural em 1991, proporção diferenciada com relação ao total estadual e demais Mesorregiões. Ainda apresentou um percentual de 30,7% para a categoria "conjuntos residenciais", enquanto a média do Estado foi de 5,6%[xxii], diferenciando ainda mais a configuração deste rural, dado o número de domicílios registrados nesta região comparado aos demais valores estaduais.

TABELA 11 – Localização do domicílio da população rural, por Mesorregiões – Estado de São Paulo, 1991

(%)

Mesorregiões	Localização dos domicílios na área rural/1991				
	Isolado/ Condomínio	Conjunto Residencial	Aglomerado Subnormal	Outros	Total
1) S. J. Rio Preto	99,4	0,3	0,3	0,0	202,430
2) Ribeirão Preto	98,4	1,3	0,1	0,1	157,492
3) Araçatuba	98,7	0,1	1,1	0,1	71,349
4) Bauru	99,5	0,3	0,2	0,0	136,551
5) Araraquara	98,2	0,0	1,7	0,1	66,099
6) Piracicaba	86,6	13,2	0,2	0,1	104,157
7) Campinas	95,4	1,2	3,4	0,0	249,002
8) Pres. Prudente	99,7	0,2	0,1	0,0	136,944
9) Marília	98,6	1,2	0,2	0,0	57,516
10) Assis	99,4	0,4	0,0	0,1	84,213
11) Itapetininga	99,3	0,3	0,4	0,0	185,384
12) Macro M.Pta	98,9	0,7	0,3	0,2	234,278
13) Vale P. Pta	99,1	0,8	0,1	0,0	136,806
14) Litoral S. Pta	98,6	1,1	0,2	0,1	90,372
15) RMSP	65,3	30,7	3,9	0,2	323,436
16) Santos	53,7	0,0	46,3	0,0	2,159
Total do ESP	**93,1**	**5,6**	**1,2**	**0,1**	**2.238.188**

Fonte: IBGE (Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1991). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 1999).

Infelizmente, essa informação é pouco sensível para se averiguar a extensão do processo de expansão urbana em direção às áreas rurais o que seria de grande interesse. Isso resulta do fato dessa categoria apresentar os domicílios agrupados na condição "isolado ou condomínio", sendo impossível distinguir uma situação muito comum nas zonas rurais (casa isolada) daquela bem característica da área urbana (os condomínios).

Entretanto, este resultado contribui para a confirmação da hipótese levantada sobre o crescimento do rural metropolitano e, portanto, do Estado de São Paulo, uma vez que é

muito pouco provável ou comum a existência de conjuntos habitacionais em zonas rurais. O significativo percentual de domicílios nessas condições sugere tratar-se do reflexo de uma população localizada em áreas ainda classificadas como rurais, mas que já detém todos os traços de zonas de extensão urbana. Como se sabe, os conjuntos habitacionais têm sido umas das formas de ocupação do espaço metropolitano e, portanto, um dos elementos indutores do processo de estruturação do espaço regional.

Por fim, foram apresentadas diferenças regionais entre as áreas rurais estudadas em São Paulo, com a divisão territorial em Mesorregiões geográficas. Com a inovação oferecida pelos dados do Censo Demográfico, a partir de 1991, nas categorias que passaram a definir a área rural, é possível avançar nesta análise, desmembrando-se a área rural do Estado. Assim, apresentam-se as características demográficas da população rural paulista, inserindo-se a área de transição.

III – A POPULAÇÃO RESIDENTE NA ÁREA DE TRANSIÇÃO ENTRE O URBANO E O RURAL, 1991 E 1996

3.1 A área de transição entre o urbano e o rural

A área de transição foi concebida aproveitando-se a possibilidade oferecida pelo Censo Demográfico de 1991 e Contagem de 1996 pela desagregação da situação do domicílio e do setor, respectivamente, como apresentado na primeira parte deste estudo. Foi então concebida como a área que incorporou parte da população residente na área rural, denominada de "aglomerado rural de extensão urbana", caracterizando-se como uma área em transição entre o urbano e o rural (Quadro I).

QUADRO I – Situação do domicílio da população residente, inserindo-se a área de transição – Estado de São Paulo, 1991 e 1996

Área redefinida	Variável "Situação do Domicílio" e "Situação do Setor"
Urbana	1) Área urbanizada
	2) Área não urbanizada
	3) Área urbana isolada
Transição	4) Aglomerado rural de extensão urbana
"Rural"	5) Aglomerado rural isolado ou povoado
	6) Aglomerado rural isolado ou núcleo
	7) Outros aglomerados
	8) Área rural (exclusive aglomerado rural)

Fonte: IBGE (1994).
Nota: O termo "rural" será apresentado entre aspas quando pertencer a esta classificação, ou seja, quando não agregar a população recenseada na área que está sendo considerada de transição.

A situação examinada até aqui, no que se referiu à dinâmica da população segundo situação do domicílio, ficou mais clara quando se considerou a distribuição da mesma a partir de uma divisão mais desagregada que as categorias tradicionais urbano e rural. Com esta desagregação foi possível conhecer em quais "partes do rural" ocorreu o crescimento da população no Estado de São Paulo.

Assim, apresenta-se as características demográficas da população residente no rural, introduzindo-se a área de transição. Esta abordagem deve ajudar no entendimento do recente crescimento registrado da população residente no rural paulista, uma vez que estas considerações integram a configuração da área, no registro dos movimentos e das mudanças de seu perfil demográfico, ajudando a revelar que rural é esse que está sendo estudado.

Neste sentido, nas primeiras análises sobre a distribuição da população, considerando-se as três áreas (urbana, de transição e "rural") foi possível afirmar que o aumento registrado da população na área rural do Estado ocorreu na área de transição (aglomerado rural de extensão urbana), sobretudo onde esta área de transição apresentou características estruturais apropriadas ao atendimento de demandas por produtos e trabalho de centros maiores, assim como, ao estabelecimento de residência no local (CUNHA; RODRIGUES, 1999; CUNHA; RODRIGUES, 2001).

As características demográficas da população residente no rural, segundo esta classificação, serão referentes ao primeiro quinquênio dos anos 90. Portanto, na ausência destas informações para o período analisado (1980/1991) pretendeu-se, mais do que uma comparação das características demográficas estudadas anteriormente, uma reflexão sobre a dinâmica de ocupação criada nestas áreas, que tem permitido inferir sobre a configuração espacial do rural paulista nos anos recentes. As características demográficas da população rural, como feita para os anos 80, poderão ser obtidas com as informações do Censo Demográfico de 2000, que serão brevemente divulgadas.

Enfim, a análise da população residente na área de transição entre o rural e o urbano permitirá a abordagem do primeiro período onde ocorreu a reversão da perda da população rural paulista. Das considerações sobre a área de transição foi possível identificar diferentes áreas dentro do rural, segundo a situação e localização do domicílio, sendo constatada também, diferenças entre as áreas rurais das Mesorregiões estudadas no Estado, com ênfase na distribuição desta população[xxiii].

3.2 Distribuição da população no Estado de São Paulo considerando-se a área de transição

A distribuição da população residente nas áreas urbana, de transição ou "rural" foi formulada utilizando-se a variável "situação do domicílio" do Censo Demográfico de 1991 e "situação do setor" da Contagem Populacional em 1996, como apresentado anteriormente no Quadro I.

A área urbana (UR) apresentou a grande maioria da população residente no Estado de São Paulo nos dois anos considerados, ficando em torno dos 93% da população total, concentrando em sua área 29,3 milhões de pessoas em 1991 e 31,7 milhões de pessoas em 1996. A área "rural" ("RU") concentrou pouco mais de 2 milhões de pessoas em 1991 (6,5% da população total) e 1,9 milhões em 1996 (5,8% da população total). A área transição (TR) formou-se em 1991 com 206,2 mil pessoas (0,7%), apresentando 369,9 mil pessoas recenseadas nessa categoria em 1996 (1,1% da população total).

A Tabela 12 ainda apresenta a distribuição da população na área rural e urbana convencional[xxiv]. Constatou-se para a primeira que a área de transição, mesmo concentrando uma população menor que a área "rural", apresentou um aumento na participação relativa da população residente na área rural convencional de 9,1% em 1991 para 15,7% em 1996. Isto foi resultado do aumento da população residente na área de transição e da diminuição da população na área "rural", ao contrário do ocorrido na área urbana convencional, onde houve um aumento da população residente em todas as suas áreas constituintes em 1996.

TABELA 12 – População residente e participação relativa (%), segundo as categorias que definem a situação do domicílio, incluindo a área de transição – Estado de São Paulo, 1991 e 1996

Situação do domicílio	1991		1996	
	Pop. residente	(%)	Pop. residente	(%)
Urbano	29.315.861	92,8	31.767.618	93,1
"Rural"	2.066.758	6,5	1.981.576	5,8
Transição	206,205	0,7	369,916	1,1
População Total ESP	31.588.824	100	34.119.110	100

Urbano	1991		1996	
	Pop. residente	(%)	Pop. residente	(%)
1) área urbanizada	28.882.058	98,5	31.220.130	98,3
2) área não urbanizada	164,596	0,6	231,379	0,7
3) área urbana isolada	269,207	0,9	316,109	1,0
Área urbana convencional	29.315.861	100	31.767.618	100

Rural	1991		1996	
	Pop. residente	(%)	Pop. residente	(%)
"Rural" ("RU")	2.066.758	90,9	1.981.576	84,3
Transição - 4) aglomerado rural de extensão urbana	206,205	9,1	369,916	15,7
Área Rural convencional	2.272.963	100	2.351.492	100

Categorias da área "RU"	1991		1996	
	Pop. residente	(%)	Pop. residente	(%)
5) isolado/povoado	53,623	2,6	59,554	3,0
6) isolado/núcleo	18,240	0,9	12,798	0,6
7) outros aglomerados	8,843	0,4	14,529	0,7
8) área rural (exclusive aglomerados)	1.986.052	96,1	1.894.695	95,6
Área "Rural"	2.066.758	100	1.981.576	100

Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991); Contagem Populacional (1996). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 1999).

A categoria "área urbanizada" foi a predominante na formação da área urbana convencional, representando mais de 98% da população residente no local nos dois anos. A categoria "área rural (exclusive aglomerados)" também evidenciou-se em relação as demais categorias formadoras da área "rural", ficando em torno de 96% em 1980 e 95,5% em 1996, sendo a área responsável pela diminuição da população "rural" em 1996. A importância relativa destas categorias justificou a apresentação da situação do domicílio em área urbana, área "rural" e área de transição para o estudo da distribuição da população residente no Estado.

O crescimento da população na área rural tem chamado a atenção de especialistas em estudos de população por romper com uma trajetória de queda delineada como certa, como tendência relativa à área. A população residente na área rural paulista, como visto,

apresentou valores absolutos bastante reduzidos, comparados à área urbana, porém esses valores associados à diminuição no ritmo de saída da população desta área nos anos 80, ao aumento nos primeiros anos dos 90 e às anunciadas mudanças no uso do solo rural, tornaram as investigações sobre o crescimento do rural elementares à compreensão da distribuição atual da população residente no Estado de São Paulo.

Obviamente, essa distribuição deverá estar relacionada aos novos arranjos espaciais que estariam criando novas demandas ao estabelecimento de bens públicos, assim como, despertando a emergência de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da área rural com essa feição. Muito embora a participação da população residente na área de transição pouco representasse na população total no Estado de São Paulo, trouxe evidências de sua importância relativa na constituição da área rural, importando no anunciado crescimento da população residente nesta área nos primeiros anos da década de 90.

A população residente na área rural considerando-se a área de transição, para as Mesorregiões estaduais, está na Tabela 13. A concentração da população na área de transição, relativa à área rural, teve importância na Mesorregião de Piracicaba e especialmente na RMSP, nos dois anos considerados. Piracicaba apresentou uma participação relativa da população residente na área de transição, relacionada à população da área rural convencional, igual a 19,1% (20,0 mil pessoas) em 1991, e igual a 24,9% (25,9 mil) em 1996. A RMSP passou de uma participação relativa de 48,6% (161,2 mil) em 1991, para 50,4% (290,5 mil pessoas) em 1996. O restante das Mesorregiões, exceto Santos, apresentou a concentração da população na área redefinida como "rural" superior a 93% da área rural convencional.

De fato, o ponto que mais chamou atenção e tornou relevante a consideração dessa área, foi o crescimento relativo de sua população. Constatou-se que o aumento populacional registrado na área rural do Estado de São Paulo, de 78,5 mil pessoas no período 1991/96 (3,5% da população rural em 1991), foi devido ao incremento ocorrido na aqui denominada área de transição, que apresentou um aumento de sua população de quase 164,0 mil pessoas a uma taxa de 12,4% a.a. e a concomitante diminuição da população na área "rural", próxima a 85,0 mil pessoas neste período, o que está destacado na Figura 13.

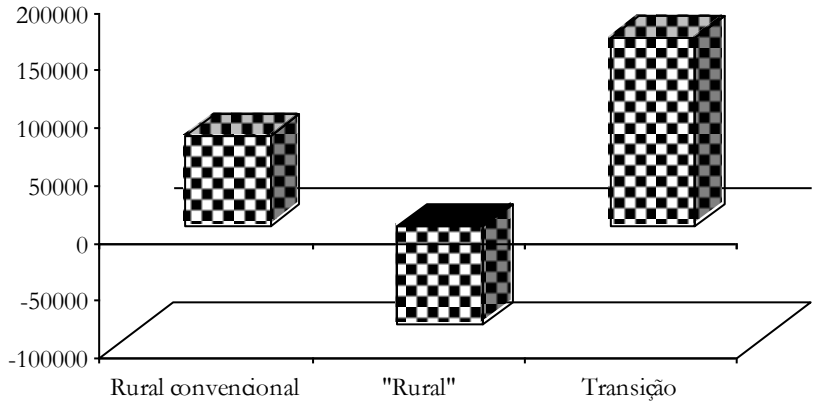
TABELA 13 – População residente, participação relativa (%) e crescimento absoluto na área rural, com a inserção da área de transição – Estado de São Paulo, por Mesorregiões, 1991 e 1996

Mesorregiões	População residente/1991				População residente/1996			
	Rural Conven.	"Rural"	Transição	TR/RU (%)	Rural Conven.	"Rural"	Transição	TR/RU (%)
1) S. J. Rio Preto	203,071	202,212	859	0,4	172,291	171,995	296	0,2
2) Ribeirão Preto	161,876	158,911	2,965	1,8	133,147	123,918	9,229	6,9
3) Araçatuba	72,162	71,883	279	0,4	60,029	59,770	259	0,4
4) Bauru	140,980	140,980	0	0,0	113,501	113,501	0	0,0
5) Araraquara	66,725	66,400	325	0,5	62,858	59,750	3,108	4,9
6) Piracicaba	104,972	84,948	20,024	19,1	104,225	78,295	25,930	24,9
7) Campinas	252,074	239,240	12,834	5,1	234,542	221,884	12,658	5,4
8) Pres. Prudente	139,394	139,394	0	0,0	129,454	120,363	9,091	7,0
9) Marília	58,585	58,585	0	0,0	44,165	44,165	0	0,0
10) Assis	84,475	84,475	0	0,0	67,713	67,713	0	0,0
11) Itapetininga	187,335	185,921	1,414	0,8	173,462	168,435	5,027	2,9
12) Macro M.Pta	237,705	234,164	3,541	1,5	236,537	232,144	4,393	1,9
13) Vale P. Pta	138,249	137,221	1,028	0,7	150,513	141,651	8,862	5,9
14) Litoral S. Pta	90,932	89,692	1,240	1,4	89,345	89,345	0	0,0
15) RMSP	332,024	170,798	161,226	48,6	576,374	285,859	290,515	50,4
16) Santos	2,404	1,934	470	19,6	3,336	2,788	548	16,4
Total do ESP	**2.272.963**	**2.066.758**	**206,205**	**9,1**	**2.351.492**	**1.981.576**	**369,916**	**15,7**

Mesorregiões	Crescimento da população rural, 1991/96		
	Rural Conven.	"Rural"	Transição
1) S. J. Rio Preto	-30,780	-30,217	-5,63
2) Ribeirão Preto	-28,729	-34,993	6,264
3) Araçatuba	-12,133	-12,113	-20
4) Bauru	-27,479	-27,479	0
5) Araraquara	-3,867	-6,650	2,783
6) Piracicaba	-747	-6,653	5,906
7) Campinas	-17,532	-17,356	-176
8) Pres. Prudente	-9,940	-19,031	9,091
9) Marília	-14,420	-14,420	0
10) Assis	-16,762	-16,762	0
11) Itapetininga	-13,873	-17,486	3,613
12) Macro M. Pta	-1,168	-2,020	852
13) Vale P. Pta	12,264	4,430	7,834
14) Litoral S. Pta	-1,587	-347	-1,240
15) RMSP	244,350	115,061	129,289
16) Santos	932	854	78
Total do ESP	**78,529**	**-85,182**	**163,711**

Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991); Contagem Populacional (1996). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 1999).

FIGURA 13 – Crescimento absoluto da população da área rural convencional, "rural" e da área de transição – Estado de São Paulo, 1991/96



Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991); Contagem Populacional (1996). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 1999).

Pode-se ainda destacar do ponto de vista regional, que houve um crescimento da população residente na área de transição em 1996, para uma parte importante das Mesorregiões estaduais, destacando-se a RMSP que respondeu por quase 80% do crescimento populacional nesta área no Estado. Por outro lado, a área "rural" apresentou uma diminuição da população residente em praticamente todas as Mesorregiões do Estado, exceto para o Vale do Paraíba Paulista (4 mil pessoas), Santos (853 pessoas) e sobretudo para a RMSP, que se não tivesse apresentado um crescimento de aproximadamente 115,0 mil pessoas neste período, teria acentuado ainda mais a diminuição da população residente na área "rural" no Estado de São Paulo.

O aumento da população na área de transição na RMSP poderia estar associado à hipótese da não classificação desta área como urbana, já apresentada nas considerações sobre a localização dos domicílios, que foi marcada pela presença dos conjuntos residenciais na área rural desta Região.

Introduzindo-se a área de transição, na análise da localização dos domicílios, verificou-se que a área "rural" do Estado de São Paulo apresentou 2,0 milhões de domicílios com 98,5% deles na categoria isolado ou em condomínio, sendo muito possível que neste caso predominem os domicílios isolados, como melhor característica do que se conhece como "rural". Isso foi verdade para todas as Mesorregiões do Estado.

Praticamente 100% dos domicílios incluídos nessa categoria foram casas (isoladas ou em condomínio) e não apartamentos.

A área de transição apresentou, por outro lado, dos 205,3 mil domicílios registrados neste quesito censitário, 40,1% na categoria isolado ou em condomínio e 56,3% na categoria conjunto residencial. Novamente a RMSP e Piracicaba apareceram como as Regiões onde se destacaram, na área de transição, os domicílios mais característicos da área urbana (conjunto residencial popular). Isso fica reafirmado no fato de que dos domicílios pertencentes à categoria conjunto residencial no Estado de São Paulo, 44% deles foram apartamentos e 56% casas. Na RMSP a porcentagem de apartamentos na categoria conjunto residencial subiu para 52% na área de transição.

A categoria isolado ou em condomínio predominou no restante das Mesorregiões, e a categoria conjunto residencial foi um pouco mais importante em Campinas, Ribeirão Preto e Litoral Sul Paulista, embora apresentassem um número reduzido de domicílios, comparado com Piracicaba e com a RMSP. O registro dos domicílios em Piracicaba representou quase 10% e da RMSP, 78% dos domicílios totais do Estado na área de transição.

TABELA 14 – Localização do domicílio na área "rural" e na área de transição, por Mesorregiões – Estado de São Paulo, 1991

Mesorregiões	Localização do Domicílio							
	Área "rural" (%)				Área de Transição – (%)			
	Isolado Cond	Conjto Res.	Aglom Sub.	Total Domicíl.	Isolado/ Condom.	Conjto Resid.	Aglomer. Subnor.	Total Domicíl.
1) S. J. Rio Preto	99,6	0,3	0,2	201,571	58,3	0	41,7	859
2) Ribeirão Preto	99,1	0,6	0,1	154,576	63,4	36,6	0	2,916
3) Araçatuba	98,7	0,1	1,1	71,070	100	0	0	279
4) Bauru	99,5	0,3	0,2	136,551	0	0	0	0
5) Araraquara	98,6	0,0	1,3	65,813	8,7	0	91,3	286
6) Piracicaba	99,7	0,1	0,2	84,163	31,7	68,3	0	19,994
7) Campinas	96,2	0,2	3,6	236,188	80,6	19,4	0	12,814
8) Pres. Prudente	99,7	0,2	0,1	136,944	0	0	0	0
9) Marília	98,6	1,2	0,2	57,516	0	0	0	0
10) Assis	99,4	0,4	0,0	84,213	0	0	0	0
11) Itapetininga	99,4	0,3	0,3	184,033	85,5	0	14,5	1,351
12) Macro M.Pta	98,9	0,7	0,3	230,737	100	0	0	3,541
13) Vale P. Pta	99,1	0,8	0,1	135,778	100	0	0	1,028
14) Litoral S. Pta	98,9	0,9	0,2	89,132	82,0	18,0	0	1,240
15) RMSP	95,0	0,7	4,0	162,911	35,0	61,2	3,8	160,525
16) Santos	68,7	0,0	31,3	1,689	0	0	100,0	470
Total do ESP	**98,5**	**0,4**	**1,0**	**2.032.885**	**40,1**	**56,3**	**3,6**	**205,303**

Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 1999).

O estudo das características demográficas da população residente no Estado de São Paulo, considerando-se a área de transição, contará com as considerações sobre idade e sexo, educação (anos de estudo), inserção nas atividades econômicas da PEA, renda *per capita* familiar e movimentos populacionais, para Mesorregiões selecionadas onde o aumento da população na área de transição em 1991/96 tornou-se significante, diante da diminuição da população em sua área "rural", podendo estar associado às novas tendências no uso do solo rural, ou a uma demarcada expansão dos centros urbanos sobre esta área.

As Mesorregiões selecionadas foram divididas em três agrupamentos com características semelhantes para essa análise, quais sejam:

a) o primeiro grupo representando as Regiões onde a área de transição mostrou uma população residente significativa em 1996, em relação a uma população bem menor, ou inexistente em 1991 (como no caso de Presidente Prudente). São as Mesorregiões de Ribeirão Preto, Araraquara, Presidente Prudente, Itapetininga, Macro Metropolitana Paulista e Vale do Paraíba Paulista;

b) o segundo agregando Regiões que se destacaram das demais por apresentarem uma importante participação relativa da população residente na área de transição na população rural convencional. São as Mesorregiões de Campinas e Piracicaba;

c) RMSP, como a área de maior concentração da população residente na área de transição comparado ao total estadual.

3.3 Considerações sobre sexo, idade e educação da população rural paulista, inserindo-se a área de transição

A composição da população rural paulista por sexo e idade será apresentada para os anos de 1991 e 1996, segundo a desagregação do rural em área "rural" ("RU") e transição (TR), (Tabela 15).

Na área "rural", dos 2,0 milhões de pessoas residentes em 1991, 53% eram homens, e 47% mulheres. Essa população diminuiu para 1,9 milhões de pessoas em 1996, repetindo-se a mesma proporção por sexo. Foi registrada uma diminuição maior da população do sexo masculino, de quase 49,0 mil pessoas, em relação à população feminina que esteve em torno de 37,0 mil pessoas no período 1991/96, mantendo ainda uma razão de sexo próxima a 113, marcando a predominância masculina na área "rural" paulista no primeiro quinquênio dos anos 90.

TABELA 15 – População residente na área "rural" e na área de transição, por sexo e idade – Estado de São Paulo, 1991 e 1996

Idade	População Residente na Área "Rural"					
	1991			1996		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0 a 4	118,444	113,763	232,207	103,898	99,568	203,466
5 a 9	126,113	120,277	246,390	108,627	103,653	212,280
10 a 14	125,075	116,88	241,955	113,760	106,887	220,647
15 a 19	112,048	98,557	210,605	105,199	94,395	199,594
20 a 24	100,299	85,034	185,333	94,603	83,008	177,611
25 a 29	91,389	81,079	172,468	87,105	76,903	164,008
30 a 34	81,978	71,261	153,239	82,589	74,250	156,839
35 a 39	70,188	60,759	130,947	74,032	63,974	138,006
40 a 44	60,231	49,519	109,750	62,830	52,545	115,375
45 a 49	49,381	41,941	91,322	51,107	42,450	93,557
50 a 54	43,992	35,210	79,202	42,830	35,441	78,271
55 a 59	37,085	29,441	66,526	36,623	29,023	65,646
60 a 64	31,997	23,882	55,879	30,590	23,168	53,758
65 a 69	22,977	16,684	39,661	23,370	17,386	40,756
70 e mais	28,654	23,722	52,376	30,145	24,793	54,938
Ignorada	0	0	0	3,560	3,264	6,824
Total	**1.099.850**	**968,009**	**2.067.859**	**1.050.868**	**930,708**	**1.981.576**
Idade	**População residente na área de Transição**					
	1991			Ano: 1996		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0 a 4	13,708	13,857	27,565	22,151	21,375	43,526
5 a 9	14,655	14,261	28,916	22,063	21,428	43,491
10 a 14	12,836	12,543	25,379	22,396	21,799	44,195
15 a 19	9,893	9,699	19,592	18,734	19,214	37,948
20 a 24	8,527	9,244	17,771	16,521	17,433	33,954
25 a 29	9,204	9,660	18,864	16,951	17,854	34,805
30 a 34	9,176	10,120	19,296	16,434	17,503	33,937
35 a 39	8,134	8,090	16,224	14,746	15,404	30,150
40 a 44	5,610	5,629	11,239	11,703	11,975	23,678
45 a 49	3,438	3,273	6,711	7,616	7,883	15,499
50 a 54	2,351	2,372	4,723	4,803	5,250	10,053
55 a 59	1,663	1,974	3,637	3,046	3,318	6,364
60 a 64	1,085	1,613	2,698	2,026	2,601	4,627
65 a 69	693	882	1,575	1,264	1,750	3,014
70 e mais	921	1,093	2,014	1,431	2,073	3,504
Ignorada	0	0	0	575	596	1,171
Total	**101,895**	**104,31**	**206,205**	**182,46**	**187,456**	**369,916**

Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991); Contagem Populacional (1996). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 1999).

Entretanto a área de transição em São Paulo apresentou a população residente, em 1991, distribuída com uma proporção igual a 51% para as mulheres, constituindo-se de 104,3 mil pessoas do sexo feminino e 101,8 mil do sexo masculino. Foi mantida a mesma proporção na composição desta população por sexo em 1996, aumentando para 187,4 mil

mulheres e 182,4 mil homens, sendo que essa diferença representou uma razão de sexo em ambos os anos próxima a 97. A presença feminina foi também importante quando avaliado o crescimento da população em 1991/96 que foi de 163,7 mil pessoas, onde 51% foi constituído de mulheres e 49% de homens.

A área rural (convencional) marcou a presença masculina como predominante em 1991, com uma razão de sexo igual a 112 e 110 em 1996 e no ano 2000. O aumento da população feminina foi verificado na área de transição, com uma razão de sexo em torno de 97, enquanto a área "rural" apresentou a participação masculina superior à feminina na composição da população residente, dada por uma razão de sexo próxima a 113. Enfim, a área de transição vem afirmando uma participação feminina importante na composição de sua população, o que será melhor elucidado no exame da distribuição dessa população segundo os grupos etários.

O crescimento da população "rural" somente foi positivo, ou seja, a área "rural" ganhou população em 1996 tendo como base o ano de 1991, nas faixas etárias de 30 a 49 anos, diminuindo muito nas primeira idades até 19 anos e mantendo uma população em idade avançada (65 e mais) relativamente importante. A área de transição apresentou um aumento da população em todas as faixas etárias, com destaque para a população masculina nas primeiras idades até 19 anos e no restante, com a feminina sendo maior (Tabela 16)[xxv].

TABELA 16 – Crescimento da população na área "rural" e na área de transição, por sexo e idade – Estado de São Paulo, 1991/96

Situação do Domicílio/"Rural"				Situação do Domicílio/Transição			
Crescimento Absoluto, 1991/96				Crescimento Absoluto, 1991/96			
Idade	Homens	Mulheres	Total		Homens	Mulheres	Total
0 a 4	-14,546	-14,195	-28,741		8,443	7,518	15,961
5 a 9	-17,486	-16,624	-34,110		7,408	7,167	14,575
10 a 14	-11,315	-9,993	-21,308		9,560	9,256	18,816
15 a 19	-6,849	-4,162	-11,011		8,841	9,515	18,356
20 a 24	-5,696	-2,026	-7,722		7,994	8,189	16,183
25 a 29	-4,284	-4,176	-8,460		7,747	8,194	15,941
30 a 34	611	2,989	3,600		7,258	7,383	14,641
35 a 39	3,844	3,215	7,059		6,612	7,314	13,926
40 a 44	2,599	3,026	5,625		6,093	6,346	12,439
45 a 49	1,726	509	2,235		4,178	4,610	8,788
50 a 54	-1,162	231	-931		2,452	2,878	5,330
55 a 59	-462	-418	-880		1,383	1,344	2,727
60 a 64	-1,407	-714	-2,121		941	988	1,929
65 a 69	393	702	1,095		571	868	1,439
70 e mais	1,491	1,071	2,562		510	980	1,490
Ignorada	3,56	3,264	6,824		575	596	1,171
Total	**-48,982**	**-37,301**	**-86,283**		**80,565**	**83,146**	**163,711**

Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991); Contagem Populacional (1996). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 1999).

Resumidamente, pode-se afirmar que na área "rural" ocorreu a diminuição da importância relativa nas primeiras idades, o envelhecimento da população e a manutenção de uma população em idade ativa com predominância masculina até as idades mais avançadas. Ainda se pode observar a variação da distribuição da população residente na área de transição neste período (1991/1996), distinto do ocorrido na área "rural". Verificou-se um aumento absoluto na população nas primeiras idades, embora em termos relativos tenha diminuído sua importância em 1996. Houve um ganho relativo na população em idade ativa, sendo um pouco mais acentuado para a população feminina.

Relativamente, a população na área de transição não tem a participação aumentada para a população em idades mais avançadas como a área "rural". Isso pode estar ligado às possibilidades de inserção no mercado de trabalho existentes nesta área (TR), assim como, do intercâmbio diário com a área urbana, quando este for o local de trabalho do indivíduo residente na área de transição.

A distribuição da população por sexo e idade no Estado de São Paulo, pode ser ainda apresentada segundo a proporção da população até 14 anos e maior, residente na área "rural" e na área de transição, reafirmando as diferenças na participação feminina e

masculina nas duas áreas e como introdução à análise das informações referentes à educação (Anexo 2).

A população maior de 14 anos residente na área "rural" foi de 1,3 milhões de pessoas nos anos considerados e na área de transição foi de 124,3 mil pessoas em 1991 e de 238,7 mil pessoas em 1996. Portanto, o aumento dessa população na área rural tradicional, que foi de 111,9 mil pessoas, como mencionado anteriormente, ocorreu na área de transição, que apresentou um aumento da população residente maior de 14 anos de 114,3 mil pessoas.

Na área "rural" praticamente um terço da população residente foi menor de 14 anos de idade, no período considerado, sendo essa proporção um pouco maior para a população feminina. Na área de transição, a população menor de 14 anos foi 39,7% em 1991 e 35,5% em 1996 com relação à população total, com a presença masculina superior a feminina na proporção com o total da população, respectivamente.

Verificando-se a participação por sexo na população até 14 anos e maior que esta idade, verificou-se que na área "rural" ocorre a predominância masculina nas duas faixas etárias consideradas e na área de transição, a população feminina predomina na segunda faixa etária, maior de 14 anos.

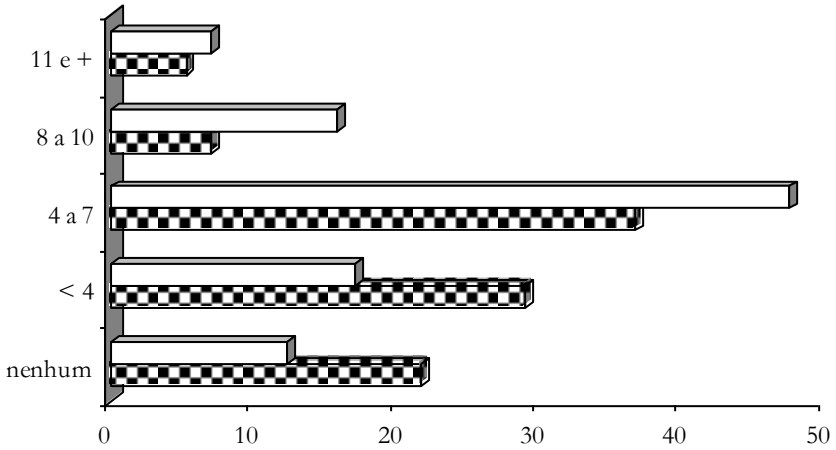
As informações referentes à educação no Estado de São Paulo tiveram como referência esta população (maior de 14 anos de idade) e as mesmas categorias analisadas anteriormente, referindo-se agora aos anos de estudo na área "rural" e na área de transição. Para esta análise foram consideradas as Mesorregiões selecionadas com alguma importância na área de transição e para o Estado de São Paulo, em 1991 e 1996.

A maior parte da população na área "rural" apresentou quatro a sete anos de estudos, 36,8% e 39,3% , em 1991 e 1996, respectivamente. Houve uma diminuição da população que não apresentou nenhum ano de estudo nesse período, de 21,8% ou 293,2 mil pessoas em 1991, para 14,6% ou 196,6 mil pessoas em 1996. O mesmo ocorreu com a categoria que representou menos de quatro anos de estudo, diminuindo a proporção, tanto em porcentagem como em números absolutos. Houve no outro extremo, um aumento da população qualificada com mais de oito anos de estudo nesse período, na área "rural" do Estado de São Paulo, que passou de 166,8 pessoas para 231,3 mil pessoas em 1996, com a participação representada na Figura 14 em 1991 e na Figura 15 em 1996.

Sobretudo, deve ser destacado que a população residente na área de transição é melhor qualificada que aquela residente na área "rural", tanto em 1991, como em 1996,

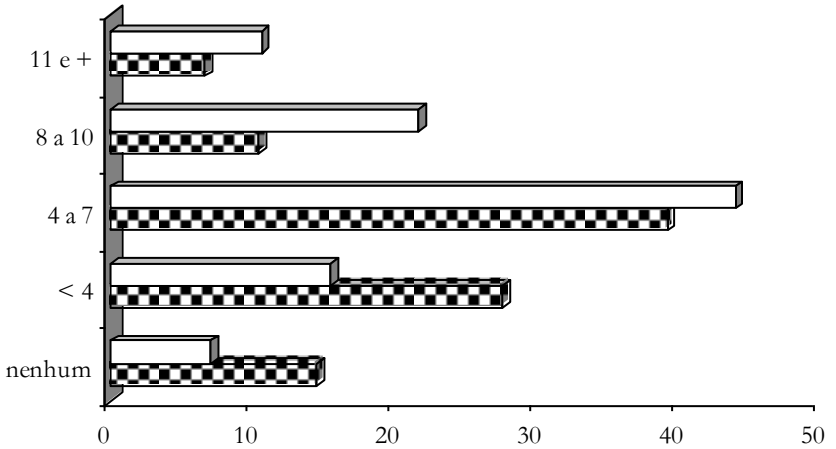
sobressaltando a proporção relativa à mais de 8 anos de estudo, visto que nesta área ocorreu um aumento da população maior de 14 anos de idade. Isso, por fim soma-se às diferenças já apresentadas entre estas duas áreas, pertencentes á área rural convencional.

FIGURA 14 – Anos de estudo da população na área "rural" e na área de transição – Estado de São Paulo, 1991



Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991).
Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 2000).

FIGURA 15 – Anos de estudo da população na área "rural" e na área de transição – Estado de São Paulo, 1996



Fonte: IBGE (Contagem Populacional, 1996). Tabulações. Especiais (NEPO/UNICAMP, 2000).

Uma parte importante das Mesorregiões representativas da área de transição[xxvi] apresentaram em 1991 a população mais concentrada nas categorias que agrupam as pessoas com mais anos de estudo, sobretudo a RMSP e a Mesorregião de Piracicaba. Esta característica ficou mais acentuada em 1996, quando todas as Mesorregiões consideradas apresentaram uma melhor distribuição nos anos de estudo e uma melhor qualificação entre

os residentes na área de transição, comparadas com a área "rural". Ainda, pode ser evidenciada a diminuição, em termos relativos, da população sem nenhum ano de estudo para todas estas Mesorregiões, assim como para a categoria menos de quatro anos de estudo em ambas as áreas consideradas (RODRIGUES, 2001, p. 116).

Estas Mesorregiões representaram 98,5% e 99,7% da população residente na área de transição em São Paulo, em 1991 e 1996 respectivamente e apresentaram um aumento da população residente nesta área, acompanhado de uma elevação nos anos de estudo em 1996, mostrando inclusive uma qualificação representativa na população com oito a dez anos e onze anos e mais.

Embora estas Mesorregiões tenham representado por volta de 68% e 72% da população residente na área "rural" do Estado, em 1991 e 1996, pode-se dizer que existe a tendência ao aumento nos anos de estudo também para a população residente na área "rural", aparecendo inclusive, uma elevada proporção da população com oito a dez anos de estudo, em algumas Regiões .

Cabe lembrar que, exceto a Mesorregião do Vale do Paraíba Paulista e a RMSP, as demais perderam população na área "rural" no período. As informações sobre os anos de estudo da população residente na área rural assinalam a concentração da população com mais anos de estudo na área de transição, comparada com a área "rural".

Finalizando a análise sobre a educação nas Mesorregiões destaca-se ainda, que a Mesorregião de Presidente Prudente não apresentou a população residindo na área de transição em 1991, sendo que em 1996 contou com quase 6 mil pessoas, e esta população esteve inserida nas categorias de maior qualificação em anos de estudo das Mesorregiões consideradas, inclusive para a média total do Estado de São Paulo.

As informações que se seguem sobre a população residente na área rural são relativas ao Censo Demográfico de 1991, pela possibilidade momentânea do uso dos micro dados que permitem a desagregação da área rural nas categorias utilizadas neste estudo ("rural" e de transição), limitando a caracterização desta população nos anos 90. Entretanto, poderão reforçar as tendências de mudança na configuração do rural, sobretudo para as áreas com características estruturais próprias ao que se tem concebido como área rural na atualidade.

As Mesorregiões de Piracicaba, Campinas e a RMSP, foram responsáveis por 90% e 89% da população residente na área de transição no Estado de São Paulo em 1991 e 1996

respectivamente, porém esta população esteve concentrada em poucas Microrregiões, como segue:

a) Mesorregião de Piracicaba: das três Microrregiões, destaque foi dado para Limeira com 88% da população regional (14,7 mil pessoas). A Microrregião de Piracicaba apresentou os 12% restantes, com pouco mais de duas mil pessoas;

b) Mesorregião de Campinas: das cinco Microrregiões, Campinas representou 93% da população regional, com pouco mais de 7 mil pessoas e o restante concentrou-se na Microrregião de Pirassununga com 7%, somando somente 550 pessoas, e

c) RMSP: das seis Microrregiões, São Paulo representou 95,5% da população regional ou 179,4 mil pessoas. O restante foi apresentado pela Microrregião de Mogi das Cruzes com 3,6 % (6,7 mil pessoas) e pela Microrregião de Guarulhos com 0,9% ou pouco mais de 1,6 mil pessoas.

Cabe lembrar que a área de transição, embora esteja sendo considerada a área responsável pelo crescimento rural paulista no início dos anos 90, tem mostrado uma importância restrita a algumas poucas Regiões no Estado, sobretudo a RMSP.

3.4 Considerações sobre a PEA ocupada nos setores de atividades econômicas e renda *per capita* familiar, introduzindo-se a área de transição

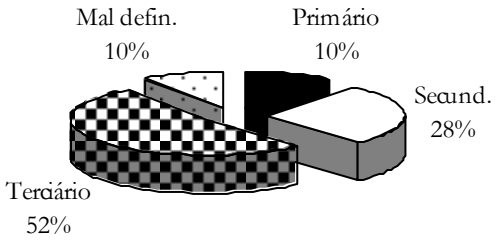
As informações sobre a PEA ocupada nas atividades econômicas são relativas à área "rural", à área de transição e à área denominada "urbana isolada". Agregou-se à esta análise a área "urbana isolada", pelo fato da mesma ter apresentado uma parte relativamente importante de sua PEA ocupada em atividades do setor primário, que como já dito, poderiam estar sendo desenvolvidas na área rural do município. Isto pode reforçar a ideia de um movimento da população residente nesta área em direção à área rural, levando-se em consideração as afirmações apresentadas no início deste estudo, sobre o aumento da população residente na área urbana e ocupada em atividades do setor primário de produção.

A análise a seguir mostra como se encontrava a PEA ocupada nas atividades primárias, secundárias e terciárias, incluindo-se a área de transição, como indicativo de transformações na ocupação da PEA residente no rural paulista. Isso poderá ser melhor elucidado com dados censitários mais recentes, porém não deixam de sustentar as afirmações sobre a emergência de atividades econômicas típicas da área urbana, entre as

ocupações da população residente no rural, já nos anos 80, como atividades do setor secundário e sobretudo, do setor terciário de produção.

A área "rural", concentrando a maior PEA das três áreas consideradas, apresentou também a maior proporção desta PEA ocupada nas atividades do setor primário (58% ou aproximadamente 471 mil pessoas), restando 23% ocupada no setor terciário e 11% no setor secundário de produção. Das 76 mil pessoas pertencentes a PEA ocupada na área de transição, somente 5% delas esteve inserida no setor primário, ficando a maior proporção relacionada ao setor terciário de produção (53%). A área "urbana isolada" apresentou, das 102 mil pessoas incluídas na PEA em 1991, 10% ocupada no setor primário de produção, 28% no setor secundário e 52% no setor terciário (Figura 16).

FIGURA 16 – Distribuição da PEA em setores de atividades econômicas, na área "rural", área de transição e área "urbana isolada" – Estado de São Paulo, 1991



Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991)
Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 1999).

Foi interessante observar que no Estado de São Paulo o percentual da PEA que desenvolveu atividades no setor primário e que residiu na área de transição foi muito pequeno. De fato, verificou-se que pouco mais de 5% (4 mil pessoas) da PEA vivendo na área de transição esteve ligada ao setor primário, sendo este percentual ainda menor, para a RMSP (1,5%), onde a população da área de transição tem se mostrado importante ao nível estadual. Verificou-se ainda que esta PEA não chegou a representar 1% da PEA ocupada no setor primário de produção na área "rural".

Averiguando-se a distribuição da PEA, por setores de atividades econômicas, nas Mesorregiões selecionadas por apresentarem importância na conformação da área de transição, verificou-se que a área "rural" teve a PEA predominantemente inserida em atividades do setor primário, como já mencionado para o Estado de São Paulo, exceto para a RMSP que teve maior importância na inserção da PEA nos outros dois setores,

especialmente no setor terciário de produção que absorveu quase 50% da PEA residente em sua área "rural" (RODRIGUES, 2001, p. 122).

A área de transição teve a PEA ocupada predominantemente em atividades terciárias e secundárias praticamente em todas as Mesorregiões selecionadas. Embora regiões como Campinas ainda apresentassem um percentual significativo de pessoas vivendo na área de transição e ligadas às atividades eminentemente rurais, ficou visível que esta população esteve muito mais ligada aos dois outros setores.

A área "urbana isolada", embora também tenha manifestado uma maior inserção da PEA em atividades do setor secundário e terciário, mostrou que em certas Mesorregiões ocorreu uma concentração da PEA ocupada no setor primário de produção, refletindo o vínculo da população que reside nesta área com as atividades, ou desenvolvidas no rural, ou características de áreas rurais.

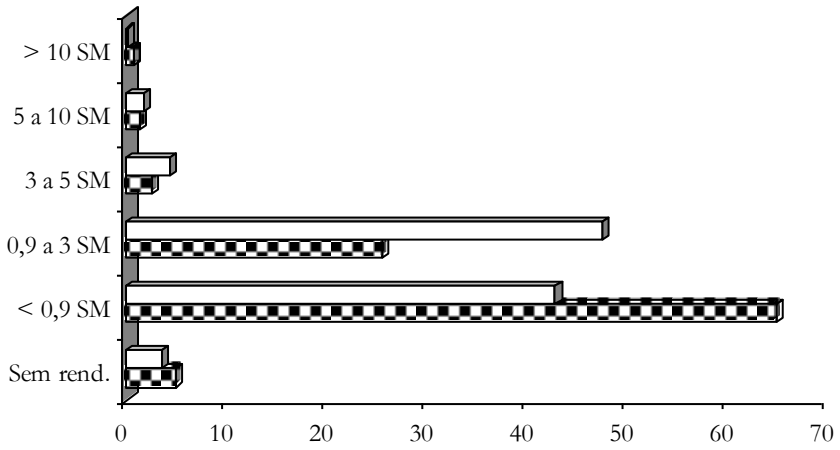
A verificação da ocupação da população na área rural como um todo, assim como na área "urbana isolada", como caracterização agregada aos setores de atividades econômicas, devem tornar mais claras as mudanças na ocupação da PEA nestas áreas nos últimos anos. Com a possibilidade do uso dos micro dados do Censo Demográfico do ano 2000, existirá um suporte maior para esta análise. Devem ser lembrados os avanços neste sentido, obtidos nos estudos que utilizam as informações das PNADs, que levam em consideração, por exemplo, questões relativas ao tempo despendido nas ocupações, dado cada vez mais importante para qualificar a forma de inserção do indivíduo, já que sobretudo no setor rural os trabalhadores em tempo parcial vêm se tornando um fenômeno cada vez mais comum (SILVA; BALSADI; DEL GROSSI, 1997; SILVA; DEL GROSSI, 1997).

Em uma breve avaliação sobre a renda *per capita* familiar foram examinadas as mesmas categorias utilizadas para a área rural, separando-se a área "rural" e a área de transição em 1991. Do total de 569,8 mil famílias incluídas na área rural estadual em 1991, 91,2% (519,4 mil) pertenceram à área "rural" e o restante 8,8% delas (50,4 mil famílias) pertenceram à área de transição. Dessa forma, ficou evidente a semelhança na distribuição das faixas de renda para a área "rural" com aquela verificada para o rural tradicional, marcada pela predominância da renda *per capita* familiar menor que 0,9 salários mínimos, correspondendo a 64,9% das famílias residentes na área "rural".

Na área de transição pode-se constatar que as faixas de renda consideradas estiveram melhor distribuídas entre as famílias, sobretudo com uma maior concentração na

faixa de 0,9 a 3 SM, concentrando 47,5% das famílias recenseadas e 42,8% na faixa de renda menor que 0,9 SM. Comparativamente à área "rural", a área de transição apresenta uma menor proporção de famílias classificadas como "sem rendimentos" (3,5%) e apresenta-se como a parte da área rural convencional em melhor condição da renda *per capita* familiar (Figura 17).

FIGURA 17 – Renda *per capita* familiar (SM) da população residente na área de "rural" e na área de transição (%) – Estado de São Paulo, 1991



Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991).
Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 1999).

Na análise regional, a área de transição mostrou uma melhor renda *per capita* familiar para a população residente na área de transição para todas as Mesorregiões selecionadas comparada com a área "rural". Embora esta renda estivesse mais concentrada na faixa menor de 0,9 SM nas duas áreas, a diferença principal favorável à área de transição foi o aumento das famílias inseridas na faixa de 0,9 a 3 SM e a diminuição das famílias incluídas na faixa sem rendimentos para o ano de 1991, apontando novamente diferenças nas características relativas à população residente na área "rural" e na área de transição (RODRIGUES, 2001, p. 124).

3.5 Considerações sobre a migração nos anos 80, inserindo-se a área de transição

A população migrante esteve predominantemente concentrada na área urbana de São Paulo em 1991. Dos 6,2 milhões de migrantes, 90.2% residiam na área urbana e 9,8% (613,0 mil pessoas) na área rural. Cabe lembrar que as informações referentes à população migrante residente no rural, embora refiram-se a uma população pequena comparada com

os migrantes residentes no urbano, relacionam-se a quase 30% da população residente no rural do Estado.

Na área rural esteve concentrada 93,8% desta população migrante na sua área reclassificada como "rural", distribuída principalmente nas Mesorregiões de Campinas[xxvii] com 12,7%, Macro Metropolitana Paulista com 11,2,%, São José do Rio Preto com 10,7%, e RMSP com 7,1% dos migrantes residentes na área "rural" em São Paulo. A área de transição registrou um pequeno número absoluto de migrantes, comparativamente, (37,8 mil pessoas), com destaque para a RMSP que respondeu sozinha por 62,4% (23,6 mil pessoas) dos migrantes residentes na área de transição estadual. Destaque menor foi dado à Mesorregião de Piracicaba com 13,3% (5 mil pessoas) e Campinas com 15,8% (5 mil pessoas), sendo que juntas somaram 91,5% da população migrante dessa área (RODRIGUES, 2001, p. 126).

A ocupação do aglomerado rural de extensão urbana (área de transição) por migrantes em Regiões com um alto grau de urbanização, como as apresentadas acima, sugere uma associação mais forte ao processo de expansão da área urbana do que a ocupação deste espaço pela expansão de atividades econômicas que estejam guardando as características do rural. Pode-se questionar por exemplo, qual seria a atração que a área de transição estaria exercendo para o estabelecimento do migrante na RMSP? A importância dos migrantes residentes na área de transição foi realçada novamente quando averiguada a participação relativa desta população na população residente nas Mesorregiões.

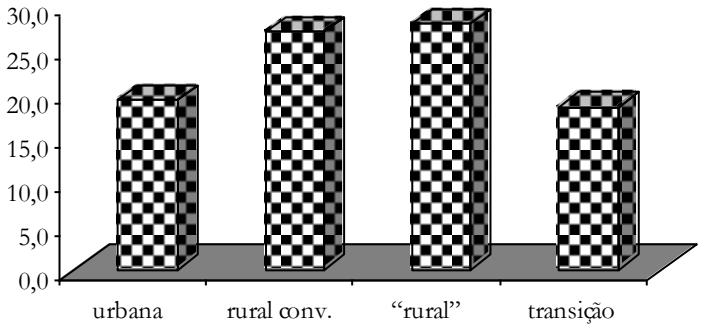
A área "rural" apresentou uma participação da população migrante igual a 27,8% para o Estado de São Paulo, registrando a presença de pouco mais de 575,0 mil migrantes nessa área em 1991. A área de transição apresentou o menor valor relativo a essa proporção para o Estado, que foi de 18,4%, ou 37,8 mil migrantes. Entretanto, a presença do migrante nesta área reforçou a característica de ser uma área promissora à ocupação e retenção de população residindo no local. A participação da população migrante na população residente na área "rural" e de transição está apresentada na Tabela 17 para as Mesorregiões estaduais e na Figura 18 para o Estado de São Paulo, reforçando a importância do migrante na constituição da população residente na área rural estadual, mesmo desagregada em "rural" e área de transição.

TABELA 17 – Participação da população migrante na população residente (%) – Estado de São Paulo, por Mesorregiões, 1991

Mesorregiões	Situação do domicílio (%) "Rural"	(%) Transição	População migrante na área de transição (valor absoluto *)
1) S. J. Rio Preto	30,4	21,5	185
2) Ribeirão Preto	31,3	25,8	765
3) Araçatuba	29,3	55,2	154
4) Bauru	31,0	0	0
5) Araraquara	33,8	72,3	235
6) Piracicaba	30,7	25,1	5,026
7) Campinas	30,6	46,6	5,983
8) Pres. Prudente	34,7	0	0
9) Marília	33,9	0	0
10) Assis	26,2	0	0
11) Itapetininga	18,4	37,0	523
12) Macro M.Pta	27,6	33,0	1,170
13) Vale P. Pta	21,0	11,8	121
14) Litoral S. Pta	20,4	2,8	35
15) RMSP	23,9	14,6	23,606
16) Santos	30,6	7,9	37
Total do ESP	**27,8**	**18,4**	**37,839**

Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991).
Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 2000).
Notas: *esses valores absolutos são relativos à população migrante residente na área transição, para se ter o parâmetro melhorado para análise da proporção do migrante na população residente.

FIGURA 18 – Participação da população migrante na população residente, segundo a situação do domicílio, inserindo-se a área de transição – Estado de São Paulo, 1991



Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991).
Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 2000).

IV – POPULAÇÃO RESIDENTE NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, NAS ÁREAS URBANA E RURAL, CONSIDERANDO-SE A ÁREA DE TRANSIÇÃO

As considerações sobre a distribuição da população em São Paulo, considerando-se a área de transição, confirmam a intensa relação existente entre o crescimento da população rural e o processo de expansão urbana sobre esta área. Entretanto, não foi possível até então, relacionar o desenvolvimento de novas atividades econômicas no rural com o crescimento registrado da população na área rural paulista na última década (anos 90), demandando estudos específicos para determinadas regiões do Estado, não fazendo parte dos objetivos deste estudo.

Finalizando a análise demográfica da população residente na área rural do Estado de São Paulo apresenta-se a abordagem das características da população na Região Metropolitana de São Paulo, com o objetivo de reforçar a hipótese central deste estudo, esperando contribuir na distinção entre os municípios que formam esta Região, favorecendo investigações futuras sobre a ocupação na área rural.

4.1 Distribuição da população na área rural na Região Metropolitana de São Paulo

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) - metrópole mundial - foi instituída pela Lei complementar nº. 14 de 1973. Possuía em 1980 por volta de 12,5 milhões de habitantes distribuídos em 37 municípios. O município de Vargem Grande Paulista foi desmembrado do município de Cotia em 1983 e passou a ter valores referentes à população residente, somente a partir do Censo de 1991. O município de São Lourenço da Serra foi Distrito de Itapecerica da Serra até Dezembro de 1991, passando a configurar como município emancipado a partir da Contagem Populacional de 1996. Aproximadamente 15,4 milhões de pessoas residiam na RMSP em 1991 e no ano 2000, essa população foi de 17,8 milhões distribuída, nesta última data, em 39 municípios.

A RMSP apresentou em 1980 um grau de urbanização igual a 96,8%, elevando esse percentual para 97,8% em 1991. Já em 1996, o peso da população rural no total da população residente na RMSP proporcionou a redução de seu grau de urbanização para 96,5%, acentuando-se ainda mais no ano 2000, que foi de 95,7%. Tratou-se de aproximadamente 576,0 mil pessoas residentes na área rural da RMSP, em 1996, e 758,6 mil em 2000, valores importantes, quando comparados às décadas anteriores.

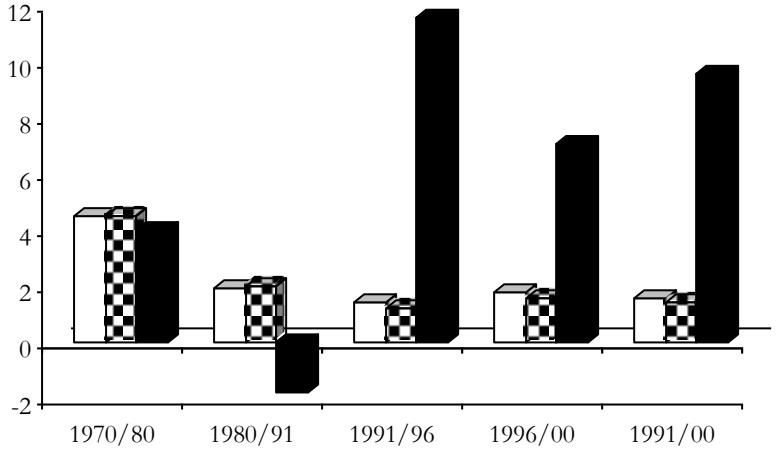
Embora o enfoque principal deste estudo esteja voltado aos anos 80 e 90, serão apresentadas informações dos anos 70 de forma complementar e reforçando os argumentos que mostram a retomada do crescimento da população rural na RMSP, já no início dos anos 90.

Assim, segundo Cunha (1994), somente nove dos 37 municípios pertencentes à RMSP apresentaram o grau de urbanização inferior a 50% em 1970, totalizando 66,2 mil pessoas residentes em suas áreas rurais, representando 24,3% da população rural regional (que foi de 273,0 mil). Foram os municípios de Cajamar, Embu, Biritiba-Mirim, Guararema, Juquitiba, Mairiporã, Pirapora do Bom Jesus, Salesópolis e Santana do Parnaíba. O autor classificou estes municípios, exceto os dois primeiros, como municípios agrícolas da RMSP, localizando-se nas áreas mais afastados da Capital, não sendo incorporados completamente à expansão da RMSP na década de 70. Apresentavam uma atividade agrícola que ocupava parcela significativa de sua população, embora fossem áreas pobres e com crescimento demográfico muito discreto.

Somente os municípios de Guararema, Salesópolis e Santana do Parnaíba tiveram o grau de urbanização inferior a 50% em 1980, totalizando pouco mais de 20 mil pessoas em suas áreas rurais, ou 5% da população rural regional (que foi de 405,0 mil pessoas). A partir de 1991, todos os municípios apresentaram mais de 50% da população concentrada na área urbana, e metade deles (19 municípios) com o grau de urbanização igual a 100%, ou seja, com toda a área municipal considerada urbana.

O crescimento da população e a taxa média anual de crescimento da RMSP nos anos 70, 80 e 90, segundo a situação do domicílio (UR ou RU) estão apresentados na Figura 19.

FIGURA 19 – Taxa média anual de crescimento nas décadas de 70, 80 e 90, segundo a situação do domicílio (UR ou RU) – Região Metropolitana de São Paulo, 1970/80, 1980/91, 1991/96, 1996/2000 e 1991/2000



Fonte: IBGE (Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1970, 1980, 1991); Contagem Populacional (1996); Dados preliminares do Censo Demográfico (2000).

O crescimento da população total e urbana para a RMSP teve uma diminuição gradual nos quatro períodos considerados, fato já mencionado para a população do Estado de São Paulo, e nos anos 70 foi proporcionalmente mais importante na RMSP que no Estado como um todo, assim como a contenção de sua população rural na década, que apresentou , ao contrário do Estado, valores positivos. Porém, nos anos 80 houve uma diminuição na população rural na RMSP de 72,6 mil pessoas, e uma importante retomada no crescimento da população rural no período seguinte (anos 90) de mais de 426,0 mil pessoas com uma taxa média igual a 9,6% a.a.

No primeiro quinquênio (1991/96) a população rural apresentou um aumento de 243,9 mil pessoas, com uma taxa média igual a 11,6% a.a., e no segundo período (1996/2000) de 182,0 mil pessoas com uma taxa média igual a 7,1% a.a. Pergunta-se então: quais foram os municípios responsáveis pelo aumento da população rural regional?

Constatou-se que os municípios com os menores graus de urbanização não tiveram uma participação significativa na população rural estadual a partir de 1980, então, a importância da população residente no rural estadual relacionou-se aos municípios com a população urbana também importante ao nível estadual, assim como, aos municípios mais populosos da Região. Pode-se verificar a partir de 1970, na RMSP dividida em Microrregiões[xxviii], a existência de poucos municípios cuja proporção da população rural tenha sido importante na população regional.

A Microrregião com menor participação na RMSP foi Osasco com 2,6 mil pessoas em 2000, que apresentou o município de Cajamar como praticamente o único representante desta população rural na Região nos anos 90, embora o município de Santana de Parnaíba tenha se destacado nas décadas anteriores. A Microrregião de Itapecerica da Serra, com quase 13 mil pessoas em 2000 em sua área rural, representou menos de 2% da população rural total da RMSP e teve Juquitiba como o principal município. Embu, como já mencionado, destacou-se em 1970, apresentando nos anos seguintes nenhum residente na área rural. A Microrregião de Franco da Rocha teve em 2000, 22,6 mil pessoas residindo na área rural, com destaque para o município de Mairiporã (com 12 mil pessoas) que manteve sua importância regional desde 1970.

A Microrregião de Guarulhos foi a terceira mais importante região na concentração da população rural na RMSP, com 36,2 mil pessoas em 2000 (4,8%), sendo que o município de Guarulhos vem se destacando desde o início do período analisado, com 23 mil pessoas em 2000. A Microrregião de Mogi das Cruzes apresentou uma população rural em 2000 igual a 51,3 mil pessoas (6,8% da população rural da RMSP), sendo o município de mesmo nome o principal representante regional desta população com aproximadamente 28 mil pessoas na área rural.

Finalmente, a Microrregião de São Paulo foi a que teve a maior parcela da população rural residente na RMSP, com 632,7 mil pessoas em 2000, ou 81,8% da população rural da área metropolitana. Desde 1970 foi predominante, mas foi nos anos 90 que teve sua importância destacada entre as demais Microrregiões pertencentes à RMSP, com 73,6% de participação relativa em 1991. Somente dois municípios apresentaram população rural a partir de 1980, o município de São Bernardo do Campo, com pouco mais de 12 mil pessoas em 2000 e o município de São Paulo, com mais de 620 mil pessoas na mesma data.

Essencialmente, os municípios de Guarulhos, Mogi das Cruzes, São Bernardo do Campo e São Paulo podem ser destacados pela população residente na área rural, sobretudo nos anos 90, contribuindo para o crescimento da população rural da RMSP. Estes municípios constituíram-se nos representantes das três principais Microrregiões destacadas anteriormente. A população rural destes municípios, a participação relativa à população rural da Microrregião correspondente e o grau de urbanização, destacando-os como predominantemente urbanos, estão apresentados na Tabela 18.

TABELA 18 – População residente no rural e participação relativa da população do município na Microrregião (%) – Municípios selecionados da RMSP, 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000

Municípios	População rural e participação relativa na população da Microrregião (%)									
	1970	%	1980	%	1991	%	1996	%	2000	%
Guarulhos	15,242	59,5	106,033	89,9	9,945	43,3	18,987	56,5	23,019	63,4
Mogi das Cruzes	28,589	35,9	22,935	47,1	26,330	56,5	32,740	59,3	28,129	54,8
S. B. do Campo	12,353	15,0	41,077	20,8	11,398	4,7	19,006	4,1	12,244	1,9
São Paulo	51,759	62,9	155,985	79,2	233,291	95,3	447,954	95,9	620,526	98,1
Total munic. **	107,943	39,5	326,030	80,5	280,964	84,5	518,687	90,0	683,918	90,1
Total RMSP	**273,061**		**405,091**		**332,448**		**576,374**		**758,669**	

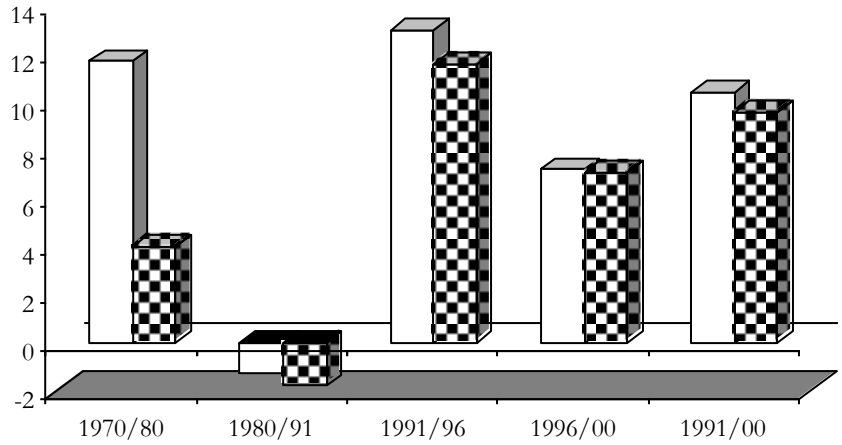
Municípios	Grau de urbanização (%)				
	1970	1980	1991	1996	2000
Guarulhos	93,6	80,1	98,7	98,0	97,9
Mogi das Cruzes	79,4	88,4	90,4	89,5	91,5
S. B. do Campo	93,9	90,3	98,0	97,1	98,3
São Paulo	99,1	98,2	97,6	95,4	94,0
Total RMSP	**96,6**	**96,8**	**97,8**	**96,5**	**95,7**

Fonte: IBGE (Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1970, 1980, 1991); Contagem Populacional (1996); Dados preliminares do Censo Demográfico (2000).
Notas: ** A porcentagem correspondente a este total é referente à participação da população rural total dos quatro municípios com relação à RMSP.

A importância na concentração da população rural nestes municípios aumentou intensamente dos anos 70 até os 90, onde a contribuição em 2000 foi da ordem de 90% no total regional, ou seja, das 758,6 mil pessoas residindo na área rural da RMSP, aproximadamente 684 mil residiam nesses quatro municípios, e sobretudo, no município de São Paulo, que apresentou uma participação relativa ao total da Região Metropolitana igual a 77,7% e ao total da Microrregião igual a 98,1%.

Reafirmando a importância destes municípios no crescimento da população rural na RMSP, apresenta-se na Figura 20, o crescimento absoluto e a taxa média anual de crescimento da população rural dos quatro municípios selecionados e da RMSP.

FIGURA 20 – Crescimento da população rural (%) – Região Metropolitana de São Paulo e municípios selecionados pela importância na concentração da população rural regional, 1970-2000



Fonte: IBGE (Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1970, 1980, 1991); Contagem Populacional (1996); Dados preliminares do Censo Demográfico (2000).

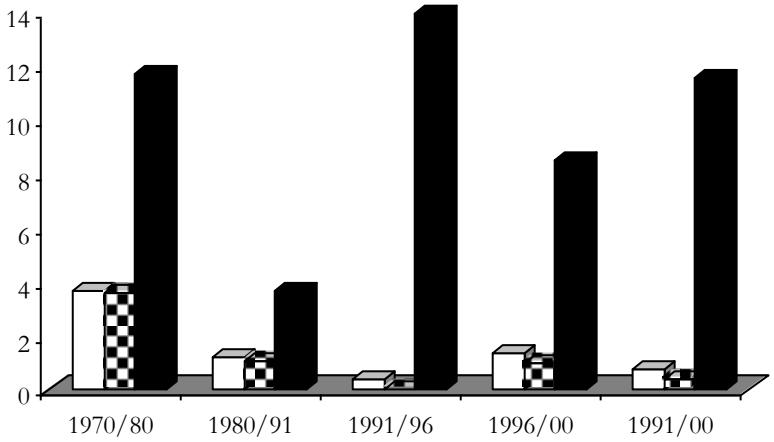
Nota-se que nos anos 80, a diminuição da população rural residente nos municípios de Guarulhos, igual a 96,0 mil pessoas, e São Bernardo do Campo, igual a 29,6 mil pessoas, contribuiu para o saldo negativo da população rural da RMSP, que foi contrabalançado pelo crescimento da população rural do município de São Paulo, da ordem de 77,3 mil pessoas. Os quatro municípios selecionados apresentaram taxas médias anuais de crescimento superiores aquelas registradas para a RMSP, reafirmando a importância na participação destes municípios no crescimento da população rural regional.

Os municípios de Guarulhos e São Bernardo do Campo foram classificados no estudo de Cunha (1994), como municípios industriais/dormitórios, apresentando condições médias de vida para a população residente e importância econômica. São municípios periféricos à Capital, com significativo peso industrial e com elevado crescimento demográfico. Mogi das Cruzes foi classificado como município dormitório, que abriga a população de menor renda, que encontra dificuldades de acesso à moradia em outras partes da RMSP, com ínfimo peso industrial e elevado crescimento demográfico.

Para o município de São Paulo não houve perda da população residente em sua área rural, em todo o período considerado. Ao contrário, além do número de habitantes nesta área ter sido alto no contexto regional, as taxas médias anuais de crescimento desta população foram elevadas e positivas, com indiscutível importância para a RMSP. Dessa forma, especificamente para este município, são apresentadas as informações relativas ao

crescimento da população residente, segundo a situação do domicílio, para o período analisado anteriormente para o Estado e para a RMSP (Figura 21).

FIGURA 21 – Crescimento da população residente, segundo a situação do domicílio – Município de São Paulo, 1970/80, 1980/91, 1991/96, 1996/00, 1991/00



Fonte: IBGE (Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1970, 1980, 1991); Contagem Populacional (1996); Dados preliminares do Censo Demográfico (2000).

Verificou-se que nos anos 70 e 80, embora o município de São Paulo tenha apresentado taxas médias de crescimento da população rural sensivelmente maiores que as taxas relativas à área urbana, o crescimento absoluto da população foi indiscutivelmente superior na área urbana, com relação à área rural, 2,4 milhões contra 104,2 mil em 1970 e 1,07 milhões contra 77,3 mil em 1980, na área urbana e rural, respectivamente.

Esta situação começou a se reverter a partir de 1991, quando o município de São Paulo apresentou uma diminuição de sua população urbana no primeiro quinquênio dos anos 90 - de 21,4 mil pessoas - e um aumento da população rural de 214,6 mil pessoas. A população urbana voltou a crescer no último período dos anos 90 (394,1 mil pessoas), porém no balanço final destes anos (1991/2000), o crescimento absoluto da população rural do município de São Paulo (387,2 mil pessoas) foi ainda superior àquele relativo à área urbana municipal (372,7 mil pessoas)[xxix].

As taxas médias anuais de crescimento da população total e da população urbana do município de São Paulo foram inferiores àquelas correspondentes a RMSP, em todo o período averiguado. Porém, as taxas médias relativas à população rural municipal foram destacadamente superiores à RMSP, mostrando novamente o peso da população rural deste município na população rural da Região Metropolitana, considerando-se o valor absoluto desta população e o ritmo de crescimento estabelecido nos últimos anos.

4.2 Distribuição da população residente na Região Metropolitana de São Paulo considerando-se a área de transição

Para discorrer sobre as características da população rural da RMSP, utilizou-se novamente as categorias do Censo Demográfico de 1991 e da Contagem Populacional de 1996, que definem a situação do domicílio e do setor, respectivamente, certificando a área de transição como a parte mais importante da área rural onde foi registrado o crescimento da população na área rural convencional, em 1991/96. Assim lembrando, a área de transição é aquela referente ao "aglomerado rural de extensão urbana", e a área "rural" é aquela constituída das demais categorias relativas ao rural.

Foram poucos os municípios da RMSP com importância na área de transição no início dos anos 90, sendo o município de São Paulo a principal área onde esta população esteve concentrada. Contudo, a área de transição constituiu parte fundamental na concentração da população rural da RMSP, isto é praticamente 50% da população residente na área rural convencional em 1991 e 1996, estavam em sua área de transição (Tabela 19).

Considerando-se o crescimento da população na área "rural" da RMSP (115,0 mil pessoas) em 1991/96, destaca-se o município de São Paulo, que foi responsável por 79% desse aumento (90,3 mil pessoas). O município de São Bernardo do Campo teve uma participação de 6,7%; Mogi da Cruzes de 2% e Guarulhos de 8%.

Dos três últimos municípios considerados, somente Mogi das Cruzes registrou população residindo na área de transição. Da mesma forma que o município de São Paulo, apresentou um aumento maior da população residindo na área de transição que na área "rural", embora numericamente pequeno comparado com o Município de São Paulo. Entretanto, apresentou uma população no "rural" de quase 23 mil pessoas e na área de transição de quase 10 mil pessoas em 1996.

TABELA 19 – População residente na área "rural", na área de transição e crescimento absoluto da população – Região Metropolitana de São Paulo e municípios com população residente na área de transição, 1991 e 1996

Municípios	População residente na área rural, 1991 e 1996					
	Situação do domicílio em 1991			Situação do domicílio em 1996		
	"Rural"	Transição	Rural Conv.	"Rural"	Transição	Rural Conv.
Aruja	1,526	1,763	3,289	2,301	2,590	4,891
Cajamar	1,731	0	1,731	1,703	0	1,703
Franco Rocha	6,043	0	6,043	5,479	0	5,479
Guararema	3,775	0	3,775	4,253	0	4,253
Guarulhos	9,890	55	9,945	18,987	0	18,987
Mairipora	6,002		6,002	7,793	0	7,793
Mogi da Cruzes	20,608	5,722	26,330	22,978	9,762	32,740
Poa	252	478	730	187	645	832
Salesopolis	4,624	0	4,624	5,323	0	5,323
Santa Isabel	9,740	0	9,740	9,717	0	9,717
Sao Paulo	80,070	153,207	233,277	170,436	277,518	447,954
Total dos munic. (1)	144,261	161,226	305,487	249,157	290,515	539,672
Total RMSP (2)	170,798	161,226	332,448	285,859	290,515	576,374
Proporção ((1)/(2)*100)	84,5%	100%	92,0%	87,2%	100%	93,6%

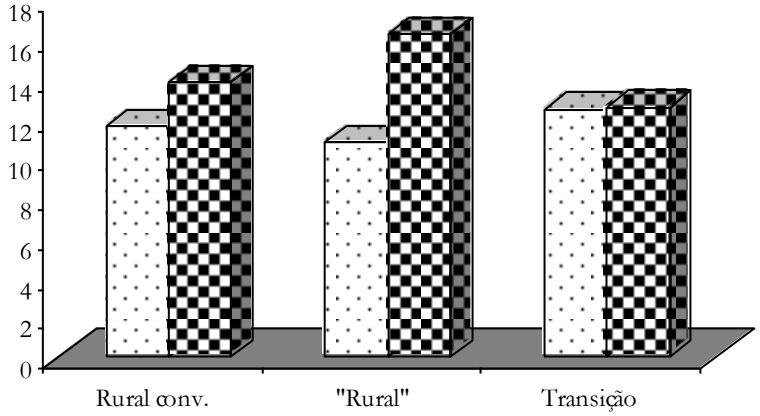
Crescimento absoluto da população, 1991/1996

Municípios	Situação do domicílio		
	"Rural"	Transição	Rural Conv.
Aruja	775	827	1,602
Cajamar	-28	0	-28
Franco Rocha	-564	0	-564
Guararema	478	0	478
Guarulhos	9,097	-55	9,042
Mairipora	1,791	0	1,791
Mogi da Cruzes	2,370	4,040	6,410
Poa	-65	167	102
Salesopolis	699	0	699
Santa Isabel	-23	0	-23
Sao Paulo	90,366	124,311	214,677
Total dos munic. (1)	104,896	129,289	234,185
Total RMSP (2)	115,061	129,289	243,926

Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991); Contagem Populacional (1996). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 2000).

Analisando-se a taxa média anual de crescimento da população rural em 1991/1996, verificou-se que o aumento da população em ambas as áreas, "rural" e de transição para o Município de São Paulo foi fundamental para o resultado positivo da Região, apresentando em todas as áreas analisadas, taxas superiores à média regional (Figura 22).

FIGURA 22 – Taxa média anual de crescimento (%), na área "rural", na área de transição e rural convencional – Região Metropolitana de São Paulo e Município de São Paulo, 1991/96



Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991); Contagem Populacional (1996). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 2000).

O fato de ter ocorrido um aumento da população na área rural convencional na Região Metropolitana de São Paulo, no início dos anos 90, sugeriu a não demarcação da área de transição em área urbana, mas os resultados apresentados sobre a distribuição da população na RMSP neste período, evidenciou um crescimento da população também na área "rural". O fato de ser o município de São Paulo a área fundamental neste crescimento, amplia as evidências de estar ocorrendo uma expansão da área urbana, não somente na área de transição, mas em perímetros não projetados à ocupação da área "rural". Isto será evidenciado na análise que segue sobre as características da população residente na área rural da RMSP, com a inserção da área de transição.

4.3 Considerações sobre sexo, idade e educação, da população residente na área "rural" e na área de transição, 1991 e 1996

Para as considerações sobre sexo e idade foram utilizados os dados sobre a população residente na área "rural" e na área de transição da RMSP, apresentando-se as principais diferenças na composição da população nestas áreas no período 1991/96. Reforçando a ideia da importância da formação da área de transição no crescimento da população rural estadual, assim como da representatividade da população "rural" da RMSP na área "rural" estadual, foram apresentadas informações relativas à população residente no restante do Estado, exceto RMSP, denominada Interior de São Paulo. Como complemento à análise da Região Metropolitana, destacou-se o Município de São Paulo, agregando-se informações sobre os anos de estudo da população residente nestas áreas.

Na área "rural" houve predominância da população masculina nas três áreas examinadas em 1991 e 1996, sempre mais acentuado para o Interior de São Paulo e menos para o município de São Paulo, sendo que o primeiro apresentou uma razão de sexo igual a 113 e 114, a RMSP, igual a 110 e 106 e o último igual a 107 e 103 em 1991 e 1996, respectivamente.

Na área de transição somente o Interior de São Paulo apresentou uma porcentagem pouco superior a 50% da população masculina, em ambos os anos. O inverso ocorreu para a RMSP e para o Município de São Paulo, sendo a presença feminina um pouco mais importante para a última área considerada (Tabela 20). Essa diferença pode ser apreendida na razão de sexo referente a estas áreas, que foram de 103 para o Interior de São Paulo, 96 para a RMSP, em ambos os anos, e para o Município de São Paulo de 96 em 1991 e 95 em 1996.

TABELA 20 – População residente e crescimento absoluto na área "rural" e transição, por sexo – Região Metropolitana, Interior do Estado e Município de São Paulo, 1991 e 1996

Local	População na área "rural", 1991				População na área de transição, 1991			
	Homem	Mulher	Homem (%)	Mulher (%)	Homem	Mulher	Homem (%)	Mulher (%)
RMSP	89,421	81,377	52,4	47,6	79,067	82,159	49,0	51,0
Interior de SP	1.008.218	887,743	53,2	46,8	22,828	22,151	50,8	49,2
Município/ SP	41,374	38,697	51,7	48,3	74,952	78,255	48,9	51,1
Local	**População na área "rural", 1996**				**População na área de transição, 1996**			
	Homem	**Mulher**	**Homem (%)**	**Mulher (%)**	**Homem**	**Mulher**	**Homem (%)**	**Mulher (%)**
RMSP	147,475	138,384	51,6	48,4	142,108	148,407	49,1	50,9
Interior de SP	903,393	792,324	53,3	46,7	40,352	39,049	50,8	49,2
Município/ SP	86,520	83,916	50,8	49,2	135,552	141,966	48,8	51,2

Local	Crescimento absoluto da população, 1991/96					
	área "rural"			área de transição		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
RMSP	58,054	57,007	115,061	63,041	65,248	128,289
Interior de SP	-104,825	-95,419	-200,244	17,524	16,898	34,422
Município/ SP	45,146	45,219	90,365	60,600	63,711	124,311

Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991); Contagem Populacional (1996). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 2000).

Na análise do crescimento da população "rural" e na área de transição ficou evidenciado novamente o papel da área de transição no crescimento da população rural estadual. O Interior de São Paulo perdeu população na área "rural" e apresentou um pequeno aumento na área de transição em 1991/96. O oposto ocorreu para a RMSP, que apresentou valores positivos tanto na área de transição como na área então denominada "rural", com um crescimento absoluto também considerável. O Município de São Paulo, destacou-se por ter sido a área dentro da RMSP onde praticamente ocorreu o aumento da população na área de transição, sendo portanto muito importante no crescimento da área "rural" regional.

Houve um aumento da população residente na área "rural" e na área de transição em todas as idades na RMSP e no Município de São Paulo. O Interior de São Paulo apresentou uma diminuição no crescimento absoluto da população distribuída por todas as faixas etárias. Na área "rural" da RMSP, praticamente foi mantida a mesma proporção da população nas primeiras idades até 24 anos. Houve um aumento na participação da população de 25 até 44 anos em 1996 e uma diminuição na participação da população em idades acima de 55 anos. A área "rural" do Interior de São Paulo mostrou, ao contrário da RMSP, uma diminuição na proporção das primeiras idades até 29 anos e um aumento na participação das demais faixas etárias, mostrando uma tendência mais forte ao envelhecimento desta população. O Município de São Paulo apresentou uma população importante nas primeiras idades, assim como manteve a proporção da população jovem e "adulto jovem" como preponderante na sua área "rural"[xxx].

A área de transição, embora tenha mantido as primeiras idades com proporção significativa na distribuição da população, apresentou uma diminuição deste percentual em 1996 para a RMSP e Município de São Paulo até os 14 anos e para o Interior até os 24 anos. Existiu uma preponderância, essencialmente nas duas primeiras áreas mencionadas, na concentração da população em idade ativa, não apresentando uma tendência ao envelhecimento desta população tão claro como na área "rural", mesmo para o Interior de São Paulo.

A população menor de 14 anos representou por volta de 36% da população total residente na área "rural" da Região Metropolitana (61,4 mil pessoas), do Interior do Estado (657,6 mil pessoas) e do Município de São Paulo (29,9 mil pessoas), em 1991. A diminuição na proporção da população nesta faixa (menor de 14 anos) foi mais importante na área "rural" do Interior do Estado, 32% da população total, ou 537,6 mil pessoas, em 1996

inclusive diminuindo o número de habitantes nestes cinco anos, nesta faixa de idade. Na RMSP e no município de São Paulo, manteve-se proporção próxima ao período anterior, 35% ou 98,7 mil e 60,5 mil pessoas, nas áreas respectivas, aumentando o número de habitantes nesta faixa de idade em 1996.

A população menor de 14 anos na área de transição teve uma participação na população total um pouco maior que na área "rural", ficando por volta dos 40% na RMSP (64,8 mil pessoas) e no município de São Paulo (61,7 mil pessoas) em 1991 e no Interior do Estado, um pouco menor, ou 38%. Esta população teve a proporção diminuída em 1996 para as três áreas, ficando em torno de 35%, sendo 102,7 mil pessoas na RMSP, 98,1 mil no município de São Paulo e 28,4 mil pessoas para o Interior do Estado, com a importância no aumento absoluto desta população para as três áreas, mesmo tendo a participação relativa diminuída, significando que a população maior de 14 anos também aumentou na área de transição para as áreas consideradas.

A população dividida em menor e maior de 14 anos, por sexo, para estas áreas está apresentada na Tabela 21, servindo de introdução à análise da educação na RMSP, utilizando-se, as mesmas categorias desenvolvidas anteriormente. Destaca-se ainda desta Tabela a maior participação do sexo feminino na composição da população na área de transição maior de 14 anos de idade, sobretudo em 1996, para as três áreas consideradas.

TABELA 21 – População residente menor e maior de 14 anos de idade na área "rural" e na área de transição – Região Metropolitana, Interior do Estado e Município de São Paulo, 1991 e 1996

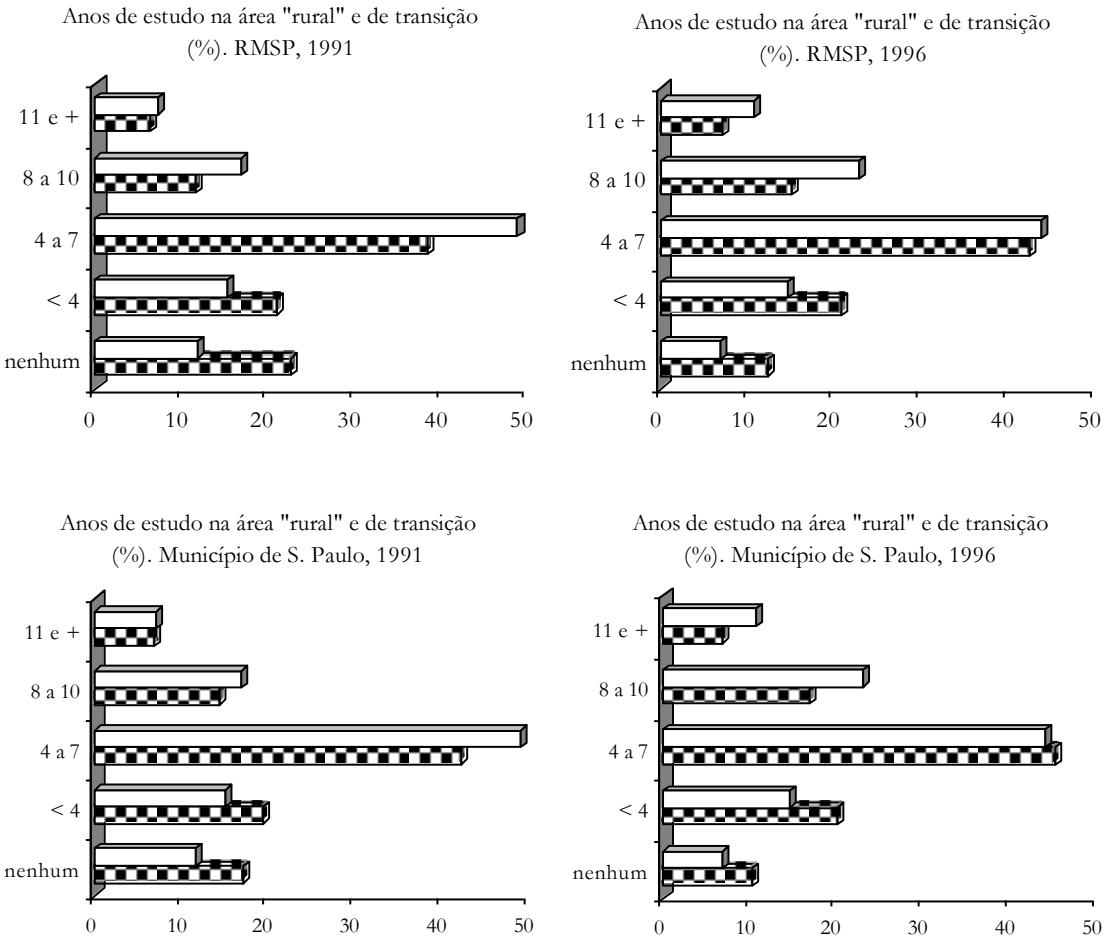
Local	População na área "rural", 1991				População na área de transição, 1991			
	< 14 anos		14 anos e +		< 14 anos		14 anos e +	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
RMSP	31,557	29,930	57,864	51,447	32,612	32,269	46,455	49,890
Interior de S. Paulo	338,220	319,430	669,998	568,313	8,587	8,392	14,241	13,759
Município de S. Paulo	15,656	14,285	25,718	24,410	30,997	30,793	43,954	47,463
Local	**População na área "rural", 1996**				**População na área de transição, 1996**			
	< 14 anos		14 anos e +		< 14 anos		14 anos e +	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
RMSP	50,146	48,593	97,329	89,791	51,946	50,787	90,162	97,620
Interior de S. Paulo	276,139	261,515	627,254	530,809	14,664	13,815	25,234	50,922
Município de S. Paulo	30,606	29,953	55,914	53,963	49,610	48,508	85,942	93,458

Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991); Contagem Populacional (1996). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 2000).

Dos 205,6 mil residentes na área rural da RMSP maiores de 14 anos em 1991, 47% pertenciam a área de transição (96,3 mil pessoas), aumentando esta proporção para 50% em 1996, ou seja, quase 375 mil pessoas residindo na área rural (maiores de 14 anos), onde 187,7 mil pessoas pertenciam à área de transição na RMSP. O município de São Paulo teve nos dois anos considerados a maior proporção (acima dos 62%) dos residentes da área rural, pertencentes à área de transição. Dos 141,5 mil residentes no rural do município em 1991, 91,4 mil pessoas residiram na área de transição e dos 289,2 mil residentes em 1996, 179,4 mil pessoas maiores de 14 anos pertenciam a esta área.

Para um exame da educação na RMSP considerou-se, portanto, a proporção da população residente na área "rural" e na área de transição, segundo a variável que define os anos de estudo referentes à população residente, não somente para a RMSP como também para o município de São Paulo, haja vista a importância, já mencionada, da população maior de 14 anos de idade na área de transição municipal (Figura 23).

FIGURA 23 – Anos de estudo da população residente na área "rural" e na área de transição – Região Metropolitana de São Paulo e Município de São Paulo, 1991 e 1996



Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991); Contagem Populacional (1996). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 2000).

A população recenseada com quatro a sete anos de estudo foi a que apresentou maior proporção entre todas as categorias examinadas, nas duas áreas, tanto em 1991, como em 1996. A população sem nenhum ano de estudo e com menos de quatro anos teve sua participação relativa no total diminuída, e a população com mais de oito anos de estudo, sua proporção aumentou em 1996.

Pode-se afirmar que o aumento nos anos de estudo da população na área "rural" e na área de transição da Região Metropolitana e sobretudo, do município de São Paulo, teve a importância acentuada na medida em que ocorreu um aumento na população maior de 14 anos nestas áreas e um aumento absoluto dos residentes classificados nas duas últimas categorias relativas à educação, ou seja, de oito a dez anos de estudo e onze anos e mais.

Isto auxilia no rompimento da ideia de ser a área rural o local onde concentra-se a população residente nos municípios com menos anos de estudo, trazendo novas evidências na qualificação da população residente a área rural regional.

4.4 Considerações sobre a PEA ocupada nos setores de atividades econômicas e renda *per capita* familiar na área rural, introduzindo-se a área de transição: RMSP, 1991

A distribuição da PEA ocupada nas áreas "rural" e de transição foi averiguada para a RMSP e para o Município de São Paulo, apresentando-se a inserção desta população nos setores de atividades econômicas definidos para a análise. Utilizou-se, da mesma forma que na análise anterior para o Estado de São Paulo, a área "urbana isolada", para se ter uma ideia da inserção da população desta área em atividades do setor primário de produção. Considerou-se a mesma situação para o Estado de São Paulo mostrando a diferença desta característica para o rural da RMSP, comparado com o Estado (Tabela 22 e Figura 24).

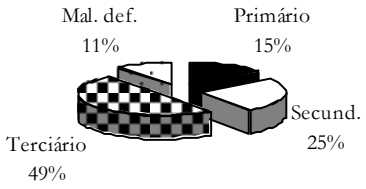
TABELA 22 – PEA ocupada na área "rural", na área de transição e na área "urbana isolada" – Segundo os setores de atividades econômicas – RMSP e Município de SP, 1991

Local	PEA na área "rural", 1991				
	Setor de atividade econômica				
	Primário	Secundário	Terciário	Mal. def.	Total
RMSP	9,162	14,855	29,083	6,545	59,645
MunSP	1,514	8,230	15,195	2,882	27,821
ESP	471,204	87,168	213,400	40,571	812,343
	PEA na área de transição, 1991				
Local	**Primário**	**Secundário**	**Terciário**	**Mal. def.**	**Total**
RMSP	891	17,793	32,563	6,301	57,548
MunSP	619	16,778	31,345	6,012	54,754
ESP	4,113	23,576	40,436	8,256	76,381
	PEA na área "urbana isolada", 1991				
	Primário	**Secundário**	**Terciário**	**Mal. def.**	**Total**
RMSP	772	10,620	18,709	4,000	34,101
MunSP	64	5,960	9,299	1,890	17,213
ESP	10,718	28,776	53,002	9,947	102,443

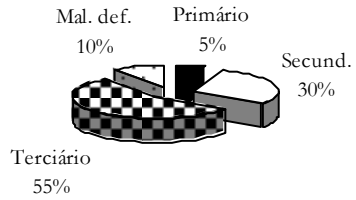
Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 2000).

FIGURA 24 – Distribuição da PEA em setores de atividades econômicas na área "rural", de transição e na área "urbana isolada" – Região Metropolitana e Município de São Paulo, 1991

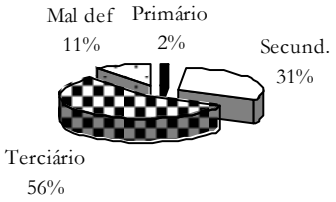
Setor de atividade econômica da PEA "rural" (%). RMSP, 1991



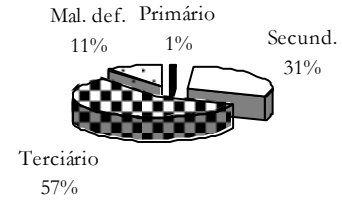
Setor de atividade econômica da PEA "rural" (%). Município de São Paulo, 1991



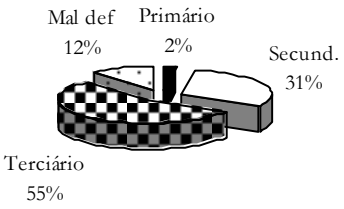
Setor de atividade econômica da PEA na área de transição (%). RMSP, 1991



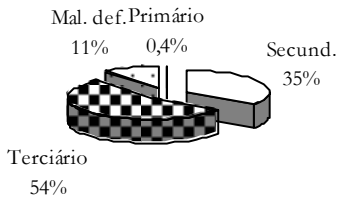
Setor de atividade econômica da PEA na área de transição (%). Município de S. Paulo, 1991



Setor de atividade econômica da PEA na área "urbana isolada"(%). RMSP, 1991



Setor de atividade econômica da PEA na área "urbana isolada"(%). Município de São Paulo, 1991



Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 1999).

Pode-se afirmar que o setor primário de produção não teve importância na inserção da população residente na área de transição, praticamente não apresentando grande variação na área de transição ou na área "urbana isolada", essencialmente para o Município de São Paulo. Diga-se que para o Estado de São Paulo, a participação da população na área

"urbana isolada" inserida em atividades do setor primário com relação à área de transição, foi uma observação importante referente à relação estabelecida entre a área urbana e rural estadual, o que não está sendo observado para a Região Metropolitana e para o Município de São Paulo. Entretanto, as atividades do setor secundário e sobretudo, do setor terciário, apresentaram a maior proporção da PEA ocupada nestas áreas.

A área "rural" foi a que apresentou as maiores diferenças na distribuição da PEA nos setores de atividades entre os três locais considerados. Para o Estado de São Paulo, das 812,3 mil pessoas que formaram a PEA residente no "rural", 471,2 mil pessoas (ou 58%) estavam inseridas no setor primário de produção, enquanto que das 59,6 mil pessoas residentes no "rural" da RMSP, 9 mil pessoas (ou 15,4%) tiveram a inserção registrada nas atividades primárias. Esta concentração foi ainda menor para o Município de São Paulo, com 1,5 mil pessoas (ou 0,4%) inseridas no setor primário de produção em 1991. Assim, a importância na absorção da PEA residente na área "rural" da RMSP e, mais ainda, do Município de São Paulo, ficou para os setores secundário e principalmente para o setor terciário de produção.

Na impossibilidade de poder-se afirmar o local onde as atividades do setor primário de produção estão sendo realizadas, se na área rural ou urbana, somente deve-se chamar a atenção para a pouca importância, em termos da demanda por mão-de-obra, que exerceu este setor tanto para a população residente na área "rural", como para aquela residente na área de transição, na Região Metropolitana e no Município de São Paulo.

Tratando-se da renda *per capita* familiar na RMSP verificou-se que das 85 mil famílias registradas em 1991 neste quesito censitário, 39,1 mil (ou 46%) pertenciam à área de transição e das quase 58 mil famílias do Município de São Paulo, um número relativamente maior, 64% ou 37 mil famílias pertenciam à área de transição municipal. A renda *per capita* familiar nestes dois locais e no Estado de São Paulo podem ser vistas na Tabela 23, onde observa-se, como a principal diferença entre a área "rural" e a área de transição, a concentração das famílias sem rendimentos na primeira área considerada.

Na área "rural" da RMSP, das 45,9 mil famílias, 7,5 mil (ou 16.4%) estiveram na categoria sem rendimentos. No Município de São Paulo, das 20,7 mil famílias da área "rural", 2,3 mil (ou 11,4%) pertenciam à categoria sem rendimentos em 1991. O percentual para o Estado de São Paulo foi bem menor, 4,9%, embora tivesse representando 519,4 mil famílias na área "rural", nesta data. O Município de São Paulo foi dos três locais, aquele que

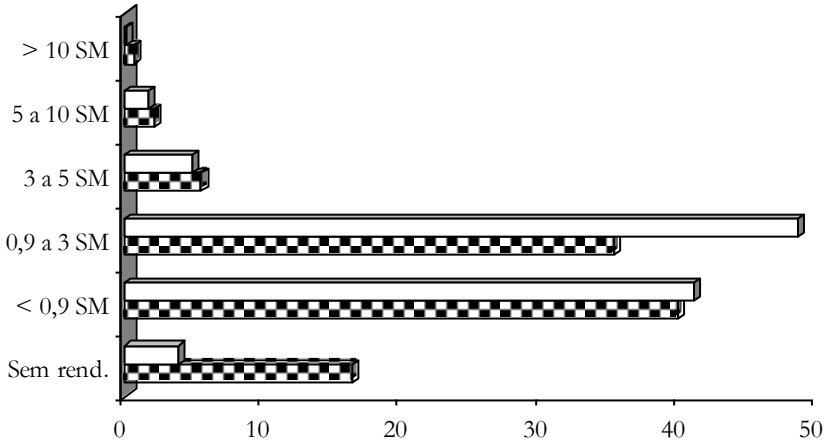
apresentou as maiores proporções da renda *per capita* familiar relativas à faixa maior que 0,9 a 3 SM e acima disto também (Figura 25 e Figura 26).

TABELA 23 – Renda *per capita* familiar na área "rural" e na área de transição – Região Metropolitana e Município e Estado de São Paulo, 1991

Local	População residente na área "rural", 1991						
	Faixas de renda per capita familiar						
	Sem Rend.	< 0,9 SM	0,9 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	> 10 SM	Total
RMSP	7,517	18,396	16,246	2,536	948	315	45,958
Munic. SP	2,381	7,221	8,966	15,280	522	182	20,798
ESP	25,412	337,183	132,341	13,184	7,321	4,002	519,435
Local	**População residente na área de transição, 1991**						
	Faixas de renda per capita familiar						
	Sem Rend.	< 0,9 SM	0,9 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	> 10 SM	Total
RMSP	1,486	16,079	19,003	1,861	671	26	39,125
Munic. SP	1,461	15,085	18,147	1,794	668	26	37,181
ESP	1,741	21,567	23,967	2,217	851	80	50,424

Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 2000).

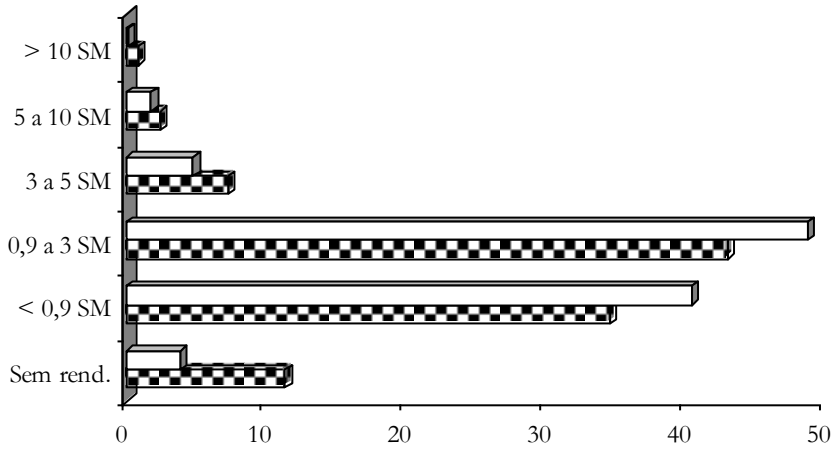
FIGURA 25 – Renda *per capita* familiar na área "rural" e na área de transição – RM, 1991



Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 1999).

A área de transição apresentou a maior proporção da renda *per capita* familiar entre 0,9 a 3 SM, seguido da renda menor que 0,9 SM, com importância relativa ao total. Não houve muita variação nestas proporções para a Região Metropolitana, para o município e para o Estado de São Paulo.

FIGURA 26 – Renda *per capita* familiar na área "rural" e na área de transição – Município de São Paulo, 1991



Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 1999).

4.5 Considerações sobre migração nos anos 80 na Região Metropolitana de São Paulo, inserindo-se a área de transição e localização do domicílio na área rural

Os movimentos populacionais ocorridos nas últimas décadas têm participado intensamente na formação da área de transição da Região Metropolitana de São Paulo. Em uma breve recapitulação destes movimentos, já mencionados anteriormente nas considerações sobre o Estado de São Paulo, são apresentadas características dos movimentos populacionais nas áreas urbana e rural na RMSP, em 1980 e 1991 (Tabela 24). Complementa-se esta abordagem introduzindo-se a área de transição, com ênfase no Município de São Paulo na dinâmica de ocupação do espaço rural regional.

Houve uma redução dos migrantes na RMSP de aproximadamente 794,2 mil pessoas no período 1980/91, número bastante elevado comparado à redução dos migrantes para o Estado de São Paulo no mesmo período, que foi de 768,0 mil pessoas. Proporcionalmente ao total urbano ou rural, a área rural diminuiu mais a população migrante em 1991 (96,1 mil pessoas, ou 59,9%). Na relação situação do domicílio anterior e atual houve, em 1991, um considerável aumento na proporção dos movimentos para a área urbana com procedência também nesta área, diminuindo para as demais categorias, sobretudo para a área urbana com a procedência rural (de 30,4% em 1980 para 19,1% em 1991).

TABELA 24 – Os movimentos populacionais nas áreas urbana e rural – Região Metropolitana de São Paulo, 1980 e 1991

Situação domicílio anterior X situação domicílio atual da população migrante							Situação domicílio atual (v.a.)	
Ano	**UR/UR**	**RU/UR**	**RU/RU**	**UR/RU**	***Ignorado**	**Total**	**Urbano**	**Rural**
1980	2.238.676	1.053.757	78,187	80,713	15,486	3.466.819	3.306.151	160,668
1991	1.990.883	509,327	21,287	40,399	110,654	2.672.550	2.608.079	64,471
Situação domicílio anterior X situação domicílio atual da população migrante (%)							**Situação domicílio atual (%)**	
Ano	**UR/UR**	**RU/UR**	**RU/RU**	**UR/RU**	***Ignorado**	**Total**	**Urbano**	**Rural**
1980	64,6	30,4	2,3	2,3	0,4	100	95,4	4,6
1991	74,5	19,1	0,8	1,5	4,1	100	97,6	2,4

Movimentos Populacionais na área rural Intra e Inter-Estadual

Local	**População Rural Migrante/1980**				
	Intra-Estadual		**Total**		**Total**
	Intra Regional	**Inter Regional**	**Intra Estadual**	**Inter Estadual**	**Itra+Inter**
RMSP	64,103	26,355	90,458	70,210	160,668
ESP	383,075	253,515	636,59	235,167	871,757
Local	**População Rural Migrante/1991**				
	Intra-Estadual		**Total**		**Total**
	Intra Regional	**Inter Regional**	**Intra Estadual**	**Inter Estadual**	**Itra+Inter**
RMSP	19,871	11,705	31,576	32,895	64,471
ESP	244,547	212,315	456,862	156,217	613,079

Fonte: IBGE (Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1980 e 1991). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 1999).

A população migrante esteve concentrada mais intensamente ainda na área urbana da RMSP em 1991, apresentando uma população migrante residente na área rural de 160,6 mil pessoas, ou 4.6% da população total e 64,4 mil pessoas, ou 2,4%, em 1980 e 1991, respectivamente. Com relação a esta população a Tabela 24 mostra os movimentos ocorridos dentro do próprio Estado, intra ou inter-regional (intra-estadual), e aqueles ocorridos entre o Estado de São Paulo e as demais Unidades da Federação (Inter-estadual).

Utilizou-se o total da população migrante rural no Estado de São Paulo (ESP) para uma comparação com a RMSP. No movimento intra-estadual, embora tenha ocorrido uma diminuição da proporção em 1991, ainda o movimento intra-regional predomina sobre o inter-regional na RMSP, assim como no Estado de São Paulo. Examinando-se o movimento interestadual pode-se afirmar a importância dos migrantes vindos de outros Estados da Federação para a Região Metropolitana em 1991, comparado ao movimento intra-estadual na Região e ao movimento interestadual no Estado de São Paulo.

Mesmo constatando-se que a migração na área rural diminuiu em 1991, pode-se destacar a sua importância na população residente nesta área, lembrando sempre que o

aumento da população na área rural concretizou-se a partir do início dos anos 90. Enfocando-se a participação da população migrante na população residente no rural, apresenta-se a distribuição do migrante, inserindo-se a área de transição na RMSP, na Tabela 25.

TABELA 25 – População residente e população migrante – Participação relativa (%) na área urbana, "rural" e na área de transição – Região Metropolitana de São Paulo, 1991

Situação do domicílio em 1980					
RMSP	**Total**	**Urbana**	**Rural**		
Pop. residente	12.588.745	12.183.715	405,031		
Pop. migrante	3.466.819	3.306.151	160,668		
migrante/residente (%)	27,5	27,1	39,7		
Situação do domicílio em 1991					
RMSP	**Total**	**Urbana**	**Rural conv.**	**"Rural"**	**Transição**
Pop. residente	15.444.941	15.112.917	332,024	170,798	161,226
Pop. migrante	2.672.552	2.608.080	64,472	40,865	23,607
migrante/residente (%)	17,3	17,3	19,4	23,9	14,6

Fonte: IBGE (Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1980 e 1991). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 1999).

Embora a proporção da população migrante na população residente na área rural tenha diminuído em 1991, passando de 39,7% em 1980 para 19,4% em 1991, estas foram as maiores medidas proporcionais em relação à área urbana e ao total da população na RMSP. Lembrando-se que a população na área de transição da RMSP representou em 1991, 48,5% da população residente na área anteriormente classificada como rural (161,2 mil pessoas de um total de 332,0 mil), a população migrante na área de transição torna-se também importante, representando 37% da população migrante e residente na área rural convencional desta Região (23,6 mil pessoas de um total de 64 mil).

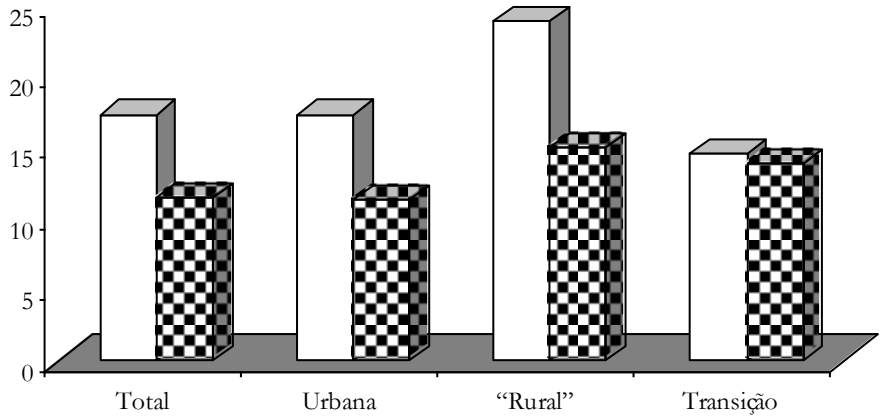
Na área de transição da RMSP 48,7% dos migrantes foram do sexo masculino (aproximadamente 11 mil pessoas) e 51,3% do sexo feminino (12 mil pessoas). Na área "rural", o inverso aconteceu, sendo que os migrantes do sexo masculino representaram 55,4% (ou 22 mil pessoas) e as mulheres 44,6%, (18 mil pessoas). A distribuição dos migrantes por sexo e idade constituiu uma pirâmide de base estreita, com predominância das faixas etárias entre 20 a 34 anos, seguido das faixas etárias de 5 a 19 anos, essencialmente na área de transição. A área "rural" apresentou maior importância na presença da população em idades mais avançadas que a área de transição[xxxi].

Finalizando a análise dos movimentos populacionais na RMSP apresenta-se a participação da população migrante na composição da população residente nesse último

período considerado, no município de São Paulo, haja vista a sua relevância na distribuição da população na RMSP. O Município de São Paulo recebeu 41,2% dos migrantes registrados na RMSP em 1991 (1,1 milhões de pessoas), possuindo 9,6 milhões de pessoas, ou 62,5% dos indivíduos recenseados como residentes na RMSP nesta data.

Na relação entre o número de migrantes que chegaram na RMSP e no Município de São Paulo, segundo a situação do domicílio, a área mais importante foi a área de transição, onde 89,7% (ou 21 mil pessoas) do total dos migrantes da RMSP residiam neste Município nesta data. Na área "rural", 29,3% (ou 12 mil migrantes) dos 40,8 mil migrantes da RMSP residiam no Município de São Paulo (Figura 27). Relativamente, como pode ser visto nesta Figura, a população migrante foi em 1991 mais importante para a RMSP, que para o Município de São Paulo na composição da população residente nestas áreas.

FIGURA 27 – Proporção da população migrante na população residente na área urbana, "rural" e na área de transição (%) – Região Metropolitana de São Paulo e Município de São Paulo, 1991



Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 2000).

A participação relativa do migrante sobre a população residente na área "rural" foi maior que na área de transição, nestas áreas. Entretanto, analisando-se a população migrante em 1991, em números absolutos, pode-se afirmar que o movimento para a área transição no município de São Paulo foi superior àquele direcionado à área "rural".

Para finalizar com as características da área rural da RMSP apresenta-se a localização do domicílio na área rural para a RMSP e para o Estado de São Paulo, assim como para a área "rural" e para a área de transição na Região Metropolitana em 1991 (Tabela 26).

Enquanto para o Estado de São Paulo, 93,1% dos domicílios estavam localizados na categoria "isolado/condomínio", na RMSP 65,3% dos domicílios estavam nesta categoria em 1991. Por outro lado, o ESP apresentou em sua área rural apenas 5,6% dos domicílios na categoria "conjunto residencial", e a RMSP 30,7%, mostrando a ocorrência da localização do domicílio mais característica da área urbana em sua área rural.

TABELA 26 – Localização do domicílio da população rural – Região Metropolitana de São Paulo e Estado de São Paulo, inserindo-se a área de transição, 1991

Local	Localização do domicílio na área rural				
	Isolado/ Condomínio	Conjunto Residencial	Aglomerado Subnormal	Outros	Total
RMSP	211,043	99,279	12,552	562	323,436
ESP	2.084.651	124,559	27,250	1,728	2.238.188
	Localização do domicílio na área rural (%)				Total
RMSP	65,3	30,7	3,9	0,2	100
ESP	93,1	5,6	1,2	0,1	100

Região Metropolitana de São Paulo, 1991

Localização do domicílio na área "rural" e na área de transição

Área	Isolado/ Condomínio	Conjunto Residencial	Aglomerado Subnormal	Outros	Total
Rural	95,0	0,7	4,0	0,3	162,912
TR-RU	35,0	61,2	3,8	0,0	160,524

Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 2000).

Desagregando-se a área "rural" e a área de transição, a RMSP apresentou essa evidência mais reforçada. Na área "rural" predominaram os domicílios cuja localização pertenceu na categoria "isolado/condomínio", podendo sem problemas, serem caracterizados como domicílios característicos de área rural, alertando entretanto, para a impossibilidade de se ter a certeza de tratar-se de condomínios rurais somente com a informação proveniente desta quesito censitário. Por outro lado, a predominância dos domicílios localizados em conjuntos residenciais na área de transição sugere fortemente ser esta área possuidora de características de domicílios urbanos, uma vez que não se tem conhecimento da extensão deste tipo de construção popular em área rural.

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS: A DEMOGRAFIA DA VIDA RURAL PAULISTA

O Estado de São Paulo destacou-se na análise realizada sobre o rural brasileiro entre as Unidades da Federação, em diversos aspectos referentes à formação da sociedade rural e ao desenvolvimento das atividades agropecuárias, entre outras atividades econômicas de importância nacional. Teve como fator preponderante no desenvolvimento econômico a intensa e rápida ampliação dos meios de comunicação e acesso entre áreas, responsável pelo dinamismo em sua área rural e pelo intercâmbio com a área urbana, que desde cedo contou com investimentos para a implantação de importantes parques industriais. Historicamente, foram atribuídas à definição da área rural características da população residente, das atividades econômicas preponderantes e das relações estabelecidas com a área urbana, indo além da constatação da existência de um estilo de vida próprio à área rural.

O estudo das características demográficas da população residente na área rural do Estado de São Paulo ressaltou evidências de novas atividades econômicas desenvolvidas na área, ligadas à criação de um intercâmbio com a área urbana, favorecendo um deslocamento diário de pessoas entre estas áreas, e ligadas à expansão urbana na ocupação do espaço ainda definido como rural. Estas constatações tiveram como base os dados censitários, abrangendo a situação do domicílio nos levantamentos populacionais.

O quadro da distribuição da população apresentado para o Estado de São Paulo iniciou-se com as informações referentes ao ano de 1950, alongando-se até o último levantamento censitário realizado no ano 2000. Os dados referentes ao primeiro período considerado, 1950, mostraram, pela primeira vez, a população mais concentrada na área urbana estadual, com um grau de urbanização igual a 52,29%. Na década correspondente aos anos 50, a população rural ainda apresentou uma taxa média de crescimento positiva, embora pequena, de 0,99% a.a. A área rural do Estado perdeu população nas três décadas consecutivas, a uma taxa média igual a -3,08% a.a. nos anos 60, a -2.04% a.a. nos anos 70 e a -2,02% nos anos 80. Apresentou, por fim, uma retomada do crescimento da população rural, embora modesto, nos anos 90, de 0,77% a.a.

O intenso processo de urbanização registrado no Estado de São Paulo vem se atenuando década após década, sobretudo a partir dos anos 70. Dessa forma, o aumento da população rural no último período considerado (anos 90), levantou uma série de questionamentos sobre o caráter deste fenômeno. Seria ele um processo de ocupação ligado à

chamada "volta ao campo"? Quais seriam as características das populações residentes nestes locais? Seria este crescimento reflexo da expansão urbana dos municípios paulistas?

A primeira pista no sentido de reforçar a hipótese de que o crescimento da população rural no Estado de São Paulo estaria ligado à expansão urbana, surgiu da análise da situação do domicílio, segundo as Mesorregiões, que apontou o crescimento da população rural na RM de São Paulo como fundamental para o crescimento da população rural estadual.

As Mesorregiões que apresentaram um grau de urbanização superior a 81% tiveram uma elevada participação relativa na população da área rural no Estado, despontando novamente a RMSP com mais de 30% da população rural estadual no ano 2000, ou 758,6 mil pessoas. A população rural da RMSP esteve concentrada no Município de São Paulo que apresentou a população em sua área rural aumentada em 1991 para 70,2%, chegando no ano 2000 a 650,5 mil pessoas, ou 81,8% da população rural da RMSP. Apresentou em todo esse período (1980-2000) aumento na população residente na área rural municipal.

Além da RMSP, somente as Mesorregiões Macro Metropolitana Paulista, do Vale do Paraíba Paulista, Litoral Sul Paulista e a Microrregião de Santos apresentaram aumento na população residente na área rural neste período. A RMSP representou 2,5 vezes o crescimento registrado da população no Estado, a Mesorregião Macro Metropolitana foi responsável por 30% desse crescimento e as três Regiões restantes mencionadas, representaram somente 2% do crescimento da população rural estadual. Estes valores foram compensados pela diminuição da população rural nas demais Mesorregiões estaduais.

Assim, pode-se afirmar que o crescimento da população rural do Estado de São Paulo (1991/2000) deveu-se ao formidável aumento desta população na RMSP, que apresentou uma taxa média igual a 9,6% a.a., correspondente ao aumento de sua população rural igual a 426,2 mil pessoas, com um crescimento bastante significativo comparado ao total estadual que foi de 163,3 mil pessoas no mesmo período. O município de São Paulo teve um aumento da população rural igual a 387,2 mil pessoas ou 11,5% a.a., neste período. A importância na concentração da população na área rural, assim como do crescimento desta população, justificam as referências feitas à Região Metropolitana e ao município de São Paulo na análise das características da população residente no rural paulista.

As demais informações sobre a população residente na área rural paulista abordaram basicamente os anos 80 e o primeiro quinquênio dos 90, cobrindo parte do

período onde ocorreu o aumento da população rural paulista e a década anterior, onde ainda registrou-se a diminuição desta população. Constatou-se que a população foi composta em todo este período (1980-1996) por uma maioria de pessoas do sexo masculino, perfazendo 53% da população rural total. Houve uma diminuição da participação relativa da população na faixa etária de 0 a 4 anos de idade, reafirmando a diminuição no número de nascimentos nas últimas décadas, estendida à área rural.

Houve uma diminuição da população em idade jovem no período 1980/91, acompanhando a diminuição da população rural residente no Estado de São Paulo. No período seguinte (1991/96) registrou-se aumento da população nas faixas etárias entre 30-49 anos, acentuando-se a participação da população feminina no aumento da população rural estadual. Nos anos 90 também houve um aumento da população entre 15-29 anos, contrariamente ao ocorrido nos anos 80, e uma diminuição nas diferenças entre os sexos na composição da população rural estadual. Assim constata-se que a área rural do Estado de São Paulo apresentou uma diminuição da população maior de 14 anos de idade nos anos 80, retomando o crescimento nos primeiros anos da década de 90.

Considerando-se esta população (maior de 14 anos), averiguou-se os anos de estudo na área urbana e rural estadual. A proporção e o número absoluto de pessoas incluídas na categoria "nenhum ano de estudo", teve uma redução nas duas áreas. Na área urbana esta diminuição representou 40% e na área rural 35% desta população residente no Estado em 1996. Considerando-se a importância no número absoluto da população residente na área rural da RMSP pode-se afirmar, que a redução na proporção da população sem "nenhum ano de estudo" ocorrida na Região Metropolitana, baixou consideravelmente a média estadual no período considerado. Da mesma forma, a proporção da população com 4 a 7, assim como das categorias com mais anos de estudo, configuraram ainda a área urbana com melhor qualificação de sua população residente, mesmo ocorrendo um aumento relativo aos anos de estudo da população residente na área rural do Estado de São Paulo.

Foi elaborada uma análise sobre a inserção da população residente nos três setores tradicionais de atividades econômicas. Estas categorias não foram desagregadas por ocupações, ou pela posição na ocupação (proprietário, empregado, horas de trabalho, etc.), o que dará maior especificidade à distribuição desta população, segundo a situação do domicílio, sugerindo novas investigações sobre o tema. Os dados censitários possibilitaram até o momento, uma avaliação da inserção da PEA ocupada nestes setores de atividades, em 1980 e 1991, como objetivo proposto neste estudo.

Desta análise, as características que mostraram alterações no rural paulista referiram-se ao considerável aumento na ocupação dos residentes na área rural em atividades do setor terciário. Isso foi acompanhado de uma redução da população residente no rural inserida em atividades primárias de produção, mesmo representando as maiores proporções (mais de 60% nos dois anos). Houve também um aumento das pessoas inseridas nas atividades primárias e residentes no urbano, reforçando o intercâmbio entre estas duas áreas na década, mesmo sendo pouco significativo em relação ao total das ocupações da área urbana.

As informações sobre a renda *per capita* familiar no rural para o Estado de São Paulo e Mesorregiões mostraram a maior proporção das famílias com os menores salários, nas categorias analisadas, perfazendo 58% das famílias rurais com "menos de 0,6 salários mínimos" em 1980 e 63% em 1991 (cujo valor referente foi "menor de 0,9 SM"). A proporção da categoria "sem rendimentos", embora representasse menos de 5% nos dois anos considerados na área rural, somou 23,6 mil famílias em 1980 e 27,1 mil em 1991. A RMSP apresentou a proporção de famílias incluídas nesta categoria ("sem rendimentos") na área rural, superior a média estadual nos dois anos considerados. O importante número de famílias na área rural da RMSP comparado ao Estado e a quantidade de famílias sem rendimentos, levam, de imediato, a conceber-se que parte deste rural é formada de uma periferia urbana pobre e não de um rural diferenciado, devido a inclusão de famílias sem rendimentos de forma significativa na área.

Deve-se deixar claro que, com estes dados, não foi possível identificar se as ocupações ligadas aos setores secundário e terciário foram desenvolvidas na área onde as pessoas residiam. Entretanto, o aumento da PEA residente no rural e ocupada nestes setores, assim como a diminuição de sua inserção no setor primário de produção, neste período, podem ser remetidos ao surgimento das atividades não-agrícolas como fundamentais na configuração da área rural no presente, como mencionado ao longo do trabalho. Por outro lado, especificamente para a Região Metropolitana e para o município de São Paulo, podem estar associadas à expansão de áreas urbanas dos municípios sobre áreas rurais, uma vez que provavelmente estas áreas apresentam características do assentamento urbano predominante às características de área rural.

Neste sentido, utilizou-se o quesito censitário referente à localização do domicílio em todas as Mesorregiões. A característica que mais chamou atenção foi a importante presença de domicílios pertencentes a categoria "conjuntos residenciais populares" na área

rural, especialmente na RMSP, apontando novamente para o processo de expansão urbana desta Região.

A análise da migração para o Estado de São Paulo mostrou a diminuição do número de migrantes no período 1980/91, resultado da diminuição do número de pessoas que vieram de áreas rurais, mesmo tendo um aumento do número de migrantes com procedência urbana. O movimento populacional mais importante foi aquele dirigido para o urbano, sobretudo com procedência da área urbana.

Quando verificada a participação da população migrante na população residente, sobressaiu a área rural em São Paulo, que apresentou as maiores proporções, tanto em 1980 como em 1991, comparada com a área urbana. Isso é relevante, guardadas as diferenças da população residente nas duas áreas, que foi muito superior no urbano. Acentuaram-se os movimentos internos da população, diminuindo o número de pessoas vindas de outras Unidades da Federação. Da mesma forma, os movimentos ocorridos entre as Mesorregiões examinadas foram um pouco mais significativos que aqueles entre os municípios de uma mesma Região em 1991.

Buscando-se maior clareza sobre o quadro de reversão da tendência da população rural paulista, depois desta primeira análise dos dados sobre a população residente no Estado de São Paulo, investigou-se as características da população residente no Estado, segundo a situação do domicílio, desagregada nas áreas urbana, "rural" e na área de transição.

A área rural, agora concebida como rural convencional (rural conv.), foi dividida em área "rural", referente às categorias do quesito censitário que definem a situação domicílio como rural, menos aquela categoria relativa ao aglomerado rural de extensão urbana, que passou a receber o nome de área de transição[xxxii]. Isso foi possível aproveitando-se as informações censitárias mais desagregadas do Censo 91 e Contagem 96 na definição da área rural e urbana municipal.

A área de transição tinha 206,2 mil residentes em 1991 e 369,9 mil em 1996. Embora a área de transição respondesse por 0,7% da população total no Estado de São Paulo em 1991 e por pouco mais de 1% em 1996, esse novo arranjo da situação do domicílio acabou revelando as áreas responsáveis pelo crescimento da população rural estadual nesse período.

Assim, neste novo agrupamento, o Estado de São Paulo perdeu em sua área "rural" aproximadamente 85 mil habitantes, no balanço da primeira metade dos anos 90. A área de

transição teve um ganho próximo a 164 mil pessoas. A RMSP representou o local onde este crescimento populacional sustentou o aumento da população na área de transição estadual, apresentando também um aumento da população residente em sua área "rural", contrariamente ao Estado, como mencionado acima. A RMSP teve um aumento da população na área "rural" de 115,0 mil pessoas e na área de transição igual a 129,2 mil pessoas em 1991/96. O Município de São Paulo foi responsável por quase 79% deste crescimento da Região Metropolitana na área "rural" e por 96% do crescimento da população na área de transição regional.

A área "rural" paulista teve a população masculina superior à feminina, compondo 53% da população "rural" total, apresentando a razão de sexos igual a 113 no primeiro quinquênio dos anos 90. Na área de transição, o Estado de São Paulo teve uma diferenciação na composição de sua população com uma razão de sexos igual a 97, no período. A população do sexo masculino predominou também na Região Metropolitana e no Município de São Paulo na área "rural", apresentando uma razão de sexos igual a 110 e 106 para a primeira e de 107 e 103 para a segunda Região, em 1991 e 1996, respectivamente. Na área de transição predominou a população feminina nos dois anos considerados, com maior peso para o Município de São Paulo, apresentando ambas uma razão de sexos próxima a 96.

Por fim, a área de transição caracterizou-se pela predominância feminina no período, distinguindo-se da área "rural", revelando uma diferença que pode estar basicamente ligada às atividades que esta população passa a desenvolver, seja na área rural ou urbana, lembrando que constituiu-se na área que sustentou o crescimento da população rural estadual.

A área de transição também diferenciou-se da área "rural" na distribuição da população por idade, ganhando população (1991/96) em todas as idades, com muita intensidade até os 44 anos, enquanto na área "rural" o aumento da população só ocorreu nas faixas etárias entre 30 a 49 anos e nas idades mais avançadas. Na Região Metropolitana e no Município de São Paulo, este aumento da população em todas as idades ocorreu tanto na área "rural", como na área de transição.

O aumento registrado da população maior de 14 anos na área rural do Estado de São Paulo deveu-se à área de transição, pois a área "rural" paulista perdeu população maior de 14 anos de idade no período. A Região Metropolitana e o Município de São Paulo apresentaram aumento da população maior de 14 anos, nas duas áreas consideradas.

Houve um aumento da proporção da população maior de 14 anos, sobretudo na área de transição, com mais anos de estudo em 1996, comparado com 1991, o que pode ser apontado como uma das características da população residente nesta área no Estado. Isso foi mais acentuado na RMSP e no Município de São Paulo, e deve ser realçado pelo fato de terem apresentado aumento da população maior de 14 anos, tanto na área de transição, como na área "rural".

Quando analisada a PEA ocupada nos setores de atividades na área de transição sobressaem as ocupações no setor terciário, seguido do setor secundário de produção, fundamentando a ligação entre o rural e o urbano, relacionada à inserção da população residente nas atividades econômicas desenvolvidas em ambas as áreas, já na década passada. Verificando-se ainda a PEA ocupada na área rural convencional, demonstra-se a importância na inserção da população em atividades do setor primário de produção, observando-se diferenças importantes entre a área "rural" e a área de transição estadual.

Enfim, a área de transição teve a maior parte da PEA ocupada em atividades do setor terciário e secundário, restando por volta de 5% da PEA ocupada no setor primário de produção. A área "rural" manteve 58% da PEA ocupada neste setor. A área "urbana isolada", pertencente a área urbana convencional, foi incorporada nesta discussão reforçando a caracterização da área de transição. A área "urbana isolada" apresentou um percentual maior da PEA ocupada no setor primário (10%) que a área de transição, apontando para a possível circulação entre a área urbana e rural da população residente neste local.

Na Região Metropolitana e no Município de São Paulo evidenciou-se que a PEA ocupada nas atividades do setor primário de produção não teve praticamente importância em sua área de transição ou na área "urbana isolada", configurando mais uma vez a possibilidade das atividades ligadas ao setor terciário e secundário referirem-se às atividades desenvolvidas no urbano. Isto não pode ser afirmado para o restante do Estado sem investigações específicas em áreas previamente determinadas, uma vez que várias Regiões possuem um potencial favorável ao desenvolvimento de atividades não agrícolas, por possuírem partes maiores de seu território com características rurais, possibilitando estes empreendimentos na área.

Em uma breve retomada da questão da renda *per capita* familiar, constatou-se que a área de transição do Estado de São Paulo apresentou uma melhor condição para as famílias residentes, comparada com a área "rural" estadual. Apresentou uma menor proporção das

famílias na categoria "sem rendimentos" (3,5%), e uma maior proporção das famílias na categoria entre 0,9 e 3,0 SM.

A mesma relação da renda *per capita* familiar entre a área de transição e "rural" foi mantida para a Região Metropolitana e para o Município de São Paulo em 1991; entretanto a proporção das famílias "sem rendimentos" esteve predominantemente ligada à área "rural" e não à área de transição. Isso exige ponderações sobre a afirmação de que parte da área rural estaria sendo constituída de uma periferia urbana pobre, sobretudo quando feita a referência da expansão urbana localizada principalmente na área de transição. Por outro lado, isto poderia indicar que esta expansão urbana estaria atingindo também a área "rural" da RMSP. Contudo, pode-se constatar que a população residente na área de transição está em situação mais favorável quanto à renda *per capita* familiar, que a população residente na área classificada como "rural", também nesta Região.

Apresentando-se a localização do domicílio, novamente atribui-se à área de transição características que pertencem à expansão urbana municipal sobre a área rural. A área de transição estadual apresentou mais de 56% dos domicílios na categoria conjunto residencial popular, existentes nesta área em 1991. A RMSP, que comportou 78% dos domicílios do Estado de São Paulo classificados na área de transição, apresentou 61% deles na categoria "conjunto residencial popular, reforçando o argumento apresentado acima.

Dos domicílios classificados na área "rural" estadual, a grande maioria esteve localizado na categoria "isolado ou em condomínio" (98,5%), não sendo possível, somente com este recurso, distinguir entre os domicílios característicos da área rural ou da área urbana. A RMSP apresentou a mesma importância na localização dos domicílios na categoria "isolado ou condomínio" na área "rural" (95% deles).

A população migrante residente na área rural estadual (613,0 mil pessoas) esteve distribuída com aproximadamente 94% da população migrante residindo na área "rural" e 6% residindo na área de transição. Estiveram concentrados na RMSP 63% dos migrantes residentes na área de transição em São Paulo. Os movimentos intra-regionais foram predominantes aos realizados entre as Mesorregiões consideradas (inter-regionais), tanto para a RMSP, como para o Estado na área rural.

Para a RMSP ainda deve ser considerada maior a migração de pessoas com residência anterior em outros Estados que aquela realizada internamente, especialmente em 1991. Isto ganha valor quando comparado ao movimento interestadual relativo ao Estado de São Paulo, que apresentou o movimento intra-estadual destacado desde 1980.

A importância já realçada da população migrante na população residente na área rural paulista ficou marcada na inserção da área de transição para a análise, evidenciando-se a área "rural". O migrante na área de transição foi realmente importante para a RMSP em 1991, sobretudo para o Município de São Paulo. Dos migrantes residentes na área de transição da Região Metropolitana, 89,7% residiam no Município de São Paulo em 1991, restando 29,3% na área "rural" municipal.

Entretanto, a participação relativa da população migrante na área "rural" destas áreas foi mais importante que na área de transição, porém tratando-se dos migrantes residentes no Município de São Paulo, pode-se afirmar que em números absolutos, o movimento para a área de transição (de 21 mil pessoas) foi superior àquele dirigido para a área "rural" municipal (de 12 mil pessoas), atribuindo importância ao município de São Paulo na análise da área de transição na RMSP.

As informações referentes a estes migrantes sobre a composição por sexo e idade na área "rural" e de transição na RMSP permitiram avançar na caracterização da população residente na área rural paulista em 1991. Dos migrantes na área de transição da RMSP, 52% foram do sexo feminino. Na área "rural" a população feminina correspondeu a 45% dos migrantes "rurais" totais, marcando a presença masculina nesta área. Fundamentalmente os migrantes na faixa etária entre 20-34 anos de idade marcam presença na área de transição, enquanto ocorreu uma melhor distribuição da população por idade na área "rural", que embora mantenha a constituição da população bastante jovem, mostra uma tendência ao envelhecimento desta população "rural" mais relevante que na área de transição.

Por fim, mesmo considerando-se a RMSP como área fundamental nas mudanças do rural no Estado de São Paulo, afirma-se a existência de diferentes "rurais" entre as Regiões examinadas, onde certamente as motivações para a fixação e o deslocamento de pessoas para essas áreas são diferentes, assim como as formas como os indivíduos se inserem nas atividades desenvolvidas em cada uma das Regiões consideradas. Nesse estudo foi possível a indicação do continuado processo de expansão urbana na Região mais adensada e populosa do Estado. Da mesma forma pode-se ponderar sobre a também continuada perda de população rural em Regiões conhecidas pela importância nas atividades agropecuárias estaduais.

Espera-se contudo, que esse estudo tenha contribuído para a discussão da dinâmica de ocupação do rural paulista nos tempos atuais, em particular naquilo que se refere às características e localização da população no espaço. Claramente o Estado de São Paulo

não passa por um processo de "volta ao campo", uma vez que a área rural paulista examinada não pode ser concebida em sua estrutura, assim como por sua população residente, como área que comporte a ocupação balizada pelas características tipicamente ligadas às atividades rurais tradicionais[xxxiii].

A constatação de que a RMSP foi em essência a responsável pelo crescimento da população rural no Estado nos anos 90, as características de sua população e de sua estrutura rural, reforçam a ideia do crescimento da população rural dever-se mormente ao processo de expansão da área urbana sobre áreas ainda definidas como rurais. No entanto, isso não invalida em absoluto a importância das novas relações entre o urbano e rural, assim como do crescente desenvolvimento de outras atividades econômicas, diferentes das atividades essencialmente agrícolas na área rural estadual. Para isso tornam-se necessárias abordagens que levem em conta as correspondências entre esse fenômeno e o processo de distribuição espacial da população que certamente tem outros e mais complexos condicionantes.

A utilização dos quesitos censitários desagregados, sobre a situação do domicílio, permitiram a abordagem da área rural não mais como resíduo da área concebida como urbana. Foi possível visualizar dentro da área definida como rural, porções onde a população está residindo e apresentando características demográficas distintas de outras partes desse rural, onde por vezes ocorre a predominância das atividades agropecuárias. Esse pode ser um caminho para estudos que possam revelar a dinâmica de ocupação do rural, não mais como área atrasada e desprovida da possibilidade de atender às necessidades básicas de seus residentes, mas como área apta para receber incentivos na promoção do desenvolvimento[xxxiv]. Além de uma visão geral sobre o rural no Estado, a análise regional, com essa desagregação do rural, possibilita o avanço na compreensão de fenômenos específicos em áreas determinadas, que podem ser representativos do crescimento da população rural estadual, ou do desenvolvimento de atividades econômicas na área rural na atualidade.

Esta distinção da área rural importa para fornecer elementos básicos relacionados à população e às condições de vida, para sustentação de políticas públicas voltadas à sua ocupação. O rural, tradicionalmente concebido como área ligada à produção agropecuária, vem deparando-se com restrições ao desenvolvimento de uma estrutura que garanta a permanência da população com um atendimento mínimo de suas necessidades. Com a caracterização da área rural considerando-se outras vocações, é possível planejar a

ocupação pensando-se na densidade demográfica, ligada à população residente e à que passará a visitar a área; e na potencialidade do desenvolvimento das atividades econômicas na geração de renda local.

Por outro lado, confirmando-se a expansão urbana sobre áreas mantidas como rural, outras preocupações despontam. No mesmo sentido, é importante conhecer a área do rural onde predomina o crescimento da população, para averiguar o comprometimento ambiental que pode estar ocorrendo nesta ocupação. Essa preocupação surge, uma vez que pelo histórico de ocupação da área rural paulista, pode-se supor que parte considerável das áreas ainda não utilizadas podem fazer parte de remanescentes importantes de vegetação nativa, assim como constituir-se em áreas de mananciais, ou mesmo de terras julgadas impróprias à agropecuária por apresentarem declividade ou solos frágeis à ocupação[xxxv].

A análise elaborada neste estudo permite a introdução dos dados do Censo Demográfico de 2000 quando as informações estiverem disponíveis. Isso certamente não desfaz a necessidade da utilização de outras fontes de dados, da introdução de outros atributos que melhor qualifiquem as categorias utilizadas, de trabalho de campo e do tratamento das informações por setores, assim como não torna o Censo Demográfico suficiente para responder a todos os questionamentos elaborados nas investigações sobre a área rural.

Enfatiza-se neste trabalho a utilização das categorias propostas pelo IBGE sobre a situação do domicílio, propondo-se um melhor entendimento e prevendo-se um melhor dimensionamento da área urbana e rural no Estado de São Paulo e do processo de ocupação dessas áreas no período intercensitário. A área rural não é mais concebida como um fragmento do espaço municipal mantido por delimitações elaboradas de tempo em tempo pelas prefeituras. Da análise da demografia da vida rural paulista mostrou-se, valorizando-se a inovação referente à situação do domicílio apresentada, que a ocupação do espaço rural está fortemente ligada ao processo de expansão de áreas e ao desenvolvimento de atividades econômicas que transpõem limites pré-definidos que devem estar levando em consideração somente a estrutura da área, concebida como urbana ou rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Texto para Discussão 702,** Brasília, DF, IPEA, 2000.

_____. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial.** Brasília, DF: NEAD, 1998. (Relatório IICA 940/98).

_____; SACHS, I. Habitat a contribuição do mundo rural. **São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, SP, v. 9, n. 3, p. 11-16, 1995.

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E POLÍTICA, 4., 1988, Porto Alegre, RS. **Anais...** Niterói, RJ: SEP, 1988.

BAENINGER, R. **Espaço e tempo em Campinas:** migrantes e expansão do polo industrial paulista. Campinas, SP: CMU/UNICAMP, 1996. (Coleção Campiniana, 5).

BROWN, D. L.; FIELD, D.; ZUICHES, J. J. (Ed.). **The demography of rural life.** University Park, PA: Northeast Regional Center for Rural Development, 1993.

BROWN, D. L.; ZUICHES, J. J. Rural-urban population redistribution in the United States at the end of the twentieth century. In: BROWN, D. L.; FIELD, D.; ZUICHES, J. J. (Ed.). **The demography of rural life.** University Park, PA: Northeast Regional Center for Rural Development, 1993.

CAIADO, A. A economia paulista nos anos 90. In: HOGAN, D. J. et al. (Ed.). **Migração e ambiente em São Paulo:** aspectos relevantes da dinâmica recente. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2000.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinizacão no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População,** Campinas, SP, v. 15, n. 2, p. 45-66, 1998.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. (Ed.). **O novo rural brasileiro:** uma análise nacional e regional. Jaguariúna, SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.

CARNEIRO, M. J. O ideal "rurbano": campo e cidade no imaginário de jovens rurais 95. In: SANTOS, R.; CARVALHO, L. F.; SILVA, F. C. T. (Ed.). **Mundo rural e política:** ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro, RJ: Editora Campus Ltda, 1998a.

_____. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura,** Rio de Janeiro, RJ, n. 11, p. 53-75, 1998b.

CUNHA, J. M. P.; RODRIGUES, I. A. Crescimento populacional na área rural ou em uma área de transição: avaliação crítica da distribuição da população no Estado de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., 2001, Rio de Janeiro, RJ, 2001. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ANPUR, v. 1, 2001.

_____; RODRIGUES, I. A. Redistribuição espacial da população, segundo a situação do domicílio: novas considerações sobre o urbano e o rural no Estado de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 2., 1999, Ouro Preto, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1999.

_____. **Mobilidade populacional e expansão urbana:** o caso da Região Metropolitana de São Paulo. 1994. 283f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1994.

DEL GROSSI, M. E.; SILVA, J. G. A pluratividade na agropecuária brasileira em 1995. **Estudos Sociedade e Agricultura,** Rio de Janeiro, RJ, n. 11, p. 26-52, 1998.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala.** Rio de Janeiro, RJ: Record, 1999.

_____. **"rurbanização":** que é? Recife, PE: Editora Massangana, 1982.

FUNDAÇÃO SEADE. **Mapa:** divisão político-administrativa em regiões administrativas e regiões do governo. São Paulo, SP, 1997.

HOGAN, D. J. et al. Um breve perfil ambiental do Estado de São Paulo. In: _____ (Ed.). **Migração e ambiente em São Paulo:** aspectos relevantes da dinâmica recente. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2000.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil.** São Paulo, SP: Schwarcz Ltda., 1998.

IBGE. **Dados preliminares do Censo Demográfico 2000.** Rio de Janeiro, RJ, 2001.

_____. **Censo Agropecuário do Estado de São Paulo 1995/96.** Rio de Janeiro, RJ, 1998.

_____. **Contagem Populacional 1996.** Rio de Janeiro, RJ, 1997.

_____. **Censo Demográfico do Brasil 1991.** Rio de Janeiro, RJ, 1994.

_____. **Censo Demográfico do Estado de São Paulo 1991.** Rio de Janeiro, RJ, 1994.

_____. **Censo Demográfico do Brasil 1980.** Rio de Janeiro, RJ, 1983.

_____. **Censo Demográfico do Estado de São Paulo 1980.** Rio de Janeiro, RJ, 1982.

_____. **Censo Demográfico do Brasil 1970.** Rio de Janeiro, RJ, 1973.

_____. **Censo Demográfico do Estado de São Paulo 1970.** Rio de Janeiro, RJ, 1973.

_____. **Censo Demográfico do Brasil 1960.** Rio de Janeiro, RJ, 1968.

_____. **Censo Demográfico do Estado de São Paulo 1960.** Rio de Janeiro, RJ, 1968.

_____. **Censo Demográfico do Brasil 1950.** Rio de Janeiro, RJ, 1956.

_____. **Censo Demográfico do Estado de São Paulo 1950.** Rio de Janeiro, RJ, 1956.

JOHANSEN, H. E. The small town in urbanized society. In: BROWN, D. L.; FIELD, D.; ZUICHES, J. J. (Ed.). **The demography of rural life.** University Park, PA: Northeast Regional Center for Rural Development, 1993.

JOHNSON, K. M.; FUGUITT, G. V. Continuity and change in rural migration patterns, 1950-1995. **Rural Sociology,** v. 65, n. 1, p. 27-49, 2000.

_____. The rural rebound. **Reports on America,** v. 1, n. 3, p. 1-19, 1999.

MARCONDES, M. J. A. **Cidade e natureza:** proteção dos mananciais e exclusão social. São Paulo, SP: Studio Nobel; Edusp, 1999. (Coleção Cidade Aberta).

MARSDEN, T. Restructuring rurality: from order to disorder in agrarian political economy. **Sociologia Ruralis,** v. 29, n. 3-4, p. 312-317, 1989.

PANIAGUA, V. A. Criterios y procedimientos para identificar espacios rurales capaces de articularse positivamente a ciudades intermedias. In: SEMINARIO INTERNACIONAL INTERRELACIÓN RURAL-URBANA Y DESARROLLO DESCENTRALIZADO, 1997, Taxco, Mexico. **Anais...**

PATARRA, N.; CUNHA, J. M. P. Migração: um tema complexo. **São Paulo em Perspectiva,** v. 1, p. 32-35, 1987.

RODRIGUES, I. A. **A demografia da vida rural paulista.** 2001. 213f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001.

_____. Situação do domicílio e condição de atividade da PEA migrante (1980/1991): um estudo da população rural paulista. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1998.

RODRIGUES, V. L. G. S. Novo rural em Vinhedo. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., 2001, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ANPUR, v. 1, 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e sociedade. São Paulo, SP: HUCITEC, 1996.

_____. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo, SP: HUCITEC, 1986.

SARACENO, E. "O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala européia". In: SEMINÁRIOS SOBRE DESENVOLVIMENTO NAS ÁREAS RURAIS. MÉTODOS DE ANÁLISE E POLÍTICAS DE INTERVENÇÃO, 1996, Roma. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: INEA, 1996.

_____. Recent trends in rural development and their conceptualization. **Journal of Rural Studies,** v. 10, n. 4, p. 321-330, 1994.

SCHNEIDER, S. Pluratividade como fator de desenvolvimento regional: uma análise da agricultura familiar no sul do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2001, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ANPUR, v. 1, 2001.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro.** Campinas, SP: IE/UNICAMP, 1999. (Coleções Pesquisas).

_____; BALSADI, O. V.; DEL GROSSI, M. E. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. **São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, SP, v. 11, n. 2, p. 50-64, 1997.

_____; DEL GROSSI, M. E. A evolução do emprego não agrícola no meio rural brasileiro – 1992-95. **Indicadores Econômicos,** v. 25, n. 3, p. 105-126, 1997.

_____ et al. O rural paulista: muito além do agrícola e do agrário. **São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, SP, v. 10, n. 2, p. 60-73, 1996.

_____. Impactos das tecnologias da informação na agricultura. **Revista de Economia e Sociologia Rural,** v. 34, n. 2, p. 7-91, 1995.

_____; KAGEYAMA, A. A. Emprego e relações de trabalho na agricultura brasileira: uma análise dos dados censitários de 1960, 1970 e 1975. **Pesquisa e Planejamento Econômico,** v. 13, n. 1, p. 235-266, 1983.

_____ et al. Tecnologia e campesinato: o caso brasileiro. **Revista de Economia Política,** v. 3, n. 4, p. 23-55, 1983.

SMITH, T. L. **Organização rural:** problemas e soluções. São Paulo, SP: Livraria Pioneira Editora, 1971.

_____. **Brasil:** povo e instituições. Rio de Janeiro, RJ: USAID, 1967.

SOUZA, M. **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no Estado do Paraná.** 2000. 320f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000.

SWANSON, L. L.; BROWN, D. L. (Ed.). **Population change and the future of rural America – Conference Proceedings.** Washington, DC: Agriculture and Rural Economy Division, Economic Research Service, U.S. Department of Agriculture, 1993.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade:** na história e na literatura. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1989.

ANEXOS

ANEXO 1 – Proporção da PEA ocupada no setor primário de produção, segundo a situação do domicílio, por Mesorregiões – Estado de São Paulo, 1980 e 1991

Mesorregião	Setor Primário/ 1980	Total dos Setores /1980	Setor Primário /1991	Total dos Setores/1991
Situação Domic.	PEA Ocupada	PEA Ocupada	PEA Ocupada	PEA Ocupada
1) São José do Rio Preto				
Urbano (%)	34	71	**51**	85
Rural (%)	66	29	**49**	15
Total da PEA	**164.142**	**421.078**	**127.934**	**555.797**
2) Ribeirão Preto				
Urbano (%)	59	86	70	92
Rural (%)	41	14	30	8
Total da PEA	**149.700**	**562.387**	**129.272**	**785.567**
3) Araçatuba				
Urbano (%)	44	80	57	88
Rural (%)	56	20	43	12
Total da PEA	**56.998**	**190.542**	**43.864**	**251.631**
4) Bauru				
Urbano (%)	40	79	54	88
Rural (%)	60	21	46	12
Total da PEA	**108.880**	**360.821**	**79.860**	**468.638**
5) Araraquara				
Urbano (%)	46	83	61	90
Rural (%)	54	17	39	10
Total da PEA	**46.987**	**189.705**	**44.797**	**261.719**
6) Piracicaba				
Urbano (%)	50	87	63	90
Rural (%)	50	13	37	10
Total da PEA	55.087	310.165	45.675	432.709
7) Campinas				
Urbano (%)	35	84	43	91
Rural (%)	65	16	57	9
Total da PEA	**122.990**	**805.967**	**102.425**	**1.159.260**
8) Presidente Prudente				
Urbano (%)	30	68	46	82
Rural (%)	70	32	54	18
Total da PEA	**104.476**	**262.664**	**74.084**	**318.612**
9) Marília				
Urbano (%)	32	73	42	85
Rural (%)	68	27	58	15
Total da PEA	**47.789**	**134.340**	**28.539**	**159.279**
10) Assis				
Urbano (%)	36	71	48	82
Rural (%)	64	29	52	18
Total da PEA	**54.620**	**143.345**	**45.592**	**189.213**
11) Itapetininga				
Urbano (%)	23	59	31	72
Rural (%)	77	41	69	28
Total da PEA	**81.996**	**184.743**	**73.311**	**250.132**

Continuação do Anexo 1

Mesorregião	Setor Primário 1980	Total dos Setores/1980	Setor Primário /1991	Total dos Setores/1991
Situação Domic.	**PEA Ocupada**	**PEA Ocupada**	**PEA Ocupada**	**PEA Ocupada**
12) Macro Metropolitana Paulista				
Urbano (%)	31	82	35	86
Rural (%)	69	18	65	14
Total da PEA	**75.602**	**501.029**	**66.759**	**707.029**
13) Vale do Paraíba Paulista				
Urbano (%)	28	89	33	92
Rural (%)	72	11	67	8
Total da PEA	**45.590**	**437.671**	**36.506**	**620.967**
14) Litoral Sul Paulista				
Urbano (%)	24	65	26	75
Rural (%)	76	35	74	25
Total da PEA	**27.699**	**78.165**	**24.422**	**113.402**
15) Região Metropolitana de São Paulo				
Urbano (%)	63	97	84	98
Rural (%)	37	3	16	2
Total da PEA	**50.151**	**5.304.854**	**61.757**	**6.429.732**
16) Santos				
Urbano (%)	99	100	98	100
Rural (%)	1	0	2	0
Total da PEA	**4.403**	**348.535**	**4.241**	**445.408**
Total do ESP				
Urbano (%)	39	90	52	93
Rural (%)	61	10	48	7
Total da PEA	**1.197.110**	**10.236.011**	**989.038**	**13.149.095**

Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1980 e 1991). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 1999).

ANEXO 2 – Proporção da população maior de 14 anos de idade, residente na área "rural" e na área de transição, por sexo (%) – Estado de São Paulo, 1991 e 1996

Proporção da população 14anos e + de idade na população total							
População residente na área "Rural", 1991 (%)				**População residente na área "Rural", 1996 (%)**			
"Rural"	**Homens**	**Mulheres**	**Total**	**"Rural"**	**Homens**	**Mulheres**	**Total**
até 14 anos	33,6	36,3	34,8	até 14anos	31,0	33,3	32,1
14anos e +	66,4	63,7	65,2	14anos e +	69,0	66,7	67,9
Total	**1.099.850**	**968.009**	**2.067.859**	**Total**	**1.050.868**	**930.708**	**1.981.576**
População residente na área de Transição, 1991 (%)				**População residente na área de Transição, 1996 (%)**			
TR	**Homens**	**Mulheres**	**Total**	**TR**	**Homens**	**Mulheres**	**Total**
até 14anos	40,4	39,0	39,7	Até 14anos	36,5	34,5	35,5
14anos e +	59,6	61,0	60,3	14anos e +	63,5	65,5	64,5
Total	**101.895**	**104.310**	**206.205**	**Total**	**182.460**	**187.456**	**369.916**
Proporção da população 14anos e +, por sexo na área "rural" e na área de transição							
População residente - "Rural", 1991 (%)				**População residente - "Rural", 1996 (%)**			
"Rural"	**Homens**	**Mulheres**	**Total**	**"Rural"**	**Homens**	**Mulheres**	**Total**
Até 14anos	51,3	48,7	720.552	até 14anos	51,3	48,7	636.393
14anos e +	54,2	45,8	1.347.308	14anos e +	53,9	46,1	1.345.183
Total	**53,2**	**46,8**	**2.067.859**	**Total**	**53,0**	**47,0**	**1.981.576**
População residente - Transição, 1991 (%)				**População residente - Transição, 1996 (%)**			
TR RU	**Homens**	**Mulheres**	**Total**	**TR RU**	**Homens**	**Mulheres**	**Total**
Até 14anos	50,3	49,7	81.860	até 14anos	50,8	49,2	131.212
14anos e +	48,8	51,2	124.344	14anos e +	48,5	51,5	238.704
Total	**49,4**	**50,6**	**206.205**	**Total**	**49,3**	**50,7**	**369.916**

Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991); Contagem Populacional (1996). Tabulações Especiais (NEPO/UNICAMP, 2000).

NOTAS

[i] Para uma discussão sobre as alterações no sentido dos termos campo e cidade, em uma avaliação histórica, ver: Williams (1989) e Paniagua (1997).

[ii] Marsden (1989), afirmou que a pluriatividade não é uma atividade específica da agricultura, mas cada vez mais ela está relacionada à força de trabalho de todos os setores produtivos. Faz considerações sobre o fato da agricultura estar criando padrões mais flexíveis de trabalho e relações multidimensionais e simbióticas entre capital e trabalho agrícola e não agrícola. Ver também: Del Grossi e Silva (1998).

[iii] Ver sobre a formação da nacionalidade brasileira: Freyre (1999) e Holanda (1998).

[iv] Segundo Abramovay (1988), o território possui um tecido social, em uma organização complexa construída por laços que ultrapassam suas características naturais e criações materiais. Enfim, o território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento.

[v] Parte dos textos pertencentes ao Projeto "rurbano" foram obtidos no seguinte endereço: Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html> e para uma leitura de diversas questões que vêm sustentando a discussão sobre o "novo rural" ver, por exemplo: Silva e Kageyama (1983); Silva et al. (1983); Silva (1995); Silva et al. (1996); Silva et al. (1997); Silva e Del Grossi (1997) e Campanhola e Silva (2000).

[vi] Importantes considerações sobre o alcance e a rotatividade dos investimentos em áreas rurais promovidos por capitais urbanos, promoverem um real desenvolvimento nas áreas rurais, sobretudo relativos à qualidade de vida da população residente e às reais oportunidades de sua inserção nesse processo, podem ser averiguadas em Abramovay e Sachs (1995) e Brown et al. (1993).

[vii] Deve-se alertar para o fato de que, formalmente, o crescimento da população está determinado por três componentes: o crescimento vegetativo, o saldo migratório e o que pode-se chamar de "reclassificação". Enquanto os dois primeiros podem ser estimados por procedimentos demográficos, o último somente pode ser obtido considerando-se informações de natureza bem mais complexa. De fato, para um município e período em particular, a população urbana, por exemplo, pode crescer simplesmente pela mudança de caráter puramente administrativo da situação rural para urbano, sem que nenhuma pessoa tenha nascido, morrido ou migrado. O mesmo pode acontecer no caso de desmembramento dos municípios, que podem ter suas áreas rurais ou urbanas reduzidas. Assim sendo, e porque o presente estudo não trata desse fenômeno, as conclusões sobre as tendências das populações por situação do domicílio podem apresentar um certo viés (CUNHA; RODRIGUES, 1999).

[viii] A divisão territorial do Estado de São Paulo em Mesorregiões, Microrregiões e Municípios, em 1991 e 1996-2000, pode ser vista no Anexo 1 da Tese de Doutoramento referida incialmente (RODRIGUES, 2001).

[ix] As informações sobre a população residente no Estado de São Paulo nas duas décadas referem-se ao agrupamento dos municípios em Mesorregiões estabelecido pelo IBGE, em 1991. O Censo Agropecuário considera o mesmo agrupamento municipal formando as mesmas Mesorregiões dos Censos Demográficos.

[x] Pode-se ver uma abordagem sobre a evolução das áreas de cobertura vegetal no Estado de São Paulo e da situação atual, por Regiões Administrativas, no trabalho de Hogan et al. (2000).

[xi] Uma subenumeração na Contagem Populacional de 1996, como mencionada anteriormente, está sendo bastante aceita por especialistas em estudos de população no Brasil, reforçando o peso da diminuição da população entre 1991 e 2000.

[xii] As Mesorregiões selecionadas com importância na concentração da população rural estadual foram: São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Bauru, Campinas, Presidente Prudente, Itapetininga, Macro Metropolitana Paulista, Vale do Paraíba Paulista e Região Metropolitana de São Paulo.

[xiii] Informações sobre as taxas médias anuais das Mesorregiões do Estado de São Paulo, segundo a situação do domicílio, nos períodos: 1980/91. 1991/96, 1996/2000 e 1991/2000 podem ser obtidas no Anexo 2 em Rodrigues (2001).

[xiv]Camarano e Abramovay (1998) apresentam um estudo com considerações importantes sobre a migração diferencial por sexo, essencialmente relacionadas aos fluxos rural-urbanos, no Brasil de 1950 até o primeiro qüinqüênio dos 90.

[xv] As informações sobre anos de estudo da população maior de 14 anos residentes na área rural do Estado de São Paulo, por Mesorregiões em 1980, 1991 e 1996, podem ser obtidas em Rodrigues (2001, p. 71).

[xvi] População Economicamente Ativa (PEA) foram consideradas as pessoas maiores de 10 anos de idade que trabalharam em todos ou em parte dos últimos 12 meses da data do recenseamento, habitualmente ou eventualmente. A PEA distribuída nos setores de atividades econômicas não incluiu as pessoas que estiveram na condição de procura de emprego, já tendo, ou nunca, trabalhado anteriormente.

[xvii] A Renda *Per capita* Familiar é correspondente ao quanto a família ganhou, dividido pelo número de pessoas na família. O total será o número de famílias residentes, somando-se os migrantes e os não migrantes da Região.

[xviii] Como migrantes foram consideradas as pessoas residentes nos municípios componentes de cada Mesorregião somente no intervalo entre dois recenseamentos, (exemplo: 0<=tempo de residência <10 anos).

[xix] Na verdade, uma vez que a informação capta somente o último movimento da população migrante, muitos dos movimentos realmente desencadeados no rural podem figurar como iniciados no urbano em função da existência de movimentos múltiplos, em especial aqueles do rural para o urbano. Tal situação demanda que os dados aqui analisados sejam considerados apenas como indicativos. Sobre essa questão ver, por exemplo, Patarra e Cunha (1987).

[xx] Para uma análise da migração no Estado de São Paulo, com ênfase na RMSP, ver Cunha (1994).

[xxi] Para as Regiões onde predominantemente ocorreu a perda de população rural foi atribuído o caráter mais agrícola, sendo que e a área rural da RMSP não apresentou importância relativa no desenvolvimento de atividades agropecuárias.

[xxii] Embora a Microrregião de Santos também tenha apresentado diferenças do restante das Regiões consideradas, tratou-se dos menores valores para a população rural estadual, sendo pouco significativa para esta análise.

[xxiii] Rodrigues (2001) apresentou em seu estudo a área rural desagregada nessas variáveis, usando os microdados das PNADs, incluindo na categoria denominada "periferia" as áreas urbanas não-urbanizadas e rural de extensão urbana. Afirmou que essa categoria, "periferia", objetiva captar a extensão propriamente dita das áreas urbanas sobre as rurais, mencionando o trabalho de Souza (2000).

[xxiv] Utilizou-se o termo convencional para designar a área urbana ou rural, na classificação da situação do domicílio anterior à introdução da área de transição.

[xxv] Cabe somente ser lembrado da possibilidade de um erro no total da população "rural" no ano de 1996, devido a anunciada sub-enumeração nessa coleta de informações sobre a população residente.

[xxvi] São as Mesorregiões selecionadas anteriormente e agrupadas conforme a importância da população residente na área de transição em 1991 e 1996, como segue: Mesorregião de Ribeirão Preto , Araçatuba, Presidente Prudente, Itapetininga, Macro Metropolitana Paulista, Vale do Paraíba Paulista, Piracicaba, Campinas e Região Metropolitana de São Paulo.

[xxvii] Para uma abordagem ampla sobre os movimentos populacionais na Região de Campinas, na conformação de área metropolitana, ver: Baeninger (1996).

[xxviii] A RMSP neste estudo é constituída de seis Microrregiões a saber: Microrregião de Osasco, Franco da Rocha, Guarulhos, Itapecerica da Serra, São Paulo e Mogi da Cruzes, lembrando que a Microrregião de Santos foi considerada a parte como a 16 Região estadual, segundo justificativa apresentada no início deste trabalho. As informações sobre a população residente nos municípios da RMSP, por Microrregiões, segundo a situação do domicílio em 1980, 1991, 1996 e 2000, com o grau de urbanização, estão no Anexo 3 em Rodrigues (2001).

[xxix] Mesmo com a possível subenumeração nos dados da Contagem Populacional de 1996, o resultado da década dos 90 com relação ao crescimento da população, segundo a situação do domicílio, continuou favorável à área rural do município de São Paulo.

[xxx] Para maiores informações sobre a distribuição da população por sexo e idade na RMSP, no Interior e no Município de São Paulo ver Rodrigues (2001, p. 150-154).

[xxxi] Para informações complementares sobre a distribuição por sexo e idade da população migrante residente na área de transição e na área "rural" da RMSP ver Rodrigues (2001, p. 166-167).

[xxxii] Cabe lembrar que o termo "rural", quando estiver entres aspas, fará referência a reclassificação utilizada neste estudo, com a separação do aglomerado rural de extensão urbana como área de transição.

[xxxiii] Como informação e motivação para a ampliação das formas como o rural pode ser examinado, Johnson (1999); Johnson e Fuguitt (2000) e Swanson e Brown (1993) apresentam estudos abrangendo as mudanças que vêm ocorrendo na abordagem conceitual do rural, na metodologia utilizada em estudos do urbano e do rural e sobre novas direções dos estudos demográficos sobre a distribuição da população sobretudo, nos Estados Unidos da América.

[xxxiv] Para uma discussão sobre a importância de se conceber a área rural brasileira como uma área dinâmica e apta a receber incentivos, através de políticas públicas e sociais voltadas ao desenvolvimento socioeconômico, assim como concebê-la como potencial provedora de benefícios para a população residente, ver Abramovay (2000) e Campanhola e Silva (2000).

[xxxv] Em abordagem sobre uma das questões remetidas à ocupação territorial promovida pela expansão das áreas urbanas na RMSP com comprometimento ambiental, ver Marcondes (1999).